UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

LUIZ FERNANDO FERREIRA

Modo em Karitiana

Versão Corrigida

São Paulo

2017

LUIZ FERNANDO FERREIRA

Modo em Karitiana

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Paula Müller

A rectangular stamp with a light blue border containing handwritten text in blue ink. The text reads "De acordo," followed by a signature that appears to be "Ana Lúcia de Paula Müller", and the date "26/09/2017".

De acordo,
Ana Lúcia de Paula Müller
26/09/2017

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F383m Ferreira, Luiz Fernando
 Modo em Karitiana / Luiz Fernando Ferreira ;
 orientadora Ana Müller. - São Paulo, 2017.
 164 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Linguística. Área de
concentração: Semiótica e Linguística Geral.

1. Línguas Indígenas. 2. Modo Verbal. 3. Modo
Sentencial. 4. Modalidade. 5. Força Illocucionária. I.
Müller, Ana , orient. II. Título.

FERREIRA, Luiz Fernando. **Modo em Karitiana**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho a minha mãe Joelita e ao meu namorado Cleyson, pois sem o carinho, dedicação e apoio incondicional deles este trabalho não seria o mesmo.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de anos de dedicação que precedem a minha entrada no mestrado. Foram ao todo, sete anos de estudo de teoria e análise linguística divididos em cinco anos no bacharelado e mais dois anos no mestrado. Esta dissertação é o fruto desses anos de trabalho. Após diversas participações em grupos de estudos, apresentações em congressos e dedicação a iniciações científicas entre outras atividades acadêmicas, chega o momento de receber o título de mestre. Entretanto, não teria conseguido nada sozinho e esse é o espaço para reconhecer à participação de todos que me permitiu chegar aqui.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família que esteve comigo desde o início desta empreitada. Tive ao meu lado minha irmã Tatiana me motivando a continuar meus estudos desde antes da graduação e minha irmã Fernanda sendo meu suporte emocional em vários momentos difíceis. Sou eternamente grato a minha prima Kátia e seu marido Eramis pelo apoio material e imaterial. Eles cederam o computador no qual escrevi todos os meus trabalhos da graduação e parte da pós-graduação e o Eramis sempre fez questão de mostrar para mim que uma condição de vida difícil não define suas capacidades. Também gostaria de agradecer a CAPES pelos dois anos de financiamento desta pesquisa.

Meu percurso na pós-graduação cruzou com o de outras pessoas maravilhosas com quem compartilhei anseios, risos e tristezas. Sou grato aos meus colegas do GELI USP (grupo de estudos de línguas indígenas da USP) e do grupo de estudos em semântica formal. Também sou grato aos colegas que foram comigo integrantes das comissões do Tardes de Linguística, do XX ENAPOL e do curso de extensão *O papel da gramática tradicional e da reflexão linguística no ensino de língua portuguesa*. São muitos nomes a serem citados, mas lembrarei com carinho de: Juliana Vignado, Thiago Chaves Alexandre, Karolin Obert, Karin Vivanco, Fernanda Rosa, Tarcísio Dias, Raíssa Santana, Letícia Evelyn, Rafael Camacho e Ana Carolina Gomes. Entre todos que conheci na graduação e pós-graduação destacam-se Lara Frutos e Luciana Sanchez Mendes. Elas foram mais que colegas, elas foram mentoras e devo grande parte do que sei em semântica a elas.

O apoio técnico dos funcionários do Departamento de Linguística Érica Flávia, Robson Dantas e Denise foi imprescindível. A competência do DL é um reflexo da competência deles. Com orgulho obterei o título de mestre em um dos centros de pesquisa com qualidade internacional na CAPES e o mérito disso é dos professores desse departamento. O departamento de linguística na USP conta com um corpo docente extremamente qualificado e a minha

formação em linguística só foi possível graças a disposição deles de compartilhar seus conhecimentos. Gostariam de citar especialmente Ana Scher, Marcelo Ferreira, Marcos Lopes, Olga Coelho, Luciana Storto, Thomas Finbow e Evani Viotti pelas excelentes aulas e por sua dedicação no retorno que dão aos alunos. É esse retorno que me possibilitou crescer academicamente.

Posso afirmar que este trabalho não existiria sem a contribuição de meus informantes da tribo Karitiana. O trabalho sério e atento desses consultores forneceu os dados que possibilitaram esta pesquisa. São eles Arnaldo Karitiana, Cizino Karitiana, Cledson Pitana Karitiana, Elivar Karitiana, Inácio Karitiana, Julya Karitiana, Luiz Carlos Karitiana, Marilena Karitiana, Orlando Karitiana e Vivaldo Karitiana.

Gostaria de agradecer duas pessoas em especial: a minha mãe pela garra que ela demonstrou em ter me criado sozinha. Seu amor forte e incondicional fez com que ela sempre me colocasse em primeiro lugar provendo todo o necessário. E também ao meu namorado Cleyson Clemente que foi meu porto seguro e com quem sempre contei nas horas mais difíceis dessa jornada.

Por último, gostaria de agradecer a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Müller. Nesses sete anos a Ana demonstrou ser mais do que uma grande professora e orientadora, mas uma grande pessoa a quem respeito enormemente.

O caos é uma ordem por decifrar.

(SARAMAGO, José, 2002)

RESUMO

FERREIRA, Luiz Fernando. **Modo em Karitiana**. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo deste trabalho é ampliar o conhecimento translinguístico sobre a categoria modo estudando-a em uma língua indígena brasileira. A motivação deste estudo se dá principalmente porque pouco se sabe a respeito dessa categoria em línguas não pertencentes ao tronco indo-europeu (Palmer, 2001). O objeto de estudo desta pesquisa é a língua Karitiana (família Tupi, subfamília Arikém) e o *corpus* analisado é formado por dados provenientes dos mitos e narrativas dessa língua e de dados coletados pelo autor da pesquisa com falantes nativos. A metodologia de coleta de dados foi a elicitación contextualizada defendida por Matthewson (2004) e Mendes (2014). Modo em Karitiana foi primeiramente analisado por Storto (2002). A autora afirma que a língua possui um sistema de modo bastante desenvolvido, porém, ainda pouco compreendido. Para ela, essa língua possui seis morfemas de modo: *na(ka)-/ta(ka)-* (declarativo), *pyt-* (assertivo), *pyn-* (deôntico), *iri-* (citativo), *jỹ-* (condicional) e *-a/-s/-y* (imperativo). Esses morfemas ocorrem entre o morfema de pessoa e a raiz verbal como observado em ‘yn a-**taka**-hit-ø kat’ (glosa: ‘eu 2p-dec-dar-nfut isso’, tradução: ‘eu te dei isso’ (Storto, 1999)). Nessa primeira análise, Storto (com. pess.) classifica esses morfemas como modo porque, segundo ela, eles marcam diferentes tipos de sentença na língua. A semântica e a pragmática formal foram utilizadas como embasamento teórico da pesquisa. Alguns trabalhos assumem que modo é um morfema que marca modalidade (Bybee, 1985; Palmer, 1986). Para a semântica formal modalidade é uma categoria do significado que está relacionada à expressão de necessidades e possibilidades (Kratzer, 1981; von Stechow, 2006; Hacquard, 2011). Outros trabalhos consideram que modo é um morfema que marca tipos de sentença. Na pragmática tipos sentenciais estão relacionados à força ilocucionária da sentença (Saeed, 2009; Portner, 2011). Seguindo a terminologia de Portner (2011), esta dissertação se refere aos morfemas de modo que estiverem relacionados à expressão de modalidade como ‘modo verbal’ e os morfemas de modo que estiverem relacionados ao tipo sentencial são chamados ‘modos sentenciais’. A análise dos morfemas do Karitiana classificados como modo mostrou que essa língua possui dois lugares na estrutura morfossintática do verbo para marcar a categoria ‘modo’ e não apenas um como assumido anteriormente como ilustrado por ‘a-**ta-jỹ**-hit-ø celula-ty’ (glosa: ‘2p-dec-con-dar-nfut celular-obl’ tradução: ‘eu te daria um celular’). Esta pesquisa

assume que cada posição marca um tipo específico de modo: os morfemas que ocorrem na primeira posição (e.g. na(ka)-/ta(ka)-) marcam tipos sentenciais, ou seja, são modos sentenciais e os morfemas que ocorrem na segunda posição (e.g. pyn- e jỹ-) marcam modalidade, ou seja, são modos verbais. Modos verbais e modos sentenciais podem coocorrer o que é uma evidência da existência de duas posições. O estudo da categoria modo em Karitiana possibilitou um melhor entendimento dessa categoria translinguisticamente. Segundo Sadock & Zwicky (1985) morfemas de modo não coocorrem e esta dissertação mostra que eles podem ocorrer se não estiverem ambos relacionados a força ilocucionária ou modalidade.

Palavras-chave: Modo verbal, modo sentencial, modalidade, tipo sentencial, semântica formal.

ABSTRACT

FERREIRA, Luiz Fernando. **Mood in Karitiana**. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

This research aims to increase the crosslinguistic knowledge about the categories mood within a study in a Brazilian indigenous language. The reason for this study is that there are not many reliable studies of this category in unfamiliar languages (Palmer, 2001). The object of study of this research is Karitiana language (Tupi family, Arikém subfamily) and the *corpus* analyzed here is composed by data from the myths and stories of this language as well as data collected by the author of the research from native speakers. We used contextualized data elicitation proposed by Matthewson (2004) and Mendes (2014). Mood in Karitiana was firstly analyzed by Storto (2002) who states that this language has a quite developed mood system that is at the same time not well understood. For her, this language has six mood morphemes: *na(ka)-/ta(ka)-* (declarative), *pyt-* (assertive), *pyn-* (deontic), *iri-* (citative), *jỹ-* (conditional) and *-a/-ᵛ/-y* (imperative). These morphemes occurs between the person morpheme and the verbal root as can be seen in ‘yn a-**taka**-hit-ᵛ kat’ (gloss: ‘I 2p-dec-give-nfut that’, translation: ‘I gave you that’ (Storto, 1999)). In this first analysis, Storto (p.c.) assumes that those morphemes mark different types of sentence, being sentential mood morphemes. We used formal semantics and pragmatics as the theoretical background for the research. Some studies assume that mood is a morpheme which marks modality (Bybee, 1985; Palmer, 1986). In formal semantics modality is a category related to the expressions of possibilities and necessities (Kratzer, 1981; von Stechow, 2006; Hacquard, 2011). Other studies consider that mood is a morpheme which marks sentential types. In pragmatics the types of sentences are related to the illocutionary force of the sentence (Saeed, 2009; Portner, 2011). We follow the terminology used by Portner (2011) and call mood morphemes related to modality ‘verbal mood’ and morphemes related to sentential type are called ‘sentential mood’. The analysis of the morphemes in Karitiana classified as mood has shown that this language has two positions in the morphosyntactical structure of the verb to the mood category and not only one as previously proposed. This can be seen in ‘a-**ta-jỹ**-hit-ᵛ celula-ty’ (gloss: ‘2p-dec-con-give-nfut cellphone-obl’ translation: ‘I would give you a cellphone’). This research proposes that each position mark a specific type of mood: Morphemes of the first position (e.g. *na(ka)-/ta(ka)-*) mark types of sentence, therefore, they are sentential moods and morphemes that occur in the second position (e.g. *pyn-* e *jỹ-*) mark

modality, therefore, they are verbal moods. Verbal and sentential moods can co-occur what is an evidence for the existence of two positions. The study of mood done by this research allowed a better understanding of mood category crosslinguistically. For Sadock&Zwicky (1985), mood morphemes should not co-occur and this research has shown that they can co-occur if they are not both related to illocutionary force or modality.

Keywords: Verbal mood, sentential mood, modality, illocutionary force, formal semantics

RESUMEN

FERREIRA, Luiz Fernando. **El modo en Karitiana**. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

El objetivo de este trabajo es ampliar el conocimiento translingüístico acerca de la categoría modo a través de su estudio en una lengua indígena brasileña. La motivación de este estudio es principalmente el hecho de que se sabe muy poco de esta categoría en lenguas que no pertenecen al tronco indoeuropeo (Palmer, 2001). El objeto de estudio de esta investigación es la lengua Karitiana (familia Tupí, subfamilia Arikém) y el *corpus* analizado consiste en datos de los mitos y historias de esta lengua y de datos recogidos por el autor de esta investigación con hablantes nativos, utilizando como metodología de recopilación la elicitación contextualizada de datos (Matthewson, 2004, Mendes, 2014). Storto (2002) analizó el modo en Karitiana por primera vez y estableció que la lengua tiene un sistema de modo bien desarrollado, pero mal entendido. Para la autora, esta lengua tiene seis morfemas de modo: na(ka)-/ta(ka)- (declarativo), pyt- (afirmativo), pyn- (deóntico), iri- (citativo), jỹ- (condicional) e –a/-ø/-y (imperativo). Para la autora, estos morfemas se producen entre el morfema de persona y la raíz verbal como se ve en ‘yn a-**taka**-hit-ø kat’ (‘yo 2p-dec-dar-nfut eso’, traducción: ‘yo te lo di’ (Storto, 1999)). En este primer análisis, Storto (pers. comm.) supone que cada uno de estos morfemas marcan un tipo diferente de frase en la lengua, por tanto son modos de la frase. Para profundizar en el análisis de estos morfemas, esta investigación utiliza la semántica y pragmática formal como base teórica de los conceptos de ‘modo’, ‘modalidad’, ‘tipo de frase’ y ‘fuerza ilocucionaria’. Los estudios tipológicos asumen que el modo es un morfema que marca la modalidad (Bybee, 1985; Palmer, 1986) que en la semántica formal es una categoría de significado que se relaciona con la expresión de las necesidades y posibilidades (Kratzer, 1981; von Stechow, 2006; Hacquard, 2011). En la pragmática, modo es un morfema que marca tipos de frase que están relacionados con la fuerza ilocucionaria de la frase (Saeed, 2009; Portner, 2011). En este trabajo, los morfemas de modo que se relacionan con la expresión de la modalidad se denominan como ‘modo verbal’ y los morfemas de modo que se relacionan con el tipo de frase se denominan ‘modos de frase’ siguiendo la nomenclatura utilizada en Portner (2011). El análisis de los morfemas en Karitiana clasificados como modo demostró que en esa lengua hay dos lugares en la estructura morfosintáctica del verbo para marcar la categoría modo y no sólo uno como fue asumido antes. Esto se puede ver en ‘a-**ta**-jỹ-hit-ø celula-ty’ (‘2p-dec-con-dar-nfut celular-obl’

traducción: 'Te daría un celular'). En el análisis propuesto en esta investigación, cada posición marcaría un tipo específico de modo: los morfemas que se producen en la primera posición (e.g. na(ka)-/ta(ka)-) marcan tipos de frase y son modos de frase y los morfemas que se producen en la segunda posición (e.g. pyn- e jỹ-) marcan modalidad y son modos verbales. Modos verbales y modos de frase pueden ocurrir juntos, lo que es una evidencia de la existencia de dos posiciones. El estudio de la categoría modo en Karitiana permitió una mejor comprensión de esta categoría translingüísticamente. Según Sadock & Zwicky (1985), los morfemas de modo no ocurren al mismo tiempo; sin embargo, la pesquisa que presento demuestra que pueden ocurrir juntos a no ser que ambos están relacionados con la fuerza ilocucionaria o con la modalidad.

Palabras clave: Modo verbal, modo sentencial, modalidad, tipo de frase, semántica formal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Tipos de modalidade	32
Tabela 2 Exemplo de tradução contextualizada	41
Tabela 3 Exemplo de julgamento do valor de verdade	42
Tabela 4 Prefixos de pessoa em Karitiana	44
Tabela 5 Regra explicando a distribuição na(ka)- e ta(ka)-	51
Tabela 6 Diferentes análises para na(ka)-/ta(ka)-	55
Tabela 7 Tipos de Sentença de acordo com Landin	57
Tabela 8 Tipos de sentenças de acordo com Storto (2002)	57
Tabela 9 Pronomes em Karitiana Landin	59
Tabela 10 Concordância e Pronomes em Karitiana Storto (1999, 2002)	60
Tabela 11 Contextos de evidencialidade e grau de confiabilidade da sentença	65
Tabela 12 Esquema da proposta de Storto para na(ka)-/ta(ka)-taka	69
Tabela 14 na- e pyn- em rituais	77
Tabela 15 Teste de passagem de proposição negativa para proposição afirmativa	78
Tabela 16 Proposta de Storto para na(ka)-/ta(ka)-	80
Tabela 17 Posição do morfema de modo	81
Tabela 18 Outra proposta de posição para os morfemas	81
Tabela 19 Proposta de posição dos morfemas adotada por esta pesquisa	82
Tabela 20 Regra para a distribuição de pyt-	87
Tabela 21 Distribuição de pyt- por Storto (2002)	88
Tabela 22 Resumo das propostas para pyt-	92
Tabela 23 Experimento com respostas afirmativas a pergunta polar	94
Tabela 24 Elicitação de dados com contextos enfáticos	96
Tabela 25 Proposta de epêntese em sentenças imperativas	101
Tabela 26 Proposta distribuição do imperativo Storto (2002)	103
Tabela 27 Resumo das propostas para sentenças imperativas.	106
Tabela 28 Proposta para formação dos pronomes	111
Tabela 29 Distribuição do imperativo Storto (2002)	112
Tabela 30 Segunda proposta para distribuição do imperativo	113
Tabela 31 Proposta final para distribuição do imperativo	114
Tabela 32 Contribuição semântica do modo declarativo e não-declarativo	119

Tabela 33 Ilustração conjunto complemento	120
Tabela 34 Ilustração da proposição no conjunto complemento CG'	120
Tabela 35 Condicionais factuais	131
Tabela 36 Condicionais contrafactuais	132
Tabela 37 Posição do morfema de modo	135
Tabela 38 Distribuição dos morfemas assumida por esta pesquisa	135
Tabela 39 Exemplos de ocorrência de pyn- nas narrativas	141
Tabela 40 Elicitação de dados com contextos deônticos e não-deônticos.....	141
Tabela 41 Teste do morfema pyn-	145
Tabela 42 Posição dos morfemas de modo assumida por esta pesquisa	149
Tabela 43 Teste para verificação semântica de iri-	154
Tabela 44 Elicitação de dados com contextos propícios para o uso do modo citativo	155
Tabela 45 teste de gramaticalidade de iri-	156
Tabela 46 Teste de comutação de morfemas	157
Tabela 47 Posição dos morfemas de modo assumida por esta pesquisa	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1	Morfema de primeira pessoa do singular
1PE	Morfema de primeira pessoa do plural exclusiva
1PI	Morfema de primeira pessoa do plural inclusiva
2	Morfema de segunda pessoa do singular
2P	Morfema de segunda pessoa do plural
3	Morfema de terceira pessoa
3A	Morfema que marca terceira pessoa anafórica
ALL	Morfema que marca caso alativo
ASP	Aspectual
ASS	Morfema de modo assertivo
AUX	Verbo auxiliar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAUS	Morfema de voz causativa
CF	Morfema de modo contrafactual
CIT	Morfema de modo citativo
CLV	Classificador verbal
COND	Morfema de modo condicional
CONC.COP	Marca de concordância de cópula
COP	Cópula
COP.AGR	Marca de concordância de cópula
DEC	Morfema de modo declarativo
DEI	Dêítico
DEO	Morfema de modo deôntico
DES	Clítico desiderativo
DIR	Direcional
DUB	Clítico dubitativo
ENF	Enfático
EV.DIR	Evidencial direto
EV.IND	Evidencial indireto
EV.NVIS	Evidencial não-visual

EV.REP	Evidencial Reportado
FUT	Morfema de tempo futuro
HAB	Morfema habitual
IMP	Morfema de modo imperativo afirmativo
IMP.NEG	Morfema de modo imperativo negativo
IMPF	Aspecto imperfectivo
INC	Clítico inceptivo
INT	Intransitivo
ITE	Clítico iterativo
NDEC	Morfema de modo não-declarativo
NEG	Negação
NFUT	Morfema de tempo não-futuro
NSAP	Non-Speech act participant (Não participante do ato discursivo)
OBL	Morfema oblíquo
OF	Morfema que marca construção de foco do objeto
PASS	Morfema de voz passiva
PL	Forma do plural
POS	Posposição
REF	Aspecto referencial
RESP.POSIT	Morfema de resposta positiva
SAP	Speech act participant (participante do ato discursivo)
VEB.FOC	Construção de foco verbal

SUMÁRIO

FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS	22
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1 – PONTOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA	28
1. ARCABOUÇO TEÓRICO DA PESQUISA	28
1.1 <i>Modo verbal</i>	28
1.1.1 Modalidade	29
1.2 <i>Modo sentencial</i>	33
1.2.1 Tipos de sentença	34
1.3 <i>Modo verbal e modo sentencial são necessariamente distintos?</i>	36
2. METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA	38
2.1 <i>Consulta ao acervo de dados de discurso espontâneo</i>	38
2.2 <i>Tradução contextualizada de dados</i>	40
2.3 <i>Julgamentos de valor de verdade de um dado em um contexto</i>	41
3. A ESTRUTURA DOS VERBOS NO KARITIANA	43
3.1 <i>Os prefixos de pessoa</i>	43
3.2 <i>Os sufixos de tempo</i>	46
4. RESUMINDO	47
CAPÍTULO 2 – OS PREFIXOS VERBAIS NA(KA)-/TA(KA)-	48
1. PROPOSTAS ANTERIORES	49
1.1 <i>A proposta de Landin</i>	49
1.2 <i>A proposta de Storto</i>	51
1.3 <i>A proposta de Felix</i>	52
1.4 <i>A proposta de Everett</i>	53
1.5 <i>Resumindo</i>	55
2. A ANÁLISE DESTA PESQUISA.	56
2.1 <i>Análise comparativa das propostas anteriores</i>	56
2.2 <i>A relação com evidencialidade e habitualidade</i>	69
2.2.1 O uso evidencial	70
2.2.2 Os prefixos habituais	74
2.2.3 Resumindo	80
2.3 <i>A posição na estrutura morfológica do verbo</i>	80

2.4	<i>A contribuição semântica</i>	82
3.	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	85
CAPITULO 3 – O PREFIXO VERBAL PYT-		86
1.	PROPOSTAS ANTERIORES.	86
1.1	<i>A proposta de Landin</i>	86
1.2	<i>A proposta de Storto</i>	87
1.3	<i>A proposta de Felix</i>	90
1.4	<i>A proposta de Everett</i>	91
1.5	<i>Resumindo</i>	91
2.	A ANÁLISE DESTA PESQUISA	92
3	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	99
CAPITULO 4 – O SUFIXOS VERBAIS –Ø, -A E –Y		100
1.	PROPOSTAS ANTERIORES	100
1.1	<i>A proposta de Landin.</i>	100
1.2	<i>A proposta de Storto</i>	102
1.3	<i>A proposta de Everett.</i>	104
1.4	<i>Resumindo</i>	106
2.	A ANÁLISE DESTA PESQUISA	106
2.1	<i>Análise comparativa das propostas anteriores</i>	107
2.2	<i>A distinção entre imperativo afirmativo e negativo.</i>	112
2.3	<i>O morfema ø como prefixo de modo</i>	115
2.4	<i>A contribuição semântica do morfema zero.</i>	117
3.	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	121
CAPITULO 5 – O PREFIXO VERBAL JỸ-		122
1.	A PROPOSTA DE STORTO	122
2.	A ANÁLISE DESTA PESQUISA	123
2.1	<i>A análise como modo condicional</i>	123
2.2	<i>A análise como modo subjuntivo</i>	126
2.3	<i>A contribuição semântica</i>	128
2.4	<i>A posição na estrutura verbal</i>	134
3.	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	136

CAPITULO 6 – O PREFIXO VERBAL PYN-	138
1. A PROPOSTA DE STORTO	138
2. A ANÁLISE DESTA PESQUISA	139
2.1 <i>Problemas na elicitación</i>	139
2.2 <i>A contribuição semântica</i>	146
2.3 <i>A posição na estrutura morfológica</i>	148
3. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	151
CAPITULO 7 – O PREFIXO VERBAL IRI-	152
1. A PROPOSTA DE STORTO (2002)	152
2. OS PROBLEMAS PARA A ANÁLISE	153
3. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	157
CONCLUSÕES DA PESQUISA	158
REFERÊNCIAS	162

FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados que aparecerem sem referências foram coletados pelo autor deste trabalho com falantes nativos. Os dados retirados de outros trabalhos possuem as referências bibliográficas indicadas após a tradução. A apresentação dos dados será feita da seguinte forma:

nº (x.y) transcrição ortográfica
segmentação morfológica
glosa morfema a morfema
tradução (referência)
contexto

Os exemplos estão identificados por um código separado por um ponto. O primeiro número antes do ponto remete ao capítulo da dissertação no qual se encontra o exemplo e o número após o ponto está relacionado ao número do exemplo naquele capítulo. Por exemplo, o número 1.25 indicaria que o dado é o vigésimo quinto exemplo do primeiro capítulo.

As correspondências entre dados com a tradução em português são aquelas fornecidas pelos informantes nos contextos oferecidos. Os dados provenientes de outras fontes terão suas segmentações, glosas e traduções reproduzidas nesta dissertação exatamente como está na referência original, mesmo que essas segmentações e glosas não sejam coerentes com as utilizadas pelo autor.

Os morfemas serão apresentados da seguinte forma: prefixos aparecem com um traço sucedendo o morfema (e.g. *na-*), sufixos aparecem com um traço antecedendo o morfema (e.g. *-i*). Partes de morfema que podem ou não ocorrer são apresentadas entre parênteses (e.g. *na(ka)-* onde *ka* pode ou não ocorrer no morfema dependendo do contexto fonológico). Todos os morfemas e dados de outras línguas no corpo do texto aparecem em *itálico*.

Introdução

A língua Karitiana é a única remanescente da subfamília Arikém da família Tupi (RODRIGUES, 1986). Segundo Storto (2002), o Karitiana possui seis morfemas que ocorrem na estrutura verbal pertencentes a categoria modo, a saber: o prefixo de modo declarativo *na(ka)-/ta(ka)-*, o prefixo de modo assertivo *pyt-*, o prefixo de modo deôntico *pyn-*, os sufixos de modo imperativo *-ø/-a/-y*, o prefixo de modo condicional *ǰy-* e o prefixo de modo citativo *iri-*.

O objetivo desta dissertação é detalhar a descrição morfológica e semântica desses morfemas. A investigação realizada por esta pesquisa foi guiada pelas seguintes perguntas: O que é modo em uma língua? Quais os critérios para se classificar um morfema como modo? Qual a contribuição semântica de morfemas de modo para a sentença?

Na literatura, dois tipos de fenômenos são classificados como modo: o modo verbal e o modo sentencial¹. O modo verbal é um morfema relacionado à expressão da modalidade da sentença (Palmer, 1986; Portner, 2011) e o modo sentencial é um morfema que expressa a força ilocucionária da sentença marcando o tipo sentencial (Saeed, 2009; Portner, 2011). O critério empregado por Storto (com. pess.) para classificar os morfemas em Karitiana como modo foi considerar que eles marcam tipos de sentença. Assim, segundo esse critério, os morfemas analisados por Storto (1999, 2002) são modos sentenciais nessa língua.

A classificação desse grupo de morfemas como pertencentes a categoria modo apresenta alguns problemas. Esses problemas são: (i) os morfemas ocorrem em posições diferentes na estrutura morfológica do verbo e (ii) alguns desses morfemas coocorrem entre si.

O *corpus* analisado é constituído de sentenças em Karitiana provenientes da literatura, de textos na língua e de dados coletados pelo próprio autor desta dissertação com informantes nativos. A metodologia de coleta de dados empregada foi a proposta por Matthewson (2004) e Mendes (2014) para análise semântica. Através da análise desses dados, esta dissertação explica os dois problemas mencionados acima argumentando que eles pertencem a diferentes categorias de modo. Isso explica (i) sua ocorrência em posições diferentes e (ii) a coocorrência de alguns desses morfemas.

¹ Os termos *modo verbal* e *modo sentencial* são empregados por Portner (2011) para diferenciar marcadores de modalidade de marcadores de força ilocucionária, mas esses termos não são amplamente adotados na literatura e a maioria dos trabalhos emprega o termo geral *modo*. Esta pesquisa adotará a terminologia de Portner (2011) porque, nesta pesquisa, será relevante diferenciar marcadores de modalidade (*modo verbal*) de marcadores de força ilocucionária (*modo sentencial*).

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. O primeiro apresenta alguns pontos que serão fundamentais para o entendimento da análise feita nos demais capítulos. Esses pontos são: (i) a metodologia de coleta de dados; (ii) o arcabouço teórico e (iii) a estrutura morfológica dos verbos em Karitiana.

O segundo capítulo apresenta a análise do morfema *na-* classificado como modo declarativo por Storto (1999, 2002). Nesse capítulo são apresentadas as propostas anteriores para tratar esse morfema (Landin, 1984; Storto, 1999, 2002; Everett, 2006; Felix, 2007). Argumentamos que a descrição de Storto (2002) é a mais pertinente em relação aos dados mesmo existindo dados que são exceções dentro do modelo proposto pela autora. Apresentaremos uma configuração alternativa dos prefixos na estrutura morfológica do verbo que explicará algumas dessas exceções. Então, forneceremos argumentos para embasar a categorização de Storto (1999, 2002) de *na-* como modo sentencial. Por fim, apresentamos uma proposta para descrever a contribuição semântica desse morfema.

O terceiro capítulo apresenta a análise do morfema *pyt-* classificado como modo assertivo por Storto (2002). Esse morfema ocorre no mesmo ambiente que *na-*, ou seja, apenas em sentenças declarativas. Primeiramente, apresentamos as propostas anteriores de *pyt-* (Landin, 1984; Storto, 1999, 2002; Everett, 2006; Felix, 2007). Concluiremos, através de dados coletados por esta pesquisa, que nenhuma dessas propostas é suficiente para diferenciar *pyt-* do morfema *na-*. Por fim, o capítulo argumenta que *pyt-* é modo sentencial baseado nos seguintes fatos: (i) ambos *na-* e *pyt-* ocorrem na mesma posição; (ii) eles não coocorrem e (iii) *pyt-* apresenta a mesma restrição a tipos de sentenças que motivou a categorização de *na-* como modo sentencial.

O quarto capítulo apresenta a análise de estruturas imperativas em Karitiana. Storto argumenta que em Karitiana há morfemas que marcam modo imperativo afirmativo e de imperativo negativo. O imperativo afirmativo é marcado pelos morfemas *-ʌ* e *-a* e o imperativo negativo é marcado pelos morfemas *-ʌ* e *-y*. Primeiramente, o capítulo apresenta as propostas anteriores para as estruturas imperativas em Karitiana (Landin, 1984; Storto, 1999, 2002; Everett, 2006). Esta pesquisa assume, como feito por Landin (1984), que não existe morfema de modo imperativo em Karitiana e que *-a* e *-y* são vogais epentéticas porque surgem por motivos fonológicos e não semânticos. Posteriormente, argumentamos que há um modo não-declarativo em Karitiana marcado por um morfema zero (*ʌ*). Nessa análise, esse modo está presente em todas as sentenças não declarativas da língua (e.g. imperativas, interrogativas, negativas). O capítulo argumenta que *ʌ-* é um modo sentencial porque está em distribuição complementar com outros morfemas categorizados como modo sentencial (e.g. *na(ka)-/ta(ka)-*

e *pyt-*). Por fim, apresentamos uma proposta da contribuição semântica desse morfema para a sentença.

O quinto capítulo analisa o morfema *jỹ-* em Karitiana tratado unicamente em Storto (2002) e categorizado pela autora como modo condicional. Primeiramente, apresentamos a análise da autora. Depois, argumentamos que *jỹ-* não é propriamente um modo condicional porque seu papel na língua não é formar condicionais, mas sim expressar contrafactualidade. Assumimos que *jỹ-* é modo verbal apresentando evidências semânticas e morfológicas para embasar essa classificação. A evidência semântica é o fato dele expressar modalidade realizando quantificação sobre mundos possíveis. A evidência morfológica é o fato de *jỹ-* coocorrer com *na-*, que é outro morfema de modo na língua, o que mostra que ambos não podem pertencer a categoria de modo sentencial. Por fim, o capítulo propõe uma posição diferente na estrutura morfológica do verbo para esse morfema e apresenta sua contribuição semântica.

O sexto capítulo analisa o morfema *pyn-* em Karitiana tratado unicamente em Storto (2002) e classificado pela autora como modo deôntico. Primeiramente, a proposta da autora é apresentada. Depois, argumentamos que *pyn-* é modo verbal apresentando evidências semânticas e morfológicas para embasar essa classificação. A evidência semântica é o fato dele expressar modalidade deôntica realizando quantificação sobre mundos possíveis. A evidência morfológica é o fato dele coocorrer com outros morfemas categorizados como modo sentencial (e.g. *na-*) o que mostra que *pyt-* não pode pertencer a categoria de modo sentencial. Por fim, o capítulo propõe uma posição diferente na estrutura morfológica do verbo para esse morfema e apresenta sua contribuição semântica.

O sétimo capítulo apresenta a análise do morfema *iri-* em Karitiana unicamente descrito em Storto (2002) e classificado pela autora como modo citativo. Primeiramente, a proposta da autora é apresentada. Depois, são apresentados diversos dados que contestam essa análise. Apesar de os testes não confirmarem a proposta de Storto, esta dissertação não conseguiu definir a semântica desse morfema e nem confirmar a sua categorização como modo.

Por fim, são apresentadas as conclusões gerais da pesquisa. De maneira geral, esta pesquisa possui contribuições teóricas e empíricas. A contribuição empírica foi aprimorar a descrição do Karitiana que é uma língua ameaçada de extinção. Mostramos que a língua possui dois lugares para modo na estrutura morfológica de seus verbos e não apenas um como assumido anteriormente em Storto (2002). Cada uma dessas posições codifica uma informação diferente. Morfemas que ocorrem na primeira posição codificam o tipo de sentença na língua, sendo assim, modos sentencias. Morfemas que ocorrem na segunda posição codificam modalidade, sendo

assim, modos verbais. A contribuição teórica foi mostrar que é possível a gramaticalização de dois tipos de modo no mesmo verbo, que são o modo sentencial e o modo verbal. Além disso, mostramos que a restrição de que morfema de modo não coocorrem (Sadock & Zwicky, 1985) não é válida quando eles não pertencem à mesma categoria de modo.

CAPÍTULO 1 – PONTOS FUNDAMENTAIS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta alguns pontos que serão fundamentais para o entendimento da análise dos morfemas realizada nos capítulos subsequentes desta dissertação. Esses pontos são: (i) o arcabouço teórico; (ii) a metodologia de coleta de dados e (iii) a estrutura morfológica dos verbos em Karitiana. Este capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira apresenta o arcabouço teórico empregado para definir modo. A segunda apresenta a metodologia de coleta de dados. A terceira apresenta superficialmente a estrutura morfológica dos verbos. A quarta traz um resumo do que foi visto no capítulo.

1. Arcabouço teórico da pesquisa

Esta seção apresenta o background teórico empregado para definir modo. Na literatura dois fenômenos distintos são chamados de modo. O primeiro fenômeno é o uso de um morfema para marcar modalidade chamado de *modo verbal* por Portner (2011). O segundo fenômeno é o uso de um morfema para marcar tipos de sentença chamado de *modo sentencial* por Portner (2011). Ambos os conceitos serão definidos nas subseções a seguir.

1.1 Modo verbal

Esta subseção apresenta o fenômeno classificado por Portner (2011) como modo verbal. A literatura traz as seguintes definições de modo:

É a diferença entre sentenças marcadas pelas formas verbais indicativas ou subjuntivas em línguas que são tradicionalmente descritas como possuindo essa oposição (e.g., Alemão e Italiano), bem como as formas que estão no mesmo paradigma que o indicativo e o subjuntivo (e.g., optativo), e a mesma diferença ou uma diferença muito semelhante em outras línguas. [...]

Modo Verbal é a distinção na forma entre sentenças baseada na presença, ausência ou tipo de modalidade no contexto gramatical no qual elas ocorrem. (Portner, 2011, p. 1262) ²

Vimos distinções na modalidade em inglês sendo marcadas através de vários meios incluindo advérbios e verbos modais. Quando tais distinções são marcadas através de

² Todas as traduções são do autor desta dissertação. No original: "It is the difference between clauses which is marked by indicative or subjunctive verb forms in languages which are traditionally described as having an opposition between such forms (e.g., German and Italian), as well as forms taken to be in the same paradigm as indicative and subjunctive (e.g., optative), and the same or very similar differences in other languages[...]. Verbal mood is the distinction in form among clauses based on the presence, absence or type of modality in the grammatical context in which they occur."

terminações verbais que formam conjugações verbais distintas, há uma tradição gramatical de chamá-las **modos** (grifo do autor). (Saeed, 2009, pp. 141-142)³

[...] Pode ser útil fazer uma distinção clara entre ‘modo’ e ‘modalidade’. Em línguas como o Latim e em muitas línguas europeias modernas, com os seus modos indicativo e subjuntivo, essa distinção pode ser feita em termos de características formais versus a categoria semântica tipologicamente relevante da qual eles são expoentes. A distinção entre modo e modalidade é então semelhante àquela observada entre tempo gramatical e tempo.⁴ (Palmer, 1986)

O conceito de modo presente nas definições acima é o de marcas que formam um paradigma morfológico no verbo e que estão relacionadas à modalidade. Para Palmer (1986), modo codifica gramaticalmente modalidade da mesma forma que tempo gramatical codifica gramaticalmente a categoria nocional de tempo.

A terminologia *modo verbal* é adotada é Portner (2011) para diferenciar morfemas que marcam modalidade de outros morfemas que não marcam modalidade, mas que também são chamados de modo. A partir desse conceito de modo podemos estabelecer um critério semântico claro para a identificação de um morfema como modo verbal. Esse critério pode ser expresso da seguinte maneira: *Se é morfologia verbal e expressa modalidade, então é um modo*. Porém, esse critério não é elucidativo se não definirmos o que é *modalidade*. Isso será feito na próxima subseção.

1.1.1 Modalidade

Esta subseção apresenta o conceito de modalidade adotado por esta pesquisa. Há uma divergência na literatura em relação a com o que exatamente modalidade está relacionada. Assim, a definição de modalidade vai depender do paradigma adotado. Uma forma de definir modalidade bastante tradicional é considerar que ela expressa a atitude, opinião ou julgamento do falante em relação à proposição (Lyons, 1977; Palmer, 1986, Quirk, 1985 *apud* Neves 2002). A adoção dessa definição é problemática para esta pesquisa devido a sua natureza subjetiva causada pela vagueza do termo ‘opinião/atitude/julgamento do falante’. Os fenômenos tratados

³ No original: “We have seen modality distinctions in English being marked by various means including adverbs and modal verbs. When such distinctions are marked by verb endings which form distinct conjugations, there is a grammatical tradition of calling these **moods**.”

⁴ No original: “[...] it might be useful to draw a clear distinction between ‘mood’ and ‘modality’. In languages such as Latin and many modern European languages, with their indicative and subjunctive moods, the distinction can indeed be handled in terms of the formal features versus the typologically relevant semantic categories of which they are the exponents. The distinction between mood and modality is then similar to that between tense and time.”

como ‘opinião’ ou ‘atitude do falante’ podem variar de acordo com a análise justamente por serem termos imprecisos.

Para a semântica formal, modalidade é uma categoria semântica relacionada a expressão de necessidades e possibilidades (ver Kratzer, 1981; Hacquard, 2011; Müller, ms). Esse conceito de modalidade pode ser aplicado a diferentes tipos tradicionais de modalidade como ilustrado de 1.01 a 1.04:

- 1.01 *João **tem que** estar em casa* (as luzes estão acessas – modalidade epistêmica)
Paráfrase: com base nas evidências, é **necessário** que João esteja em casa.
- 1.02 *João **pode** estar em casa* (ele volta de viagem hoje – modalidade epistêmica)
Paráfrase: com base nas evidências, é **possível** que João esteja em casa
- 1.03 *João **tem que** estudar* (é uma obrigação dele segundo seus pais que pagam o colégio – modalidade deôntica)
Paráfrase: com base em regras sociais e éticas é **necessário** que João estude.
- 1.04 *João **pode** jogar vídeo game agora* (permissão dos pais – modalidade deôntica)
Paráfrase: com base nas regras estipuladas pelos pais, é **possível** que João jogue vídeo game agora.

Assumindo-se essa definição de modalidade, um morfema será modo verbal se expressar possibilidades ou necessidades. A modalidade pode ser expressa em uma língua não só por modos verbais, mas por verbos modais (e.g., ‘poder’, ‘dever’), por advérbios (e.g., ‘necessariamente’, ‘possivelmente’), por expressões (e.g. ‘é necessário que’, ‘é possível que’) etc. Essas expressões linguísticas são chamadas expressões modais.

Dentro da semântica formal, assume-se que expressões modais quantificam sobre possibilidades. As expressões modais podem ser divididas em dois grupos de acordo com o tipo de quantificação que realizam. Há expressões modais que quantificam sobre todas as possibilidades e há expressões que quantificam sobre parte das possibilidades. Uma nova paráfrase dos exemplos 1.01 e 1.02 repetidos abaixo como 1.05 e 1.06 ilustra que o verbo *ter que* é uma expressão modal que quantifica sobre todas as possibilidades e que o verbo *poder* é uma expressão modal que quantifica sobre parte das possibilidades. Nesse paradigma, a quantificação sobre todas as possibilidades é chamada quantificação universal e a quantificação sobre parte das possibilidades é chamada de quantificação existencial.

1.05 *João tem que estar em casa*

- **Em todas as possibilidades** acessíveis a partir do que se sabe (as luzes estão acesas), ‘João estar em casa’ é uma proposição verdadeira.

1.06 *João pode estar em casa*

- **Em parte das possibilidades disponíveis** a partir do que se sabe (João volta de viagem entre hoje e amanhã), ‘João estar em casa’ é uma proposição verdadeira.

Essas possibilidades são tratadas na literatura em semântica formal como alternativas possíveis da nossa realidade. Ao enunciar 1.05 o falante só considera como possíveis as alternativas da nossa realidade nas quais João está em casa. Por outro lado, ao enunciar 1.06 o falante considera como possíveis as alternativas para a nossa realidade nas quais João está em casa e também as alternativas nas quais João não está em casa. Essas possíveis alternativas da nossa realidade são chamadas de *mundos possíveis* dentro da semântica formal. Assim, enunciar 1.05 é dizer que em todos os mundos possíveis acessíveis a partir do que se sabe a proposição ‘João estar em casa’ é verdadeira. Enunciar 1.06, por sua vez, é dizer que em parte dos mundos possíveis acessíveis a partir do que se sabe a proposição ‘João estar em casa’ é verdadeira. Desse modo, pode-se assumir que expressões que expressam modalidade quantificam sob mundos possíveis.⁵

Há duas características semânticas relevantes na análise de uma expressão modal. A primeira delas é o tipo de quantificação (universal/existencial) que essa expressão realiza. Essa primeira característica é a força modal de uma expressão. A outra característica é o tipo de modalidade que uma expressão veicula. Essa segunda característica é a base modal da expressão. Embora as duas forças modais vistas anteriormente sejam consensuais, nenhum trabalho chegou à uma lista fechada para os tipos de modalidade (ver Von Stechow, 2006; Saeed, 2009; Hacquard, 2011; Müller, ms). A tabela abaixo traz uma lista com as modalidades mais consensuais, uma breve explicação sobre cada uma delas e dois exemplos para cada tipo de modalidade.⁶ Os exemplos (a) ilustram quantificação universal e os exemplos (b) ilustram quantificação existencial para cada tipo de modalidade.

Epistêmica - relacionada ao que é possível/necessário de acordo com o que se sabe ou de acordo com as evidências que se possui.

⁵ A formalização através do conceito de mundo possíveis foi desenvolvida por Kripke (1980) e segundo Portner (2011) o conceito de modo verbal foi mais notavelmente analisado na literatura utilizando esse conceito.

⁶ Uma vez que não existe na literatura uma lista definitiva com os tipos de modalidade, o objetivo da tabela não é ser uma lista exaustiva.

<p>I.07 (a) (De acordo com as evidências disponíveis,) <i>Tem de estar chovendo</i>. [após observar pessoas entrando com guarda-chuvas molhados]</p> <p>(b) (De acordo com as evidências disponíveis,) <i>pode estar chovendo</i>. [após observar pessoas entrando com guarda-chuvas molhados]</p>	
<p>Deôntica - relacionada ao que é possível, necessário, permitido ou obrigatório dado um conjunto de leis ou princípios morais.</p>	
<p>I.08 (a) (De acordo com as regras,) visitantes <i>têm de sair</i> às 16h. [regras de hospital]</p> <p>(b) (De acordo com as regras,) visitantes <i>podem sair</i> às 16h. [regras de hospital]</p>	
<p>Bulética - relacionada ao que é possível/necessário de acordo com os desejos de alguém.</p>	
<p>I.09 (a) (De acordo com os meus desejos,) você <i>tem de ir</i> para cama em 10 minutos. [pai]</p> <p>(b) (De acordo com os meus desejos,) você <i>pode ficar</i> acordado até às 22h. [pai]</p>	
<p>Teleológica - relacionada ao que é possível/necessário para atingir determinado objetivo.</p>	
<p>I.10 (a) (De acordo com o objetivo de chegar na festa a tempo,) você <i>tem de tomar</i> um taxi.</p> <p>(b) (De acordo com o objetivo de chegar na festa a tempo,) você <i>pode tomar</i> um taxi.</p>	
<p>Circunstancial - relacionada ao que é possível/necessário dadas certas circunstâncias.</p>	
<p>I.11 (a) (De acordo com as circunstâncias,) eu <i>tenho de espirrar</i>. [dado o estado atual do meu nariz]</p> <p>(b) (De acordo com as circunstâncias,) eu <i>posso espirrar</i>. [dado o estado atual do meu nariz]</p>	

Tabela 1 Tipos de modalidade

Kratzer (1977) propõe que o significado das expressões modais é a sua parte invariável, ou seja, a sua força modal. O verbo modal *ter que* nos exemplos (a) na tabela acima possui bases modais variadas, mas a sua força modal é sempre universal. O mesmo se observa para o verbo *poder* nos exemplos (b) na tabela acima que possui bases modais variadas, mas sua força modal é sempre existencial.⁷

⁷ Essa proposta não parece ser válida para todas as línguas humanas. Matthewson (2010), por exemplo, relata que o subjuntivo da língua St'át'imcets faz exatamente o contrário, pois restringe a base modal e varia a força modal. Por esse motivo, é importante que na investigação expressões modais em uma língua pouco descrita como o Karitiana sejam levados em conta ambos a força e a base modal.

Esta subseção apresentou o conceito de modalidade mostrando que há duas características semânticas relevantes para o entendimento desse conceito. Essas características são a força modal que é o tipo de quantificação sobre mundos possíveis realizada e base modal que é o tipo de modalidade. Em relação à força modal, uma expressão modal pode quantificar sobre todos os mundos possíveis indicando uma necessidade ou sobre parte dos mundos possíveis indicando uma possibilidade.

A partir do conceito de modalidade visto neste capítulo, podemos redefinir o critério que apresentamos na subseção anterior da seguinte maneira *Se é morfologia verbal e realiza uma quantificação sobre mundos possíveis (indicando necessidade ou possibilidade), então é um modo*. Esse critério é válido apenas para o que Portner (2011) chama de *modo verbal*. O outro tipo de fenômeno tratado na literatura como modo será explorado na próxima subseção.

1.2 Modo sentencial

O objetivo desta seção é apresentar o conceito de modo sentencial. As seguintes definições são encontradas na literatura para esse tipo de modo:

Modo sentencial é a contraparte semântica da oposição entre tipos de sentenças. Assim temos o modo declarativo, o modo interrogativo e o modo imperativo, entre outros. Esse conceito de modo tem raízes na filosofia da linguagem e muitos linguistas que utilizam o termo ‘modo’ desta maneira desenvolvem a perspectiva dos atos de fala.⁸ (Portner, 2011, p. 1263)

Mudanças na morfologia verbal associadas aos diferentes tipos de funções sociais ou **atos de fala** (grifo do autor) que o falante intenciona. Por exemplo, um falante pode querer expressar uma sentença como uma asserção, uma questão, um comando ou um desejo [...]. Algumas línguas marcam essa informação através de formas verbais específicas: por exemplo, algumas línguas possuem conjugações verbais especiais de **optativo** (grifo do autor) para expressar desejos [...]. Tais formas verbais especiais para atos de fala são frequentemente chamadas modos: o exemplo acima estaria então no modo optativo, e em algumas línguas se contrastaria com o modo imperativo (para comandos), com o modo interrogativo (para perguntas) ou com o modo declarativo (para asserções).⁹ (Saeed, 2009, p. 144)

⁸ No original: “Sentence mood is the semantic side of the opposition among clause types. Thus we have declarative mood, interrogative mood, and imperative mood, among others. This concept of mood has roots in philosophy of language, and many linguistics who use the term ‘mood’ in this way develop the perspective of speech act theory.”

⁹ No original: “Changes in verbal morphology associated with the different social functions or **speech acts** that a speaker may intend. For example a speaker may intend a sentence as a statement, a question, a command or a wish. [...]. Some languages mark this information by particular verb forms: for example, some languages have special **optative** verb conjugations to express wishes [...]. Such special speech act verbal forms are often called moods: the example above would therefore be in the optative mood, and in some languages this would contrast with an imperative mood (for commands), an interrogative mood (for questions) or a declarative mood (for statements).”

Essas definições mostram que esse segundo fenômeno chamado de modo também são marcas morfológicas presentes no verbo. Porém, enquanto modos verbais expressam tipos de modalidades, modos sentenciais estão vinculados a tipos de sentença. A partir desse conceito podemos assumir o seguinte critério *Se é morfologia verbal e está relacionada a tipo de sentença, então é um modo sentencial*. Porém, da mesma forma que foi necessário definir o que é modalidade, se faz necessário definir o que é *tipo de sentença*. Isso será feito na próxima subseção.

1.2.1 Tipos de sentença

Esta seção apresenta o conceito de tipos de sentenças. Tipos sentenciais podem ser definidos da seguinte maneira:

Os falantes de qualquer língua podem realizar um grande número de tarefas comunicativas com as sentenças de sua língua: eles podem começar uma conversa, mandar alguém fazer algo, narrar um conto, pedir por informação, prometer fazer algo em um tempo futuro, relatar o que eles sabem ou ouviram, expressar surpresa ou consternação como que ocorreu com eles, sugerir uma ação em conjunto, dar permissão para alguém fazer algo, fazer uma aposta, oferecer algo a alguém e assim sucessivamente. Para alguns desses usos de sentenças a língua possui construções sintáticas específicas, ou mesmo formas específicas, reservada para apenas esses usos – partículas específicas, afixos, ordem das palavras, entonação, elementos inexistentes, ou até alternância fonológica (ou vários desses simultaneamente) [...]. Tal coincidência entre estrutura gramatical e uso conversacional convencional é chamado de TIPO SENTENCIAL (grifo do autor).¹⁰ (Sadock & Zwicky, 1985, p. 155)

Como observado na definição acima, tipos sentenciais são estruturas gramaticais especializadas para realizar certas funções comunicativas. Observe abaixo os dados 1.13 (a), (b) e (c) provenientes do inglês. Essas sentenças têm usos diferentes na língua. Elas são respectivamente utilizadas para se declarar algo, se questionar algo e para ordenar algo. Esses usos especializados aliados às características gramaticais específicas (e.g. diferentes prosódias, presença ou ausência de verbo auxiliar, conjugação verbal etc.) definem tipos de sentenças. Assim, quando uma sentença possui um uso específico (declarar, perguntar e ordenar) aliado a uma estrutura gramatical específica, temos um tipo sentencial em uma língua.

¹⁰ The speakers of any language can accomplish a great many communicative tasks with the sentences of their language: they can start a conversation, order someone to do something, narrate a tale, ask for information, promise to do something at some future time, report what they know or have heard, express surprise or dismay at what is going on about them, suggest a joint action, give permission for someone to do something, make a bet, offer something to someone, and so on. For some of these uses of sentences a language will have specific syntactic constructions, or even specific *forms*, reserved for just theses uses special particles, affixes, word order, intonations, missing elements, or even phonological alterations (or several of these in concert) [...]. Such a coincidence of grammatical structure and conventional conversational use we call a SENTENCE TYPE.”

1.13 (a) John shut the door. (Palmer, 1986, p. 23)

‘John fechou a porta.’

(b) Did John shut the door? (Palmer, 1986, p. 23)

‘John fechou a porta?’

(c) Shut the door, John! (Palmer, 1986, p. 23)

‘Feche a porta, John!’

Na definição acima, tipos de sentenças são definidos por duas características, sua forma gramatical e seu uso específico. Esses usos (declarar, perguntar, ordenar) são tratados como os atos de fala na pragmática (Ver Austin, 1990; Searle, 1965; 1968). Sadock & Zwicky (1985) afirmam que tipos sentenciais formam um sistema. Nesse sistema as sentenças pertencem a grupos. Cada grupo é caracterizado pelo uso e pelos aspectos gramaticais das sentenças que o compõe. Por exemplo, o grupo das interrogativas é caracterizado pelo ato de fala de perguntar algo e por certas características gramaticais como a presença de um verbo antes do sujeito no inglês. Uma característica relevante desse sistema é que esses grupos são mutuamente excludentes, ou seja, uma sentença não pode pertencer a dois grupos ao mesmo tempo. Por exemplo, não existe uma sentença que seja simultaneamente declarativa e interrogativa. A consequência disso é que os morfemas que marcam tipo sentencial não podem coocorrer. Se uma sentença pode estar somente em um grupo, e o morfema de modo sentencial marca o grupo ao qual ela pertence, então só pode haver um morfema de modo sentencial nessa sentença marcando o grupo ao qual ela pertence, ou seja, seu tipo sentencial.

Para Chierchia & McConnel-Ginet (1990), o correlato semântico de tipo sentencial é a força ilocucionária da sentença. Para os autores, toda sentença é composta de um conteúdo proposicional e de uma força ilocucionária. Observe que nos dados 1.13a-c acima o conteúdo proposicional é o mesmo (‘John shut the door’), mas a força ilocucionária é diferente nos três casos. Os autores explicam que as forças ilocucionária de declarativas, interrogativas e imperativas podem ser identificadas com ‘declarar que’, ‘perguntar se’ e ‘mandar’. Assim, uma outra maneira de explicar o fenômeno é assumir que morfemas de modo sentencial expressam a força ilocucionária da sentença.

A partir do conceito de tipos de sentenças visto neste capítulo, podemos redefinir o critério que apresentamos na subseção anterior da seguinte maneira *se é morfologia verbal e está relacionada a força ilocucionária da sentença, então é um modo sentencial*. Por exemplo, o modo sentencial declarativo é um morfema que está vinculado a força ilocucionária do ato de declarar marcando as sentenças como pertencentes ao grupo das declarativas em uma língua.

Por estar vinculado a um tipo de sentença, esse morfema não apareceria em nenhum dos outros tipos de sentença na língua. Uma questão relevante é se modo verbal e modo sentencial devem ser necessariamente coisas distintas. Essa questão será abordada na próxima subseção.

1.3 Modo verbal e modo sentencial são necessariamente distintos?

Esta subseção discute se modo verbal e modo sentencial são necessariamente categorias distintas. A resposta é não. Em uma língua, um morfema pode expressar modalidade e, ao mesmo tempo, marcar um tipo de sentença na língua. Essa possibilidade está expressa em Portner (2011, p. 1263) que afirma que *“Em algumas teorias, modo sentencial está fortemente ligado ao modo verbal; a distinção é facilmente elidida em discussões sobre o imperativo, onde modo verbal e modo sentencial frequentemente coincidem”*.¹¹

Assim, a classificação de um morfema como modo verbal, não exclui a possibilidade desse morfema ser um modo sentencial. Como visto acima, o modo imperativo pode ser tratado como um modo verbal porque está vinculado à expressão de modalidade (bulética, deôntica, etc.) e também modo sentencial porque está vinculado ao ato de fala de ordenar marcando um tipo de sentença (as imperativas). O mesmo é observado para o modo declarativo que pode ser tratado como modo sentencial por estar marcando um tipo sentencial vinculado ao ato de fala de declarar, mas também modo verbal porque está relacionando à expressão de modalidade epistêmica expressando que o falante acredita que a proposição é verdadeira (Palmer, 2001). Diante dessa possibilidade, uma pergunta relevante é: *há alguma definição que consiga definir modo de maneira geral abarcando tanto marcas de modalidade quanto marcas de tipo sentencial?* Bybee (1985) elabora uma definição de modo que dê conta de ambos os fenômenos como pode ser visto a seguir a seguir:

Modo é uma marca no verbo que aponta como o falante escolhe colocar a proposição no contexto discursivo. A principal função desta definição é distinguir modo de tempo e aspecto, e agrupar os modos bem conhecidos, indicativo, imperativo, subjuntivo e assim por diante. Ela foi intencionalmente formulada para ser geral o suficiente para cobrir ambos os marcadores de força ilocucionária, como o imperativo, e os marcadores de graus de comprometimento do falante para com a verdade da proposição, como o dubitativo. O que todos esses marcadores têm em comum é que eles apontam o que o falante está fazendo com a proposição, e eles tem a proposição inteira em seu escopo. Incluídas nessa definição estão as modalidades epistêmicas, i.e., aquelas que apontam o grau de comprometimento que o falante tem com a verdade da proposição. Assume-se que elas vão da certeza, passando por probabilidade até a possibilidade.

¹¹ No original: “In some theories, sentence mood is closely linked with verbal mood; the distinction is easily elided in discussions of the imperative, where a verbal mood and sentence mood frequently coincide.”

Excluídas, porém, estão as outras ‘modalidades’, como as modalidades deônticas de permissão e obrigação, porque elas descrevem certas condições para o *agente* com relação a predicação principal.¹² (grifos do autor) (Bybee, 1985, pp. 166-167)

A definição de Bybee (1985) acima é ampla o suficiente para dar conta de marcadores de força ilocucionária como marcadores de modalidade. Segundo a autora, ambos têm a proposição inteira em seu escopo. Assim, se é possível um tratamento unificado para modo verbal e modo sentencial, por que tratá-los de maneira distinta como fizemos nesta dissertação? Primeiramente, foi relevante para esta pesquisa diferenciar modo verbal de modo sentencial porque, como defenderemos nos próximos capítulos, eles são diferenciados em Karitiana estando gramaticalizados em posições distintas.

Além disso, o tratamento unificado de Bybee (1985) postula que as modalidades deôntica e bulética não caracterizam um morfema como modo porque estão relacionadas com o agente da proposição e não têm escopo sobre a proposição inteira. Essa visão da autora não é consensual. Na semântica formal, a modalidade deôntica tem escopo sobre a proposição inteira definindo quais os mundos possíveis acessíveis (Kratzer, 1981) como visto na seção 1.1.2. Por esses motivos, esta dissertação opta por um tratamento que diferencie modo verbal de modo sentencial.

O objetivo desta seção foi apresentar o primeiro ponto fundamental da pesquisa que é o background teórico empregado para embasar o conceito de modo. Distinguímos dois fenômenos tratados na literatura como modo que são modo verbal e modo sentencial. Essa diferenciação será relevante na análise dos morfemas em Karitiana. A próxima seção apresenta a metodologia de coleta de dados que é o segundo ponto essencial para o entendimento de certos procedimentos adotados na elicitação de dados desta pesquisa.

¹² No original “*Mood* is a marker on the verb that signals how the speaker chooses to put the proposition into the discourse context. The main function of this definition is to distinguish *mood* from *tense* and *aspect*, and to group together the well-known moods, *indicative*, *imperative*, *subjunctive* and so on. It was intentionally formulated to be general enough to cover both markers of illocutionary force, such as *imperative*, and markers of the degree of commitment of the speaker to the truth of the proposition, such as *dubitative*. What all these markers of mood category have in common is that they signal what the *speaker* is doing with the proposition, and they have the *whole proposition* in their scope. Included under this definition are epistemic modalities, i.e. those that signal the degree of commitment the speaker has to the truth of the proposition. These are usually said to range from certainty to probability to possibility.

Excluded, however, are the other ‘modalities’, such as the deontic modalities of permission and obligation, because they describe certain conditions on the agent with regard to the main predication.”

- 1.16 Inácio **ĩy**‘yt saryt ‘ip
 Inácio $\emptyset$ -**ĩy**-‘y-t saryt- $\emptyset$ ‘ip
 Inácio 3- **ĩy**-comer-nfut ev.rep-nfut peixe
 ‘Inácio ia comer o peixe [disseram].’ (Chaves-Alexandre, 2016:57)

Contexto: Disseram para o falante que Inácio tinha a intenção de comer o peixe. Para passar essa informação para outra pessoa, o falante pode usar a sentença acima.

- 1.17 Inácio **ĩy**okyt saryt ombaky
 Inácio $\emptyset$ -**ĩy**-oky-t saryt- $\emptyset$ ombaky
 Inácio 3-**ĩy**-matar-nfut ev.rep-nfut onça
 ‘Inácio ia matar a onça [disseram].’ (Chaves-Alexandre, 2016:57)

Contexto: Disseram para o falante que Inácio tinha a intenção de matar a onça. Para passar essa informação para outra pessoa, o falante pode usar a sentença acima.

- 1.18 João **ĩy**so’oot saryt pikomty haka ikokotop
 João $\emptyset$ -**ĩy**-so’oot saryt- $\emptyset$ pikom-ty haka i-kokotop
 João 3-**ĩy**-ver ev.rep-nfut macaco-obl aqui 3-passar
 ‘João veria o macaco se ele passasse por aqui [disseram].’ (Chaves-Alexandre, 2016:58)

Contexto: Um grupo de pessoas estava procurando um macaco que fugiu pela mata. Uma pessoa fala ao falante, que se o macaco passasse onde João ficou de guarda, ele teria visto. Ao falar essa sentença para outra pessoa, o falante poderia utilizar a sentença acima.

- 1.19 João **ĩy**pykynñn saryt ombakty gopip ta‘akip
 João $\emptyset$ -**ĩy**-pykynñn saryt- $\emptyset$ ombaky-ty gopip ta-‘akip
 João 3-**ĩy**-correr ev.rep-nfut onça-obl mata 3anaf-estar
 ‘João correria da onça se ela estivesse na mata [disseram].’ (Chaves-Alexandre, 2016:58)

Contexto: Um grupo de pessoas foram caçar na mata. O grupo se dividiu e a pessoa que estava com João falou que ele correria se a onça estivesse na mata. Ao falar essa informação para outra pessoa, o falante poderia usar a sentença acima.

Comparando-se as traduções fornecidas por Storto (2002) e Chaves-Alexandre (2016) para os seis dados acima, assumimos que as sentenças com os verbos prefixados por *ĩy*-têm em comum o fato de que todas elas descrevem situações que não ocorreram. Se todos os dados nos quais o prefixo *ĩy*- ocorre descrevem situações irreais, uma hipótese que pode-se formular é que o uso desse morfema talvez esteja relacionado às situações hipotéticas, ou seja, situações

contrafactuais. Esse foi um exemplo da primeira etapa da coleta de dados na qual são coletados dados da literatura e dos textos e, através da comparação desses dados, levanta-se uma hipótese. As próximas etapas chamadas de tradução contextualizada e julgamento do valor de verdade em contextos visam testar essas hipóteses. Essas etapas serão explicadas nas próximas subseções.

2.2 Tradução contextualizada de dados

Esta subseção apresenta a segunda etapa que é a tradução contextualizada de dados. Nela é fornecida uma sentença em português sendo empregada dentro de contexto também em português. Então, pede-se ao falante nativo que traduza a sentença do português para uma sentença em sua língua que seja válida no mesmo contexto. Os contextos devem ser formulados de modo a testar as hipóteses feitas na etapa anterior. Para exemplificar esta etapa voltaremos aos dados 1.14 à 1.19 mencionados na subseção anterior. Por exemplo, na seção anterior, elaborou-se a hipótese através de dados em textos com o prefixo *ŷy-* que esse morfema estava relacionado ao sentido contrafactual. Então, cria-se contextos contrafactuais e contextos factuais para se observar o comportamento desse morfema em relação a esses contextos como pode ser observado abaixo.

CONTEXTO A (factual)

Você está ensinando seu filho sobre fatos da natureza. Como você diz “**Meu filho, se você planta uma semente, ela vira uma árvore.**” em Karitiana?

DADO FORNECIDO

1.20	y'it	[kinda	sypo	a-namang	tykiri	] [nakatari	'ep	]
	y-'it	[kinda	sypo	a-namang	tykiri	] [ø-naka-tat-i	'ep	]
	1-filho	[coisa	semente	2-plantar	quando]	[3-dec-ir-fut	árvore]	
	'Meu filho, [quando você planta uma semente				] [ela vira uma árvore'			

CONTEXTO B (contrafactual)

Seu amigo Antônio está indo da reserva para Porto Velho e te pede para levar ele. Porém, você vendeu o carro e ele não sabe disso. Como você diz “**Antônio, seu eu tivesse um carro, eu te levaria**” em Karitiana?

DADO FORNECIDO								
1.21	Antônio,	[carro	tyyt	yakiip	]	[yn	aĩyratot	]
	Antônio,	[carro	tyyt	y-aki-p	]	[yn	a-ĩy-atot-ø	]
	Antônio,	[carro	ter	1-cop-all]		[1	2-ĩy-levar-nfut]	
	‘Antônio,	[se eu tivesse	carro,		]	[eu te levaria’		]

Tabela 2 Exemplo de tradução contextualizada

Observe que no contexto A, que é factual, o prefixo *ĩy-* não foi utilizado. Já no contexto B, que é contrafactual, esse prefixo aparece. Se após a repetição desse procedimento com vários tipos de verbos, tempos e pessoas, o morfema continuar apresentando o padrão de só aparecer em contextos contrafactuais, esse comportamento vai reforçar a hipótese de que ele seja responsável por expressar contrafactualidade.

Esta subseção apresentou como a tradução contextualizada pode ser empregada para dar pistas a respeito da semântica de um morfema reforçando uma hipótese. A última etapa consiste no julgamento feito por informantes do valor de verdade de dados em contextos diferentes. Essa etapa será explicada na próxima subseção.

2.3 Julgamentos de valor de verdade de um dado em um contexto

Esta subseção apresenta a última etapa que são os julgamentos de valor de verdade de um dado em um contexto. O objetivo desta etapa é chegar a um contexto mínimo que representa a semântica desse morfema. Por exemplo, esta etapa testaria se o ambiente contrafactual é o contexto mínimo no qual *ĩy-* ocorre. Verifica-se se esse morfema é aceito em outros ambientes que não são contrafactuais como ilustrado a seguir.

Contexto A (factual - presente):

Seu amigo Antônio está precisando ir para Porto Velho agora. Como você tem um carro, você decide levar ele neste momento. Você pode dizer ‘Antônio, carro tyyt yakiip, yn aĩyratot’ para avisá-lo que como você tem carro, você vai levá-lo?

Contexto B (factual - futuro):

Seu amigo Antônio está precisando ir para Porto Velho amanhã. Você geralmente dá carona para ele, mas ele sabe que seu carro quebrou recentemente e não te pede. O seu carro, porém, ficará pronto amanhã e você poderá levar ele. Você pode dizer ‘Antônio, carro tyyt yakiip, yn aĩyratot’ para avisá-lo que você terá carro, e que você vai levá-lo?

Contexto C (contrafactual - presente):

Seu amigo Antônio está precisando ir para Porto Velho agora e te pede carona. Você geralmente dá carona para ele, mas seu carro está quebrado e ele não sabe. Você pode dizer ‘Antônio, carro tyyt yakiip, yn aỹyratot’ para dizer que se você tivesse um carro, que você levaria ele?

Contexto D (contrafactual – futuro):

Seu amigo Antônio está precisando ir para Porto Velho amanhã e te pede carona. Você geralmente dá carona para ele, mas seu carro está quebrado e ele não sabe. Você pode dizer ‘Antônio, carro tyyt yakiip, yn aỹyratot’ para dizer que se você tivesse o carro amanhã, que você levaria ele?

Contexto E (contrafactual – passado):

Seu amigo Antônio precisou ir para Porto Velho ontem. Você geralmente dá carona para ele, mas seu carro estava quebrado e você não pode. Ele ficou chateado porque não sabia que o carro estava quebrado. Você pode dizer ‘Antônio, carro tyyt yakiip, yn aỹyratot’ para dizer que se você tivesse o carro ontem, que você teria levado ele?

Tabela 3 Exemplo de julgamento do valor de verdade

Falamos em julgamento de valor de verdade porque o informante julga se a sentença é verdadeira ao ser enunciada naquele contexto. Se um falante aceita uma sentença *S* em um contexto *C*, essa sentença é verdadeira em *C*. Os julgamentos do valor de verdade dos informantes vai determinar o(s) contexto(s) mínimo(s) no qual o morfema ocorre permitindo uma investigação semântica mais detalhada do morfema. Se o informante aceitar dados com o morfema *jỹ-* em contextos contrafactuais como *C*, *D* e *E* no quadro acima, isso é uma evidência de que a semântica desse morfema está relacionada a contrafactualidade.

Esta seção apresentou o segundo ponto fundamental para a pesquisa que é o modelo metodológico proposto por Matthewson (2004) e Mendes (2014) para coleta e análise de dados em línguas indígenas. O emprego dessa metodologia de coleta é essencial porque argumentaremos que alguns problemas presentes em análises anteriores derivam do fato de o autor não ter seguido esse procedimento de coleta. O último ponto essencial para o entendimento da análise feita nesta pesquisa é a estrutura dos verbos em Karitiana que será explicada a seguir.

3. A estrutura dos verbos no Karitiana

Esta seção apresenta a estrutura morfológica dos verbos em Karitiana. O entendimento de diversos dos problemas discutidos nos próximos capítulos dependem do conhecimento da estrutura morfológica do verbo em Karitiana. Por esse motivo, é relevante a apresentação prévia dessa estrutura. Segundo Storto (1999; 2002), os verbos em Karitiana em uma sentença matriz apresentam a seguinte estrutura morfológica:

Pessoa-**modo**-(voz)-RAIZVERBAL-tempo^{13 14}

Essa distribuição está ilustrada no exemplo 1.22 abaixo. Através desse exemplo, observa-se que em Karitiana o primeiro prefixo do verbo é o de pessoa (terceira pessoa), seguido pelo sufixo de modo (modo declarativo), seguido pela raiz verbal (*oky*), seguida pelo sufixo de tempo (não-futuro).

- 1.22 *taso* *naokyt* *boroja*
 taso $\emptyset$ -*na-oky-t* *boroja*
 taso 3-dec-matar-nfut *cobra*
 ‘O homem matou a cobra’ (Storto, 2002, 153)

Esta seção está estruturada em duas subseções. A primeira subseção apresenta os prefixos de pessoa, de voz, de aspecto habitual e de evidencialidade. A segunda subseção e os sufixos de tempo.

3.1 Os prefixos de pessoa

Esta seção apresenta os prefixos de concordância de pessoa em Karitiana. Esses são os primeiros prefixos na estrutura morfológica do verbo. O Karitiana possui seis prefixos de pessoa, a saber: *y-* (Primeira pessoa do singular), *a-* (segunda pessoa do singular), *yj-* (Primeira pessoa do plural inclusiva), *yta-* (Primeira pessoa do plural exclusiva), *aj-* (segunda pessoa do plural) e $\emptyset$ -/*i-* terceira pessoa. A língua é do sistema ergativo-absolutivo e a flexão de pessoa no verbo concorda com o objeto de verbos transitivos e com o sujeito de verbos intransitivos como pode ser observado nos exemplos da tabela abaixo.

¹³ Os itens entre parênteses são opcionais.

¹⁴ Uma exceção para essa estrutura é o modo imperativo, que segundo Storto (2002), é realizado como sufixo.

FLEXÃO	PREFIXO	EXEMPLO
1ª pessoa do singular	<i>y-</i>	1.23 An ytaokyj yn an y-ta-oky-j yn 2 1-dec-machucar-fut 1 'Você vai me machucar.' (Storto, 1999, 157)
2ª pessoa do singular	<i>a-</i>	1.24 Yn ataokyj na yn a-ta-oky-j an 1 2-dec-matar-fut 2 'Eu vou te machucar' (Storto, 1999, 157)
1ª pessoa do plural inclusiva	<i>yj-</i>	1.25 yjpydiwytŷn yj-py-diwyt-ŷn 1pi-vb.foc-esquecer-nfut 'Nós esquecemos' (Everett, 2006, 303)
1ª pessoa do plural exclusiva	<i>yta-</i>	1.26 ytapydiwytŷn yta-py-diwyt-ŷn 1pe-vb.foc-esquecer-nfut 'Nós (não você) esquecemos' (Everett, 2006, 303)
2ª pessoa do plural	<i>aj-</i>	1.27 ajpydiwytŷn aj-py-diwyt-ŷn 2p-vb.foc-esquecer-nfut 'Vocês esqueceram' (Everett, 2006, 303)
3ª pessoa	<i>ø-/i-¹⁵</i>	1.28 taso naokyt boroja taso ø-na-oky-t boroja homem 3-dec-matar-nfut cobra 'O homem matou a cobra (declarativa)' (Storto, 2002, 153) 1.29 taso iokyt boroja taso i-oky-t boroja homem 3-matar-nfut cobra 'O homem matou a cobra (não declarativa)' (Storto, 2002, 153)

Tabela 4 Prefixos de pessoa em Karitiana

¹⁵ Segundo Storto (2002), a alternância entre *ø-* e *i-* se deve ao fato de que o primeiro prefixo é utilizado em contextos declarativos e assertivos e o segundo prefixo é utilizado em contextos não-declarativos. Everett (2006) não analisa o prefixo *i-* como um morfema de pessoa, mas sim como um morfema que marca orações intransitivas.

Segundo Storto (1999, 2002), além dos prefixos de pessoa, há outros prefixos em Karitiana que ocorrem na estrutura morfológica do verbo para marcar voz, habitualidade e evidencialidade. De acordo com Storto (1999), o prefixo *m-* marca voz causativa como ilustrado no exemplo 1.30 o prefixo *a-* marca voz passiva como ilustrado no exemplo 1.31. Esses prefixos de voz ocorrem entre a raiz verbal e o prefixo glosado como modo.

- 1.30 **nakamtat**
 $\emptyset$ -naka-**m**-tat- $\emptyset$
 3-dec-**caus**-ir-nfut
 ‘Fazer alguém ir’ (Storto, 1999, 52)

- 1.31 **pyraokydn** yn
 $\emptyset$ -pyr-**a**-oky-dn yn
 3-ass-**pass**-matar-nfut 1
 ‘Eles me mataram (passiva)’ (Storto, 1999, 205)

De acordo com Storto (1999), o prefixo *na-/ta-* marca habitualidade do evento. Por esse motivo, a autora glosa como habitual como pode ser observado em 1.32 abaixo.

- 1.32 Apip **napynkĩĩ** andyk, y‘ete‘et
 a-pip **na**-pyn-kĩĩ andyk y-‘ete-‘et
 aquilo-pos **hab**-deo-chorar asp 1-filho-filho
 ‘Aí, deve-se chorar então, meu neto.’ (Storto, 2002, 157)

De acordo com Storto (2002), o alomorfe *ta(ka)-* categorizado pela autora como modo declarativo, pode ter também um uso evidencial. Esse morfema, segundo a autora, seria utilizado para marcar evidência não-visual (telepática ou sonora) como ilustrado no exemplo 1.33 abaixo:

- 1.33 Taso **taokyt** ombaky
 taso **ta**-oky-t ombaky
 homem **ev.nvis**-matar-nfut onça
 ‘O homem matou a onça’ (Storto, 2002, 164)

Contexto: quando se ouve um tiro vindo do local para onde o homem foi, perseguindo a onça.

Esta subseção apresentou os prefixos de pessoa, voz, habitualidade e evidencialidade em Karitiana. A próxima subseção apresentará os sufixos de tempo.

3.2 Os sufixos de tempo

Nesta seção apresentaremos os sufixos de tempo em Karitiana. De acordo com Storto (2002), essa língua marca gramaticalmente dois tempos, o futuro e o não-futuro. O futuro é marcado pelos sufixos *-i* e *-j*. O morfema *-i* é utilizado quando a raiz terminar em consoante como ilustrado em 1.34 e o morfema *-j* é utilizado quando a raiz terminar em vogal como ilustrado em 1.35.

- 1.34 Ytakahori yta
 y-taka-hot-**i** yta
 1-dec-sair-**fut** 1pe
 ‘Nós vamos sair’ (Carvalho, 2010, 36)
- 1.35 2020 pip yn nakam‘**aj** ambi
 2020 pip yn ø-naka-m-‘a-**j** ambi
 2020 em 1 3-dec-caus-fazer-**fut** casa
 ‘Em 2020 eu vou construir uma casa’ (Carvalho, 2010, 36)

Já o tempo não-futuro pode ter uma leitura de presente ou passado e é expresso pelos sufixos *-ø* e *-t*. O morfema *-ø* é utilizado quando a raiz terminar em consoante como ilustrado em 1.36 e o morfema *-t* é utilizado quando a raiz terminar em vogal como ilustrado em 1.37.

- 1.36 Maria naamang gok koot
 Maria ø-na-amang-**ø** gok koot
 Maria 3-dec-plantar-**nfut** macaxeira ontem
 ‘Maria plantou macaxeira ontem’ (Carvalho, 2010, 37)
- 1.37 Yn ytaokyt
 yn y-ta-oky-**t**
 1 1-dec-matar-**nfut**
 ‘Você me matou’ (Carvalho, 2010, 37)

De acordo com Storto (2002), o tempo não-futuro é realizado com $-\langle y \rangle n$ quando o prefixo de modo for o assertivo como pode ser observado em 1.38 abaixo.

- 1.38 Pyraoty**dn** ãwã
 pyra-oty-**n** ãwã
 ass-banhar-**nfut** criança
 ‘Ele banhou a criança’ (Carvalho, 2010, 37)

Esta subseção apresentou os morfemas presentes na estrutura verbal do Karitiana. Ela encerra a apresentação do terceiro ponto fundamental para o entendimento da dissertação que é a estrutura do Karitiana. A próxima seção traz um resumo do que foi visto no capítulo.

4. Resumindo

Este capítulo apresentou alguns pontos que são fundamentais para o entendimento da análise que será realizada nos próximos capítulos. Primeiramente, apresentamos o background teórico definindo dois tipos de fenômenos que são classificados como modo: o modo verbal e o modo sentencial. Depois, apresentamos a metodologia de coleta de dados empregada baseada em três etapas: (i) coleta em textos, (ii) tradução contextualizada e (iii) julgamento do valor de verdade de um dado em um contexto. Por último, apresentamos os morfemas que estão presentes na estrutura morfológica do verbo de acordo com Storto (2002). Como frisado em vários pontos no decorrer deste capítulo, o entendimento desses três pontos é essencial para acompanhar as discussões que serão realizadas nos próximos capítulos. O próximo capítulo apresenta análise desta dissertação para os morfemas *na(ka)-/ta(ka)-* chamados por Storto de modo declarativo.

CAPÍTULO 2 – OS PREFIXOS VERBAIS NA(KA)-/TA(KA)-

Este capítulo analisa o morfema *na(ka)-/ta(ka)-* classificado por Storto (2002) como modo declarativo. Inicialmente, realizamos uma revisão de toda a literatura sobre esse morfema. Ele foi tratado anteriormente por quatro autores: Landin (1984), Storto (1999; 2002), Everett (2006) e Felix (2007). O estudo comparativo dessas descrições revelou que a proposta de Storto (1999; 2002) é a mais coerente com os dados do Karitiana.

Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira apresenta detalhadamente as propostas anteriores de Landin (1984), Storto (1999; 2002), Everett (2006) e Felix (2007) para os morfemas *na(ka)-/ta(ka)-*. A segunda analisa comparativamente essas propostas mostrando, através dos dados na língua, porque a de Storto (1999, 2002) é a mais adequada. Há algumas exceções para a categorização de Storto (1999, 2002). A autora explica essas exceções atribuindo um uso evidencial para *ta(ka)-* e assumindo que existe um morfema *na-/ta-* homófono do modo declarativo para expressar habitualidade. Na segunda seção apresentamos alguns testes realizados nesta pesquisa que mostram que *ta(ka)-* não possui um uso evidencial e que *na-/ta-* não é um morfema de modo habitual, mas sim o mesmo morfema de modo declarativo. Assim, as exceções que uso evidencial e esse morfema habitual explicavam permanecem um problema para a análise da autora.

Esta pesquisa explica essas exceções propondo uma configuração alternativa dos prefixos para a estrutura morfológica do verbo. Na configuração proposta nesta dissertação há duas posições na estrutura morfológica do verbo para morfemas de modo. A primeira marca modo sentencial e a segunda marca modo verbal. Isso explicaria a coocorrência de *na(ka)-/ta(ka)-* com outros morfemas classificados como modo por Storto (1999, 2002) como *jĩ-* e *pyn-*.¹⁶ Depois, são fornecidos alguns argumentos para embasar a classificação de *na(ka)-/ta(ka)-* como modo sentencial. Por último, a segunda seção apresenta uma proposta formal para representar a contribuição semântica desses morfemas para a sentença. A força ilocucionária de sentenças declarativas incluem uma proposição {p} no *Common Ground* e que o papel de um morfema declarativo como *na(ka)-/ta(ka)-* é indicar essa operação.¹⁷ A terceira subseção traz as conclusões deste capítulo.

¹⁶ O prefixo *jĩ-* será analisado no quinto capítulo e prefixo *pyn-* será analisado no sexto capítulo.

¹⁷ Os conceitos de *Common Ground* e proposição serão explicados na segunda parte deste capítulo.

1. Propostas anteriores

Esta seção apresenta as análises do morfema *na(ka)-/ta(ka)-* propostas por Landin (1984), Storto (1999; 2002), Everett (2006) e Felix (2007). Esta seção está estruturada da seguinte forma: A primeira subseção apresenta a proposta de Landin, a segunda apresenta a proposta de Storto, a terceira apresenta a proposta de Felix, a quarta apresenta a proposta de Everett e a última traz um resumo dessas análises.

1.1 A proposta de Landin

Esta subseção apresenta a análise de Landin (1984) para os alomorfes *na(ka)-/ta(ka)-*. O autor analisa *-na* como um morfema de afirmativo na língua sendo *naka-*, *ta-* e *taka-* seus alomorfes. A classificação de *na-* como afirmativo se deve ao fato de que, segundo Landin (1984), as sentenças afirmativas em Karitiana possuem esse morfema como ilustrado pelos dados 2.01 a 2.04 abaixo.¹⁸

2.01 ãn **nāk**ataky mĩĩ
 ãn **nāka**-taky mĩĩ
 1 **afirmativo**-matar-tempo amendoim
 ‘Eu vou pesar amendoins’ (Landin, 1984, 4)¹⁹

2.02 Y **taka**pony
 y **taka**-põny
 1 **afirmativo**-caçar-tempo
 ‘Eu vou caçar’ (Landin, 1984, 4)

2.03 ãn **nāo**kyj sojja
 ãn **nā**-oky-j sojja
 1 **afirmativo**-matar-fut porcos
 ‘Eu vou matar porcos’ (Landin, 1984, 4)

¹⁸ Não há nenhum comprometimento por parte do autor em relação à qual categoria esses morfema pertenceria. Landin (1984) se limita a dizer que ele está relacionado ao tipo de sentença (afirmativas).

¹⁹ Nos dados (1) e (2), Landin usa uma glosa tempo, mas nenhum expoente de tempo é visto nos dados. Não se sabe se o autor considerava que havia um morfema zero uma vez que isso não está representado.

2.04	Y	taotyj	
	y	ta-oty-j	
	1	afirmativo -banhar-fut	
		‘Eu vou me banhar’ (Landin, 1984, 4)	

O desdobramento de *na-* em *naka-* e de *ta-* em *taka-* se dá, na visão do autor, por razões fonológicas. Os prefixos *na-* e *ta-* são utilizados quando a primeira sílaba da raiz verbal é átona como ilustrado respectivamente em 2.03 e 2.04 nos quais a sílaba ‘o’ da raiz verbal ‘oky’ é átona. Quando a raiz verbal iniciar por uma sílaba tônica, esses morfemas se desdobram em *naka-* e *taka-* como ilustrado respectivamente nos dados 2.01 e 2.02 nos quais as sílabas ‘ta’ e ‘pô’ das raízes verbais ‘taky’ e ‘pony’ são tônicas.

Para o autor, a variação entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* é explicada através da transitividade do verbo. Os alomorfes *na(ka)-* ocorreriam após sujeitos transitivos como ilustrado nos exemplos 2.01 e 2.03 nos quais os verbos estão após um sujeito transitivo e o alomorfe utilizado é *na(ka)-*. Já os alomorfes *ta(ka)-* ocorreriam após sujeitos intransitivos como ilustrado nos exemplos 2.02 e 2.04 nos quais os verbos estão após um sujeito intransitivo e o alomorfe utilizados é *ta(ka)-*. Porém, se o verbo estiver depois do objeto, o alomorfe seria *ta(ka)-* como ilustrado em 2.05.

2.05	ÿn	a	taokyj	ãn
	ÿn	a	ta-oky-j	ãn
	1	2	afirmativo -matar-fut	2
			‘Eu vou matar você’ (Landin, 1984, 4)	

O autor utiliza a agramaticalidade do exemplo 2.06 abaixo como evidência de que o uso do morfema *na-* não ocorre na língua após o objeto.

2.06	*ÿn	a	nãokyj	ãn
	ÿn	a	nã-oky-j	ãn
	1	2	afirmativo -matar-fut	2
			‘Eu vou matar você’ (Landin, 1984, 4)	

Como ilustrado nos exemplos acima, os alomorfes *ta(ka)-* ocorreriam após sujeitos intransitivos e objetos transitivos. Esses são os argumentos absolutivos em uma língua do sistema ergativo-absolutivo. Assim, para Landin (1984), a regra que explica a variação

fonológica entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* deriva do pronome precedente possuir ou não o traço mais absolutivo. Essa regra está exemplificada abaixo:

<i>nã-</i> → <i>ta-</i> / Pn _____ (+abs)	Lê-se: <i>na-</i> é realizado como <i>ta-</i> se estiver após um pronome com a característica + absolutivo.
--	---

Tabela 5 Regra explicando a distribuição *na(ka)-* e *ta(ka)-*

Na ausência de pronomes antecedendo o verbo, o alomorfe usado é o *na-* como pode ser observado em 2.07 abaixo. Por esse motivo o autor assume que *ta-* é a forma marcada e *na-* é a forma *default*.

- 2.07 $\emptyset$ **nayryt**
 $\emptyset$ **na-ryr-t**
 3 **afirmativo**-chegar-tempo
 ‘Ele chegou’ Landin (1984)

Esta subseção apresentou a proposta de Landin (1984) para os alomorfes *na-*, *naka-*, *ta-* e *taka-*. A próxima subseção apresenta a proposta de Storto (1999, 2002).

1.2 A proposta de Storto

Esta seção apresenta a análise de Storto (1999; 2002) para o morfema *na(ka)-/ta(ka)-*. A autora o classifica como modo declarativo porque ele está restrito a sentenças declarativas.²⁰ Para Storto (1999:163) “*Sentenças declarativas são sempre prefixadas por na(ka)-/ta(ka)- e marcam uma asserção que o falante acredita ser verdade.* (grifo da autora)”²¹

Em relação à distribuição dos alomorfes, Storto (1999; 2002) assume a mesma explicação que Landin (1984) para o desdobramento de *na-* e *ta-* em *naka-* e *taka-*. Já a alternância entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* não é explicada da mesma maneira. Para Storto essa alternância é explicada com base nos prefixos de concordância de pessoa. A autora afirma que os alomorfes *na(ka)-* ocorrem após o prefixo $\emptyset$ - de terceira pessoa como pode ser observado respectivamente em 2.08 e 2.10 e o alomorfe *ta(ka)-* ocorre após os demais prefixos de pessoa como pode ser observado respectivamente em 2.09 e 2.11.

²⁰ A diferença entre as concepções de ‘sentenças afirmativas’ de Landin (1984) e sentenças declarativas de Storto (2002) será explicada mais a frente na análise comparativa dessas propostas.

²¹ No original: “Declarative clauses are always prefixed by *na(ka)-/ta(ka)-* and mark a statement that the speaker believes to be true.”

- 2.08 Taso **na**okyt boroja.
 taso ~~ø~~-**na**-oky-t boroja
 homem 3-**dec**-matar-nfut cobra
 ‘O homem matou a cobra.’ (Storto, 2002, 153)
- 2.09 Ytaopisot yn
 y-**ta**-opiso-t yn
 1-**dec**-ouvir-nfut 1
 ‘Eu ouvi’ (Storto, 2002, 154)
- 2.10 Õwã **naka**’y tykat kinda’o.
 owã ~~Ø~~-**naka**-’y ty-ka-t kinda’o
 criança 3-**dec**-comer impf-dei-nfut fruta
 ‘A criança está comendo a fruta.’ (Carvalho, 2009, 15)
- 2.11 Yn **atakahit** kat.
 yn a-**taka**-hit-~~Ø~~ kat
 1 2-**dec**-dar-nfut isto
 ‘Eu te dei isto.’ (Storto, 1999, 110)

Esta subseção apresentou a análise de Storto para o morfema *na(ka)-/ta(ka)-*. A próxima apresenta a análise de Felix (2007).

1.3 A proposta de Felix

Esta subseção apresenta a proposta de Felix (2007) para o morfema *na-*. A autora assume a mesma classificação e a mesma explicação para a alomorfia propostas por Storto (1999; 2002). O avanço que o trabalho de Felix (2007) tenta dar é embasar teoricamente a classificação desse morfema como modo através dos conceitos de modo presentes em Faller (2006) e Palmer (1986). Esses autores assumem que modo é um morfema que expressa modalidade. Em outras palavras, Felix (2007) tenta, através de um embasamento teórico explícito, comprovar que *na-* é modo mostrando que ele está relacionado à modalidade epistêmica.

Para Felix (2007), *na-* ocorre em sentenças expressando um baixo grau de comprometimento do falante com a proposição. Para provar que esses morfemas expressam um

baixo grau de comprometimento a autora testa a coocorrência de *na(ka)-/ta(ka)-* com a partícula *põxa* ('acho'). Felix (2007) relata em sua pesquisa que *põxa* aparece com mais frequência com *na(ka)-/ta(ka)-* como em 2.12 do que com o outro prefixo de modo *pyt-* (classificado como assertivo).²²

2.12	João	naoky	põxa	ombaky
	João	ø-na-oky	põxa	ombaky
	João	3-dec-matar	acho	onça
	'Eu acho que o João matou a onça' (Felix, 2007)			

Como a partícula *poxã* expressa incerteza, a autora assume que por ela coocorrer mais com *na(ka)-/ta(ka)-* como evidência de que esse morfema expressa um menor grau de comprometimento. Esta subseção apresentou a proposta de Felix para o morfema *na(ka)-/ta(ka)-*. A próxima subseção apresenta a proposta de Everett (2006).

1.4 A proposta de Everett

Esta subseção apresenta a proposta de Everett (2006) para os morfemas *na(ka)-/ta(ka)-*. De acordo com o autor, os prefixos *na(ka)-/ta(ka)-* são, na verdade, morfemas de construção de voz. O autor embasa a sua análise na definição de voz presente em Payne (1997, 169) que afirma que "*Cada língua possui operações que ajustam a relação entre papéis semânticos e relações gramaticais. Esses dispositivos são, às vezes, referidos como sendo vozes* (grifo do autor) *alternativas*."²³

A definição de voz adotada por Everett (2006) assume que uma construção de voz opera ajustando a relação entre os papéis semânticos e a relação gramatical na sentença. Esse tipo de operação pode ser observado na construção conhecida como voz passiva que relaciona o papel semântico de tema à posição de sujeito.

Para explicar a contribuição de *na(ka)-/ta(ka)-*, o autor emprega a concepção de ato discursivo. Nessa proposta, há aqueles que participam do ato discursivo que são a pessoa que fala (enunciador) e a pessoa com quem se fala (enunciatário). Há também aqueles que não participam do ato discursivo que são aqueles de quem se fala. Everett (2006) afirma que quando

²² *Pyt-* será analisado no próximo capítulo.

²³ No original: "Every language has operations that adjust the relationship between semantic roles and grammatical relations in clauses. Such devices are sometimes referred to as alternative **voices**."

o argumento absolutivo do verbo é participante do ato discursivo o prefixo *ta(ka)-* é utilizado. Por esse motivo ele classifica-o assim como morfema de voz SAP (Participante do Ato discursivo) como pode ser observado abaixo em 2.13 abaixo.²⁴

- 2.13 **Ytase**‘yt
 y-**ta**-se‘yt
 1-**sap**-beber-nfut
 ‘Eu bebi’ (Everett, 2006, 268)

Já o morfema *na(ka)-* seria usado, segundo o autor, para marcar que o argumento absolutivo do verbo não participa do ato discursivo. Por esse motivo, ele classifica-o assim como um morfema nSAP (não-Participante do Ato Discursivo) como pode ser observado em 2.14 abaixo.²⁵

- 2.14 i naakat ikysep
 i **na**-aka-t i-kysep-ø
 3 **nsap**-cop-nfut intr-pular-cop.agr
 ‘Ele está pulando’ (Everett, 2006, 240)

Assim, a distribuição entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* estaria relacionada com o argumento do verbo ser ou não participante do ato discursivo. Everett (2006) concorda com as análises anteriores de que *na-* e *ta-* se desdobram em *naka-* e *taka-* antes de sílabas fortes, mas diferente das outras pesquisas, postula um quinto alomorfe *-ga* como em 2.15 abaixo.

- 2.15 ãn **gayj** kojpa
 ãn **ga**-y-j kojpa
 2 **nsap**-comer-fut abacaxi
 ‘Você vai comer abacaxi’ (Everett, 2006, 286)

Esta seção apresentou a análise de Everett (2006) para os prefixos *na(ka)-/ta(ka)-*. A próxima seção traz um resumo das propostas vistas até o momento.

²⁴ Tradução livre de Speech Act Participant

²⁵ Tradução livre de non-Speech Act Participant

1.5 Resumindo

Esta subseção aborda de forma sucinta as análises observadas até o momento para o morfema *na(ka)-/ta(ka)-*. As diferenças nas análises podem ser observadas através do seguinte quadro:

	Alomorfes	Terminologia & Categorização	Embasamento Teórico²⁶
Landin	<i>na(ka)-/ta(ka)-</i>	Afirmativo (marca de sentença afirmativa)	Não
Storto	<i>na(ka)-/ta(ka)-</i>	Modo declarativo (marca de sentença declarativa)	Não
Felix	<i>na(ka)-/ta(ka)-</i>	Modo declarativo (marca modalidade epistêmica)	Sim
Everett	<i>na(ka)-</i> e <i>ga-ta(ka)-</i>	não-Participante do Ato Discursivo (voz) Participante do Ato Discursivo (voz)	Sim
	Alomorfia		
Landin	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal e ao traço + absolutivo do pronome pré-verbal.		
Storto	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal e do prefixo de concordância de pessoa.		
Felix	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal e do prefixo de concordância de pessoa.		
Everett	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal e faz referência a um participante do ato discursivo ou não.		
	Contexto de uso		
Landin	Usado sempre em sentenças afirmativas.		
Storto	Usado marcando uma asserção que o falante acredita ser verdade.		
Felix	Usado para marcar menor grau de comprometimento do falante com a proposição.		
Everett	Usado para marcar participantes e não participantes do ato discursivo.		

Tabela 6 Diferentes análises para *na(ka)-/ta(ka)-*

Esta seção encerra a primeira parte do capítulo que apresenta as propostas de Landin (1984), Storto (1999; 2002), Everett (2006) e Felix (2007). A próxima seção mostrará a análise feita por esta pesquisa para esses morfemas.

²⁶ Subentende-se como embasamento teórico explícito alguma teoria que seja citada no corpo do texto e que seja utilizada como critério de classificação dos morfemas analisados.

2. A análise desta pesquisa.

Esta segunda seção apresenta nossa análise dos morfemas *na(ka)-/ta(ka)-*. Esta seção está estruturada em 4 subseções. A primeira subseção compara as descrições de Landin (1984), Storto (1999, 2002), Felix (2007) e Everett (2006) para *na(ka)-/ta(ka)-* mostrando porque a análise de Storto é a mais adequada à luz dos dados da língua. Ou seja, empregaremos a proposta de Storto (1999, 2002) como ponto de partida para as análises que serão desenvolvidas nas subseções subsequentes. Porém, há dados que não se encaixam na proposta da autora. Ela justifica essas exceções atribuindo um uso evidencial para *ta(ka)-* e assumindo a existência de um morfema habitual *na-/ta-* distinto de *na(ka)-/ta(ka)-*. A segunda subseção analisa essas exceções e conclui que não existe nem o uso evidencial de *ta(ka)-* e nem um morfema de habitual *na-/ta-* distinto do modo declarativo e que outras explicações devem ser fornecidas para os dados que são exceções na proposta da autora. Uma explicação é fornecida na terceira subseção na qual apresentamos uma configuração alternativa dos prefixos na estrutura morfológica do verbo. Nessa configuração, os verbos possuem dois lugares para morfemas de modo e *na(ka)-/ta(ka)-* ocupa o primeiro o que possibilita que outros morfemas de modo ocupem o segundo. Essa dupla marcação de modo só é possível porque as posições na estrutura estão relacionadas a fenômenos distintos. A primeira posição é destinada a morfemas que marcam tipos sentenciais, ou seja, modos sentenciais. A segunda posição é destinada a morfemas que marcam modalidade, ou seja, modos verbais. A quarta subseção apresenta uma proposta para descrever a contribuição semântica dos morfemas *na(ka)-/ta(ka)-* para a sentença.

2.1 Análise comparativa das propostas anteriores

Esta subseção apresenta uma análise comparativa das propostas de Landin (1984), Storto (1999, 2002), Felix (2007) e Everett (2006) para *na(ka)-/ta(ka)-* mostrando, a luz dos dados, porque a descrição de Storto (1999, 2002) é a mais pertinente.

Primeiramente, Landin (1984) foi o único a postular que o morfema é *na-* e que *ta-*, *naka-* e *taka-* são alomorfes. Os demais autores não definiram em suas análises qual é o morfema e quais são os alomorfes. Esta dissertação seguirá a proposta de Landin (1984) empregando o alomorfe *na-* para se referir ao morfema.

Landin (1984) classifica esse morfema como afirmativo por aparecer em orações afirmativas e Storto (1999, 2002) classifica esse morfema como modo declarativo por aparecer

em sentenças declarativas. Mas qual a diferença em chamar um morfema de afirmativo ou de declarativo? Essa seria apenas uma diferença terminológica?

A diferença aqui não é somente de nomenclatura. As concepções de *afirmativo* e *declarativo* são diferentes nesses autores. Em Landin (1984), sentenças afirmativas são analisadas como um subtipo das sentenças declarativas. Na perspectiva do autor as sentenças negativas também seriam um tipo de declarativas. Para ele, as declarativas se contrapõem às interrogativas e imperativas. Esta perspectiva está ilustrada na tabela abaixo.

Tabela 7 Tipos de Sentença de acordo com Landin

Já para Storto (2002), as declarativas se contrapõem as sentenças não-declarativas. Nesse grupo estão inclusas as sentenças encaixadas, citações diretas, sentenças negativas e perguntas. Esta concepção está ilustrada no quadro abaixo.

Tabela 8 Tipos de sentenças de acordo com Storto (2002)

Dessa maneira, podemos assumir que as categorizações de Landin (1984) e de Storto (1999, 2002) são diferentes entre si porque possuem consequências distintas. Na proposta de Landin (1984) está pressuposto que *na-* não aparece em negações, interrogações e imperativas.

Por outro lado, na proposta Storto está pressuposto que *na-* não aparece em exclamações, encaixadas, citações diretas, negativas, perguntas e imperativas. Porém, esta distribuição não foi atestada pelos dados coletados nesta pesquisa. Por exemplo, 2.16 e 2.17 ilustram que *na-* pode ocorrer em citações diretas e exclamações.

- 2.16 taso nakyndop karamã naka‘at João
 taso ø-na-kyndop-ø karamã ø-naka-‘a-t João
 homem 3-dec-abrir-nfut porta 3-dec-dizer-nfut João
 “o homem abriu a porta” João disse’

- 2.17 yjxa **na**popit kandat pikom
 yjxa ø-**na**-popi-t kandat pikom
 2p 3-**na**-matar-nfut muitos macacos
 ‘Vocês caçam muitos macacos’

Contexto: Um grupo de caçadores da aldeia sai para caçar e volta com uma quantidade enorme de macacos e você fica muito impressionado. Você vai falar com eles e diz “Vocês caçam muitos macacos” mostrando que essa informação é surpreendente. Como você diria isso em Karitiana.

Dessa forma, em termos de distribuição, a proposta de Landin (1984) na qual *na-* não ocorre apenas em negativas, interrogativas e imperativas parece ser a mais adequada. Porém, esta dissertação assumirá a nomenclatura de Storto (1999, 2002) porque concorda com a visão da autora de que esse morfema é um modo na língua e o termo ‘modo declarativo’ já é amplamente empregado na literatura (Palmer, 1986).

Landin (1984) não se compromete com o pertencimento de *na-* à nenhuma categoria enquanto Storto (1999, 2002) afirma que esse morfema pertence a categoria modo. Apesar de não utilizar nenhum embasamento teórico explícito, a classificação da autora é embasada na interação desse morfema com o tipo sentencial.

Na proposta de Landin (1984), a distribuição dos alomorfes *na(ka)-* e *ta(ka)-* é explicada da seguinte maneira: *ta(ka)-* ocorre quando o pronome precedente possuir o traço +absolutivo. Porém, dados coletados posteriormente por outros pesquisadores refutam a distribuição proposta pelo autor. Nesses dados *ta(ka)-* ocorre sem estar precedido de um pronome com traço +absolutivo como ilustrado em 2.18 e 2.19 e há também dados nos quais há um argumento com

traço +absolutivo precedendo o verbo, mas o morfema é realizado como *na-* como ilustrado em 2.20.²⁷

- 2.18 takapon João
 ø-taka-pon João
 3-dec-atirar João
 ‘João atirou’ (Storto, 1999, 163)

- 2.19 taso taokyt ombaky
 taso ta-oky-t ombaky
 homem evid.nvis-matar-nfut onça
 ‘O homem matou a cobra’ (Storto, 2002, 164)

- 2.20 i naakat ikysep
 i na-aka-t i-kysep-ø
 3 nsap-cop-nfut 3-pular-conc.cop
 ‘Ele está pulando’ (Everett, 2006, 240)

Storto (1999, 2002) discorda da regra de distribuição entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* proposta anteriormente por Landin (1984) com base no traço mais absolutivo. A proposta de Landin levava em conta que a alomorfia era condicionada pelo pronome que precedia o verbo. Porém, os dados mostram que os elementos que Landin considerou como pronomes livres são, na verdade, prefixos de concordância de pessoa (c.f. Storto 1999; 2002). Os quadros abaixo ilustram as propostas de Landin (1984) e Storto (1999, 2002) para o quadro pronominal em Karitiana.

Proposta de Landin		1S	2S	3S+P	1P INC	1P EXC	2P
Pronomes absolutivos (sujeito intransitivo e objeto transitivo)	Pré-verbal	<i>Y</i>	<i>A</i>	$\emptyset$	<i>Yj</i>		<i>Aj</i>
	Pós-verbal	<i>ÿn</i>	<i>Ãn</i>	<i>I</i>	<i>Yjja</i>		<i>Ajja</i>
Pronomes ergativos (Sujeito transitivo)	Pré-verbal					$\emptyset$	
	Pós-verbal						

Tabela 9 Pronomes em Karitiana Landin

²⁷ Nos dados 1.18, 1.19 e 1.20 os morfemas *taka-* e *ta-* estão com as glosas diferentes das adotadas por Landin (1984) uma vez que esses dados foram retirados dos trabalhos de Storto (1999, 2002) e Everett (2006) e as glosas foram mantidas como estavam originalmente no trabalho. Porém, esses são os mesmos morfemas classificados por Landin (1984) como afirmativo.

Proposta de Storto	1S	2S	3S+P	1P INC	1P EXC	2P
Concordância	y-	a-	ø-/i-	yj-	yta	aj
Pronomes	Yn	an	I	yjxa	yta	ajxa

Tabela 10 Concordância e Pronomes em Karitiana Storto (1999, 2002)

Como pode ser observado comparando-se as tabelas acima, a proposta de Storto (1999; 2002) é mais simples e coerente que a de Landin (1984) porque: (i) aquilo que a autora analisa como concordância (segunda linha do segundo quadro acima) sempre ocorre em uma posição fixa (antecedendo o verbo) enquanto que aquilo que é analisado como pronomes (terceira linha do segundo quadro) não possui uma posição fixa; (ii) o que é analisado como pronomes pode ser elidido enquanto que o que é analisado como concordância não; (iii) o Karitiana é uma língua do padrão ergativo-absolutivo e o que é analisado como concordância aparece concordando com o sujeito intransitivo e com o objeto transitivo das orações enquanto que o que é analisado como pronome ocupa as posições de sujeito e objeto; (iv) o que é analisado como concordância coocorre com o que é analisado como pronome o que fez com que Landin (1964) assumisse que o pronome em Karitiana aparecia duplicado nas sentenças como pode ser observado no dado 2.21 abaixo.

2.21 ãn a taokyj ãn
 ãn a ta-oky-j ãn
 1 2 **afirmativo**-matar-fut 2
 ‘Eu vou matar você’ (Landin, 1984)

Assim, a alternância entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* explicada em Landin (1984) através do traço +absolutivo do pronome que antecede o verbo passa a ser explicada em Storto (2002) através dos prefixos de concordância. Como visto na seção anterior, a autora afirma que o alomorfe *na(ka)-* ocorre após o prefixo *ø-* de terceira pessoa e o alomorfe *ta(ka)-* ocorre após os demais prefixos de pessoa. A proposta da autora também possui exceções e há dados nos quais o morfema *ta(ka)-* ocorre com a terceira pessoa não seguindo a regra proposta como ilustrado em 2.22 e 2.23 abaixo.

2.22 **takapon** João
 ø-**taka**-pon João
 3-**dec**-atirar João
 ‘João atirou’ (Storto, 1999, 163)

2.23	tasó	ta okyt	ombaky
	tasó	ta -oky-t	ombaky
	homem	ev id. nvis -matar-nfut	onça
	‘O homem matou a cobra’ (Storto, 2002, 164)		

Contexto: Quando se ouve um tiro vindo do local para onde um certo homem foi, perseguindo uma onça.

Para a autora, o *ta(ka)*- que aparecem em 2.22 e 2.23 é um uso do modo declarativo pra indicar evidencialidade indireta. O uso de *ta-* nesse contexto indicaria que o falante não foi testemunha visual da proposição expressa pela sentença. Por esse motivo a autora passa a glossar *ta(ka)*- nesses contextos como evidencial não-visual como pode ser observado em 2.23.

Felix (2007) assume a mesma categorização para o morfema *na-* e a mesma distribuição para os alomorfemas *na(ka)*-/*ta(ka)*- que Storto (2002). A autora tenta embasar a categorização desses morfemas como modo assumindo que eles expressam modalidade epistêmica. Para a ela, o uso de *na-* indicaria um menor grau de comprometimento do falante em relação à proposição. A evidência para isso seria o fato de que que *poxã* (‘talvez’) apareceu mais vezes na eliciação de dados com *na-* do que com *pyn-* que é também classificado como modo por Storto (1999; 2002).

Um problema nessa proposta é que o morfema *na-* é o mais produtivo na língua (Everett, 2006). Então, há uma tendência a aparecer mais dados com *na-* em eliciações nas quais são pedidas traduções do que dos outros morfemas classificados como modo por Storto (2002). Assim, o fato de haver mais dados de *na-* ocorrendo com *poxã* pode ser apenas um reflexo do fato de que ele é mais produtivo, e não uma evidência de que esse morfema expressa incerteza.

Assim, os dados disponíveis até o momento são insuficientes para afirmar que *na-* expressa modalidade epistêmica porque expressa um menor grau de comprometimento do falante em relação à proposição. Por enquanto, a única relação atestada é a restrição de *na-* às sentenças declarativas observada por Storto (1999, 2002). A análise da autora desse morfema como modo não está isenta de problemas. Há alguns dados que desafiam a proposta de que o morfema *na-* é modo. Como visto na seção anterior, Storto (1999, 2002) classifica os seis morfemas na língua considerando que eles marcam tipos de sentença, ou seja, são modos sentenciais. O problema é a existência de dados nos quais alguns desses morfemas coocorrem entre si como ilustrado em 2.24 abaixo. Esses dados tornariam a classificação de um desses morfemas incoerente porque, como visto na introdução desta dissertação, modos sentenciais não coocorrem (Sadock & Zwicky, 1985). A autora explica a coocorrência em 2.24 assumindo

que o prefixo *na-* nessa sentença não é o modo declarativo, mas sim um prefixo distinto utilizado para expressar habitualidade.

- 2.24 *apip* *napynhot* *y'ete'et*
 a-pip *ø-na-pyn-hot* *y-'ete-'et*
 aquilo-em *3-hab-deo-ir(pl)* *1-filho-filho*
 'Aí, as pessoas devem ir meu neto' (Storto, 2002, 157)

Porém, os testes realizados por esta pesquisa mostraram que o prefixo *na-* acima não é um prefixo distinto, mas o mesmo de modo declarativo. Além disso, esta pesquisa coletou outros dados nos quais o prefix *na-* coocorre com outro prefixo categorizado pela autora como modo como ilustrado em 2.25.

- 2.25 *y-'it* [*dinheiro* *tyyt* *yakiip*] [*atajyhit* *celular*]*ty*
 y-'it [*dinheiro* *tyyt* *y-aki-ip*] [*a-ta-jỹ-hit* *celular*]-*ty*
 1-filho [*dinheiro* *grande* *1-cop-ala*] [*2-dec-cond-dar celular*]-*obl*
 'Meu filho, [se eu tivesse dinheiro] [eu te daria um celular']

A descrição de Everett (2006) vai contra a proposta de que esses morfemas são modos. Segundo o autor, há inconsistências na classificação e na explicação da alomorfia propostas por Storto (1999, 2002) para esse morfema. Como visto na subseção 1.2 Storto (1999) argumenta que *na-* é um modo declarativo uma vez que ele está presente em todas as sentenças declarativas e marca asserções que o falante acredita ser verdadeira. Para Everett (2006), essa classificação não é adequada pelos seguintes motivos:

Em algumas línguas, marcas declarativas coocorrem com eventos que foram testemunhados diretamente pelo falante e, de modo geral, marcas de modo declarativo refletem um alto grau de certeza epistêmica em relação ao evento expresso. Por exemplo, Willet (1988:65) percebe que em Patwin, eventos sendo descritos ocorrem com **bee** que é um tipo de partícula declarativa quando eles foram testemunhados em primeira mão pelo falante. Descrições de eventos baseadas em informações de segunda ou terceira mão ocorrem com o evidencial reportivo /**upu**/, mas não com a partícula **bee**. Em outras palavras, em línguas como Patwin o evidencial reportativo e a marca declarativa são mutuamente exclusivos, pois o primeiro reflete um grau de certeza epistêmica que é inconsistente com evidenciais reportivos. Essa exclusão mútua não se observa em Karitiana. Na verdade, acredito que a ausência dessa exclusão mútua sugere que o conjunto de prefixos **na(ka)-/ta(ka)-**, previamente glosados como marca de 'afirmativo' por Landin (1984) ou 'declarativo' por Storto (1999) não devem ser considerados como marcas de 'afirmativo'/'declarativo'. (grifos do autor) (Everett, 2006:283)

[...]

O grupo de prefixos **na(ka)-/ta(ka)-** geralmente ocorrem em sentenças declarativas, e há uma associação forte, mas não uma correlação direta entre os prefixos e a semântica declarativa. (Everett, 2006:284)

[...]

Em muitas, mas não em todas as sentenças declarativas o verbo é de fato prefixado por **na(ka)-** ou **ta(ka)-**. (grifos do autor) (Everett, 2006:185)

[...]

Há evidência de que é possível usar o conjunto de prefixos **na(ka)-/ta(ka)-** sem se ter certeza sobre o valor de verdade do evento descrito. A evidência é que **na(ka)-/ta(ka)-** podem coocorrer com o evidencial **saryt**. (grifos do autor) (Everett, 2006:290) ²⁸

Como observado nos trechos acima, a motivação de Everett (2006) para refutar a proposta de *na-* como morfema de declarativo está embasada em dois pontos: (i) seus alomorfes podem ser utilizados juntamente com evidenciais reportativos o que indica que seu uso não é restrito apenas às sentenças que o falante julga ser verdadeiras como pode ser observado em 2.26 e 2.27 e (ii) seus alomorfes não estão presentes em todos os tipos de declarativas como pode ser observado contrastando 2.28 com 2.29 e 2.30 abaixo.

2.26 atakatatsaryt
 a-taka-tat-saryt-ø
 2-nsap-ir-evid-nfut
 ‘Você foi, disseram’ (Everett, 2006, 282)

2.27 i nakapydnsaryt bola
 i naka-pydn-saryt-ø bola
 3 nsap-chutar-evid-nfut bola
 ‘Ele chutou a bola, disseram’ (Everett, 2006, 282)

²⁸ No original: “In some languages, declarative markers co-occur with events that were directly witnessed by the speaker and, generally speaking, declarative mood markers reflect a high degree of epistemic certainty regarding the conveyed event. For instance, Willet (1988:65) notes that in Patwin, described events occur with a *bee* declarative-type particle when they were witnessed first-hand by the speaker. Event descriptions that are based on second or third-hand information occur with an */upu* hearsay evidential, but not with the *bee* particle. In other words, in languages such as Patwin the hearsay evidential and the declarative marker are mutually-exclusive, with the latter reflecting a degree of epistemic certainty that is inconsistent with hearsay evidence. This mutual-exclusivity does not hold in Karitiana. In fact, I believe that this absence of mutual-exclusivity suggests that the **na(ka)-ta(ka)-** set of prefixes, previously glossed as “affirmative” (Landin 1984:225) or “declarative” (Storto 1999) markers, should not be considered affirmative/declarative markers.

[...]

na(ka)-/ta(ka)- prefix set *usually* occurs in declarative clauses, and there is a strong association, though not a direct correlation, between the relevant prefixes and declarative semantics.

[...]

In many, though certainly not all, declarative clauses in Karitiana, the verb is in fact prefixed with either **na(ka)-** or **ta(ka)-**.

[...]

there is evidence that it is possible to use the **na(ka)-/ta(ka)-** prefix set without being sure of the truth value of the relevant event described. The evidence is that the **na(ka)-/ta(ka)-** prefix set can co-occur with the hearsay evidential **saryt**”

2.28 atadiwyt (ãn)
 a-ta-diwy-t-ø (ãn)
 2-sap-esquecer-nfut (2)
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006, 302)

2.29 ãn idiwyt
 ãn i-diwy-t-ø
 2 intr-esquecer-nfut
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006, 302)

2.30 apydiwytyn (ãn)
 a-py-diwy-t-yn (ãn)
 2-vb.foc-esquecer-nfut (2)
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006, 302)

Everett (2006) também discorda da distribuição proposta por Storto (1999, 2002). A autora propôs que *na(ka)*- ocorre sempre com o prefixo de terceira pessoa enquanto que *ta(ka)*- ocorre com os demais prefixos de pessoa. Everett (2006) menciona que essa distribuição não se sustenta, pois há dados nos quais o morfema *ta-* ocorre com a terceira pessoa, como pode ser observado em 2.31 abaixo.²⁹

2.31 Carlinhos tayryt
 Carlinhos ta-yry-t
 Carlinhos SAP-chegar-nfut
 ‘Carlinhos chegou’ (Everett, 2006, 410)

Para esta pesquisa, os argumentos dados por Everett (2006) não são suficientes para refutar a proposta de Storto (1999, 2002). Nos contra-argumentos do autor está pressuposto: (i) que evidenciais estão diretamente relacionados com o grau de confiabilidade do falante expressando maior ou menor grau de confiabilidade, e assim, marcas declarativas que marcam maior grau de confiabilidade não podem ocorrer com esses evidenciais que marcam menor grau de confiabilidade e (ii) que o modo declarativo deve ser a única maneira de se expressar declarações em línguas que possuem esse modo.

²⁹ Como visto anteriormente, Storto (2002) considera que o uso de *ta-* com terceira pessoa é possível porque nesse caso há um uso evidencial do morfema.

Everett (2006) assume os pressupostos acima a partir do comportamento de marcas de modo declarativo observado em outras línguas. O problema nessa análise é, o fato de uma marca de modo declarativo se comportar de uma certa maneira em uma língua, não torna necessária que *na-* tenha que se comportar da mesma forma para poder ser classificado como modo declarativo. Em relação à ocorrência de *na-* com os evidenciais em Karitiana, Chaves Alexandre (2016) em sua análise dos evidências dessa língua aponta que a função primária deles é indicar a fonte de informação não estando diretamente relacionados ao grau de confiabilidade da sentença. Isso pode ser observado nos exemplos abaixo:

Contexto 1:

Você é supervisor da Maria em uma empresa. Hoje ela faltou no trabalho. Ao encontrar Jorge que é o médico da empresa no elevador ele te conta que Maria veio pela manhã, mas ela não estava se sentindo bem e que ela estava doente. Mais tarde, seu chefe te questiona por que Maria não veio trabalhar hoje e você diz '*Maria está doente. O Jorge que me contou*'.

Contexto 2

Você é supervisor da Maria e ela falta ao trabalho. A mãe chamada Vanessa te liga e avisa que ela está doente. Você conhece Vanessa e sabe que ela tem o costume de mentir para ajudar a filha. Seu chefe te questiona por que Maria não veio trabalhar hoje e você diz '*a Maria está doente. A Vanessa que me contou*' dando ênfase na segunda parte.

Tabela 11 Contextos de evidencialidade e grau de confiabilidade da sentença

A função da sentença '*x que me contou*' nos contextos acima é fornecer qual a evidência que o falante tem para declarar '*Maria está doente*'. Essa é uma evidência indireta que, a priori, não está relacionada ao grau de confiabilidade que o falante tem. Ela pode ser utilizada em contextos nos quais há diferentes graus de confiabilidade por parte do falante. Observe que o falante pode empregar '*x que me contou*' tanto em contextos nos quais ele julga que a sentença é verdadeira como no primeiro quanto em contextos nos quais ele julga que a sentença é falsa como no segundo. Pode-se afirmar que no primeiro contexto há o comprometimento do falante com o valor de verdade dessa informação, mas no segundo contexto ele não se compromete com o valor de verdade dessa informação. Para Chaves-Alexandre (2016) os evidenciais gramaticalizados em Karitiana indicam apenas a fonte de informação e não estão diretamente relacionados ao grau de confiabilidade dessa informação. Assim, eles podem ser empregados em contextos com diferentes graus de certeza.

Dessa maneira, é possível o uso do evidencial ao fazer uma declaração, ou seja, falantes podem utilizar evidenciais em sentenças nas quais eles acreditam ser verdade. Assim, a

semântica do evidencial *saryt* não seria necessariamente incompatível com *na-* como assumido por Everett (2006) uma vez que o uso desses evidenciais não pressupõe que o falante não sabe o valor de verdade de uma sentença.

O segundo pressuposto assumido por Everett (2006) é de que o modo declarativo deve ocorrer em todas as sentenças declarativas nas línguas que possuem esse modo. Esse pressuposto não é confirmado examinando o comportamento de morfemas declarativos em outras línguas. Por exemplo, a língua Kanoê possui morfema *e-* classificado como um modo declarativo e, apesar das declarações na língua serem feitas geralmente através desse morfema como ilustrado em 2.32, essa não é a única maneira de se fazer uma declaração na língua. Em Kanoê é possível indicar que uma sentença declarativa através de outros recursos como a entoação como em 2.33 abaixo (Bacelar 2004).

- 2.32 aj ja ãere
 aj ja ã-e-re
 1 querer 1-**dec**-aux
 ‘Eu quero’ (Bacelar, 2004, 216)

- 2.33 aj kuni paravejamu ajũkoeni
 aj kuni para-ve-ja-mu ajũkoe-ni
 1 água cair-clv-dir-cle lagoa-obl
 ‘Eu caí na lagoa.’ (Bacelar, 2004, 216)

Assim, assumimos que os argumentos empregados por Everett (2006) não são suficientes para refutar a descrição de Storto (1999). Além disso, a proposta alternativa do autor para *na-* como voz é problemática por três motivos: (i) ela não explica porque ele só pode ocorrer em sentenças declarativas, (ii) *na-* coocorre com outros morfemas de voz e (iii) a presença ou ausência de *na-* na sentença não altera o papel semântico e a relação gramatical como previsto pela definição de voz adotada pelo autor.

O primeiro problema apontado por esta pesquisa é que a classificação do autor para o morfema *na-* como voz não explica a restrição desse morfema de ocorrer apenas em declarações. Se esses prefixos são morfemas de voz, porque eles não podem aparecer em questões, negações, etc.?

O segundo problema foi apontado em Storto (2008) que argumenta que *na-* não pode ser morfema de voz pois coocorre com a voz passiva como pode ser observado no dado 2.34 abaixo no qual o alomorfe *taka-* coocorrem com o morfema *a-* de passiva.

- 2.34 ohy **ataka**‘yt taso
 ohy **a-taka**-‘y-t taso
 batatas **pass-dec**-comer-nfut homem
 ‘Batatas, o homem comeu’ (Storto, 1999, 135)

O terceiro problema é que Everett (2006) assume que morfemas de voz operam alterando o papel semântico e a relação gramatical do argumento, mas as traduções fornecidas pelo autor não revelam nenhuma alteração dessa natureza nos dados com e sem *na-* como ilustrado em 2.35 e 2.36 abaixo.

- 2.35 atadiwyt (ãn)
 a-ta-diwy-t-ø (ãn)
 2-sap-esquecer-nfut (2)
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006)

- 2.36 apydiwytyn (ãn)
 a-py-diwy-t-yn (ãn)
 2-vb.foc-esquecer-nfut (2)
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006)

Everett (2006) argumenta que a distribuição proposta por Storto (1999; 2002) está incorreta porque há dados com *ta(ka)-* com a terceira pessoa como 2.37 abaixo e propõe uma distribuição alternativa baseada no fato de o argumento absolutivo ser ou não participante do ato discursivo. Porém, os dados que Everett (2006) utiliza para refutar a distribuição proposta por Storto (1999, 2002) são problemáticos em sua própria análise. Everett (2006) propõe que *na(ka)-* ocorre quando o argumento absolutivo é não participante do ato discursivo (n-SAP) e *ta(ka)-* é participante do ato discursivo (SAP). Nos dados 2.37 e 2.38 os argumentos absolutivos ‘*Carlinhos*’ e ‘*ombaky*’ não são participantes do ato discursivo. Assim, na proposta de Everett (2006) o esperado seria a ocorrência do alomorfe *na-* nesses contextos, mas é *ta-* que ocorre.

- 2.37 Carlinhos tayryt
 Carlinhos ø-**ta**-yry-t
 Carlinhos 3-**SAP**-chegar-nfut
 ‘Carlinhos chegou’ (Everett, 2006)

2.38	Taso	taokyt	ombaky
	Taso	ø-ta-oky-t	ombaky
	Homem	3-evid.nvisual-matar-nfut	onça
‘O homem matou a onça’ (Contexto: quando se ouve um tiro vindo de um local para onde um certo homem foi, perseguindo uma onça) (Storto, 2002)			

Segundo o autor, o uso do morfema *ta-* em 2.37 é possível porque a ação descrita pelo verbo termina dentro da cena discursiva que é um ambiente SAP. Por exemplo, um falante, ao estar presente e ver Carlinhos chegando, pode enunciar 2.37 e o uso de *ta-* é adequado nesse contexto porque a chegada do argumento absoluto ‘Carlinhos’ acaba dentro da cena discursiva que é onde o enunciador e enunciatário estão. Na explicação de Storto (2002), o morfema *ta(ka)-* é possível devido ao uso evidencial como pode ser observado em 2.38.

Como foi observado, há dados problemáticos para as propostas de Everett (2006) e Storto (1999, 2002) e ambos os autores têm que elaborar explicações para as exceções encontradas. Porém, em relação à classificação, a proposta de Storto (1999, 2002) de que esse morfema é modo é mais coerente com os dados do que a proposta de Everett (2006) de que esse morfema é voz.

Esta seção apresentou comparativamente as quatro propostas de classificação de *na-* e de distribuição para os alomorfes *na-*, *naka-*, *ta-* e *taka-*. Ao comparar-se a descrição de Storto (1999; 2002) com a de Landin (1984), assumimos a concepção de Landin (1984) de que *na-* é o morfema e *naka-*, *ta-*, *taka-* são os alomorfes. Em relação à classificação, assumimos a proposta de Storto (1999; 2002) de que *na-* é modo declarativo porque isso captura o fato de que esse morfema é restrito a ambientes declarativos.

Já ao comparar-se a proposta de Storto (1999; 2002) com a de Felix (2007) percebe-se que a proposta de Storto (1999, 2002) é mais consistente. A classificação de Storto (1999, 2002) de *na-* como modo sentencial declarativo reflete o comportamento do morfema de só aparecer em sentenças declarativas. Já a tentativa de Felix (2007) de mostrar que esse morfema expressa modalidade epistêmica através das ocorrências de *na-* possui alguns problemas metodológicos.

Já ao comparar-se a proposta de Storto (1999; 2002) com a de Everett (2006) percebe-se que a primeira é mais adequada que a segunda. A classificação de Storto de *na(ka)-/ta(ka)-* como modo declarativo captura o fato de que esses morfemas só ocorrem em orações declarativas. Já análise de Everett (2006) de que esse morfema é voz não parece ter nenhum respaldo nos dados pelas razões que foram fornecidas no decorrer desta seção.

Desta forma, esta pesquisa assumirá a proposta de Storto (1999, 2002) de que *na-* é modo declarativo em Karitiana como ponto de partida para a análise que será realizada no restante deste capítulo. Como vimos, essa proposta não é isenta de problemas uma vez que há dados que contestam a categorização e distribuição dos alomorfes propostas pela autora. A próxima subseção analisará esses dados problemáticos para a descrição de Storto (1999, 2002).

2.2 A relação com evidencialidade e habitualidade

Esta subseção investiga as propostas de Storto (1999, 2002) de que há um uso evidencial do alomorfe *ta(ka)-* e de que existe prefixos *na-/ta-* distintos para expressar habitualidade. Como visto no decorrer deste capítulo, há dados que contradizem a proposta de Storto (1999, 2002) em relação à categorização de *na-* como modo e em relação à distribuição dos alomorfes *ta-* e *taka-*. Há dados nos quais aparentemente o morfema *na-* coocorre com outros morfemas de modo. Storto (2002) analisa alguns desses dados afirmando que, nesses contextos, *na-/ta-* não é o morfema de modo declarativo, mas um prefixo distinto empregado para expressar habitualidade. Já em relação à distribuição, os alomorfes *ta-* e *taka-* ocorrem com terceira pessoa o que contradiz a proposta da autora de que apenas *na-* e *naka-* ocorrem com terceira pessoa. Storto (2002) explica que *ta(ka)-* pode ser empregado com terceira pessoa quando tiver um uso evidencial. Esta subseção investigará os dados que parecem contradizer a proposta da autora apresentando elicitções para testar a proposta de Storto (1999, 2002). A análise da autora pode ser representada da seguinte maneira:

Tabela 12 Esquema da proposta de Storto para *na(ka)-/ta(ka)-taka*

O quadro acima mostra que, na proposta de Storto (2002), *na-* é um morfema de modo declarativo, mas que seus alomorfes *ta-* e *taka-* possuem um uso específico como evidencial. Ou seja, os alomorfes *ta-* e *taka-* podem aparecer em uma sentença como um morfema de modo ou podem aparecer indicando evidencialidade. Já os prefixos *na-* e *ta-* classificados como

habitual seriam diferentes dos prefixos *na(ka)-/ta(ka)-* classificados como modo declarativo³⁰. Esta pesquisa discorda da análise presente no quadro acima. Os testes aplicados seguindo a metodologia defendida por Matthewson (2004) e Mendes (2014) mostraram que os dados com *ta(ka)-* com a terceira pessoa não é um uso evidencial do alomorfe e também comprovaram que o morfema *na-/ta-* classificado como habitual em Karitiana não é habitual, mas o morfema de modo declarativo. Essa análise está dividida nas próximas duas subseções sendo que a primeira investiga o uso evidencial do morfema *ta(ka)-* e a segunda o morfema habitual *na-/ta-*.

2.2.1 O uso evidencial

Esta subseção mostra que a explicação de que o uso da terceira pessoa com *ta(ka)-* deriva de um uso evidencial não se sustenta a partir dos testes aplicados nesta pesquisa. Além de Storto (2002), o uso evidencial de *ta(ka)-* foi analisado por Mello (2008; 2009) e por Chaves Alexandre (2016) sendo que, a primeira autora confirma esse uso e o segundo mostra que esse uso é algo problemático.

Storto (2002) argumentou inicialmente que o uso de *ta(ka)-* com terceira pessoa funcionaria como um evidencial não-visual indicando evidência telepática ou auditiva. As evidências da autora provem de dados disponíveis nas narrativas em Karitiana e a partir de elicitación de dados com informantes. Posteriormente, o trabalho de Mello (2008; 2009) segue a análise da autora argumentando que *ta(ka)-* pode funcionar como um evidencial não-visual ou como evidencial inferencial como respectivamente em 2.39 e 2.40 abaixo. O trabalho de Mello (2008; 2009) é feito a partir de elicitaciones de dados.

2.39	Õwã	taka'yt	'ip
	õwã	ø-taka-'y-t	'ip
	criança	3-ev.dir.nvis-comer-nfut	peixe
	'A criança comeu o peixe' (Mello, 2008, 1)		

Contexto: o falante estava na sala e ouviu a criança comendo o peixe na cozinha.

2.40	Taso	taka'yt	opoako sypi
	taso	ø-taka-'y-t	opoako sypi
	homem	3-evid.inf-comer-nfut	ovo de galinha

³⁰ Apesar de Storto (2002) defender que há os morfemas *na-* e *ta-* são habituais, todos os dados da literatura são com o prefixo *na-*.

‘O homem comeu o ovo’ (Mello, 2008, 1)

Contexto: o falante não viu o homem comendo o ovo e sim fez uma inferência.

Segundo Mello (2008, 2009), apesar dos usos evidenciais de *ta-* e *taka-*, esses morfemas não podem ser analisados de fato como evidenciais uma vez que a função primária deles não é indicar a fonte da informação.

A metodologia de coleta de dados apresentada na introdução desta pesquisa mostrou uma coleta dividida em três etapas. A metodologia empregada por Storto (2002) e Mello (2008; 2009) não incluiu a terceira etapa que é verificar os julgamentos dos informantes sobre o valor de verdade em um contexto. Esta etapa mostraria se evidencialidade não-visual ou evidencialidade inferencial é um contexto mínimo para o uso de *ta(ka)-*. Em outras palavras, para argumentar que o uso de *ta(ka)-* com terceira pessoa é evidencial não-visual ou inferencial, é necessário mostrar que o mesmo dado não é feliz em um contexto com evidencialidade direta.³¹

A eliciação controlada fornece indícios para a semântica de *ta(ka)-*, mas não é suficiente como prova conclusiva da semântica desse morfema. Por exemplo, o dado 2.41 abaixo é usado para ilustrar que a evidencialidade indireta no contexto está sendo vinculada por *ta(ka)-*. Porém, a única coisa que essa sentença ilustra é que o uso de *ta(ka)-* é possível em um contexto no qual a fonte é uma evidência não-visual, mas não que *taka-* é necessariamente o responsável por veicular essa informação.

2.41	João	takahit	livroty	Maria
	joão	ø- taka -hit-ø	livroty	maria
	joão	3- evid.nvis -dar-nfut	livro-obl	maria

‘João deu o livro para Maria’ (Chaves Alexandre, 2016, 32)

Contexto: O falante sabe que Maria quer um livro que João tem. Ao ir à casa de João, ele vê que o livro não está mais onde João o guarda, nesse caso, ele poderia utilizar a sentença acima.

Elaborou-se eliciações investigando os contextos mínimos de ocorrência de *ta(ka)-* que foi a etapa não realizada nas propostas anteriores. Os testes mostraram que os dados nos quais *ta(ka)-* são usados com terceira pessoa podem estar em contextos nos quais há evidência direta

³¹ Condições de ‘felicidade’ ou condições de sucesso na pragmática se referem ao fato do uso da sentença ser ou não adequado no contexto. Diz-se que a sentença é feliz quando o uso é adequado e diz-se que a sentença é infeliz quando há algum problema entre do uso daquela sentença naquele contexto (ver Austin, 1990).

para a informação como ilustrado em 2.42. Se o uso de *ta(ka)*- com a terceira pessoa estivesse de fato veiculando evidencialidade indireta, os dados seriam pragmaticamente infelizes quando colocados em contextos nos quais há uma evidencialidade direta.

- 2.42 Ombaky **ata**okyt Elivar
 ombaky a-**ta**-oky-t Elivar
 onça 2-**ta**-matar-nfut Elivar
 ‘O Elivar matou a onça’

Contexto: Você e o Elivar vão caçar. Uma onça aparece e o Elivar mata a onça na sua frente. Ao chegar em casa, sua mulher te pergunta o que aconteceu e você decide contar o que você viu acontecer. Você falaria ‘ombaky ataokyt Elivar’ para contar pra ela que o Elivar matou a onça?

Sentenças como 2.42 foram testadas com dois consultores e ambos aceitaram o emprego de sentenças com *ta(ka)*- na terceira pessoa com evidencialidade direta (na qual o falante vê a cena ocorrer). Se *ta(ka)*- estivesse atuando como evidencial não-visual ou inferencial nessas sentenças, elas deveriam ser pragmaticamente infelizes nesses contextos. Dessa maneira, concluímos que, apesar de *ta(ka)*- poder ser empregado em contextos evidências em narrativas na língua e em eliciações controladas, não é ele o responsável por veicular esta informação como ilustrado no teste acima.

Outro contra-argumento que pode ser citado em relação a ocorrência de *ta(ka)*- é que poucos falantes aceitam esse uso sentencial. Chaves Alexandre (2016) afirma que de quinze falantes testados, apenas dois utilizaram a estrutura com *ta(ka)*- com terceira pessoa em contexto evidencial.

Se a proposta de Storto (2002) de que *ta(ka)*- ocorre com terceira pessoa para expressar evidencialidade não se mostrou válida, como explicar a ocorrência desse alomorfe com terceira pessoa? Como visto na seção anterior, a proposta de Everett (2006) assume que *na(ka)*- marca que o argumento absolutivo é não-participante do ato discursivo e *ta(ka)*- marca que o argumento absolutivo é participante do ato discursivo. Dados de *ta(ka)*- com terceira pessoa também são exceções no modelo proposto pelo autor porque a terceira pessoa é não participante do ato discursivo. Ele explica essa exceção afirmando que o uso de *ta(ka)*- pode ser feito com um não-participante quando a situação descrita pela sentença acabar dentro da cena enunciativa, ou seja, quando a ação for finalizada em um ambiente no qual interlocutor e interlocutário estejam como ilustrado no exemplo 2.43 a seguir.

- 2.43 Carlinhos **tayryt**
 Carlinhos **ta-yry-t**
 Carlinhos **SAP**-chegar-nfut
 ‘Carlinhos chegou’ (Everett, 2006, 410)

Testamos a proposta do autor também observando se esse era um contexto mínimo, ou seja, observando se o dado poderia ser utilizado em contextos nos quais Carlinhos chegava em ambientes nos quais o enunciador e enunciatário não estão presentes. Como ilustrado no exemplo 2.44 abaixo, os testes mostraram que a sentença é pragmaticamente infeliz em contextos nos quais a chegada de Carlinhos se dá em um lugar diferente de onde o enunciador e enunciatário estão.

- 2.44 Carlinhos **tayryt**
 Carlinhos **ta-yry-t**
 Carlinhos **SAP**-chegar-nfut
 ‘Carlinhos chegou’
 # Contexto: Você está na cidade de Porto Velho com outros índios Karitiana e fica sabendo que Carlinhos acabou de chegar na aldeia. Você pode utilizar ‘Carlinhos tayryt’ para avisar para os outros índios que o Carlinhos chegou?

Em um primeiro momento, a não aceitação de 2.44 pareceu comprovar a proposta de Everett (2006). Porém, mais testes revelaram que a infelicidade do dado 2.44 no contexto não está relacionada com o morfema *ta-*, mas com a semântica do verbo. A raiz verbal ‘yryt’ traduzida por Everett (2006) como ‘chegar’ está com uma tradução inexata.³² Os testes mostram que o significado de ‘yryt’ é na verdade ‘vir’. Assim, a sentença ‘Carlinhos tayryt’ significa ‘Carlinhos veio’. O verbo ‘vir’ é um verbo de movimento e seu significado é ‘locomover-se em direção a pessoa que enuncia a sentença’, assim, a situação descrita por ‘Carlinhos veio’ deve acabar dentro da cena enunciativa, ou seja, a chegada de Carlinhos deve ser no local no qual o enunciador diz a sentença. Observe que ao trocar a raiz por ‘yry’ (vir) em 2.45 por ‘otâm’ (ir) em 2.46 tornou a sentença pragmaticamente feliz.

³² Para Everett (2006), a raiz seria somente ‘yry’ sendo ‘-t’ o sufixo de tempo não-futuro. Porém, os dados coletados por esta pesquisa mostram que, quando a sentença é colocada em um contexto no futuro, a consoante /t/ sofre lenição tornando-se /t/ como ilustrado em 2.45. O processo de lenição de /t/ final na raiz é comum em Karitiana quando procedido de um morfema vocálico como o futuro /i/ (ver, Storto 1999). Desse modo, esta pesquisa assume, a partir dessas evidências, de que /t/ faz parte da raiz ao contrário de Everett (2006).

2.45	Porto Velho	pip	tayryr-i	Carlinhos
	porto velho	pip	ta-yryt-i	carlinhos
	porto velho	pos	ta-vir-fut	carlinhos

‘Carlinhos virá para Porto Velho’

Contextos: 1. Pode ser usado quando o enunciador está em Porto Velho.

#2: Pode ser usado quando o enunciador não está em Porto Velho.

2.46	Porto Velho	pip	taotami	Carlinhos
	porto velho	pip	ta-otam-i	Carlinhos
	porto velho	pos	ta-chegar-fut	Carlinhos

‘Carlinhos vai chegar em Porto Velho’

Contextos: 1. Pode ser utilizado quando o enunciador está em Porto Velho

2. Pode ser utilizado quando o enunciador não está em Porto Velho.

A aceitação do dado 2.46 em ambos os contextos mostrou que *ta-* pode ser utilizado tanto em um contexto no qual a situação descrita não acaba na cena enunciativa como no contexto 2. A não aceitação do dado 2.45 em ambos os contextos é ocasionada pela semântica da raiz e não pelo morfema *ta-*. Desse modo, o uso de *ta(ka)-* com terceira pessoa não é explicado pela proposta de Everett (2006).

Como explicar as exceções da alomorfia entre *na(ka)-/ta(ka)-*? Storto (com. pess.) posteriormente afirmou acreditar na existência de fatores fonológicos condicionando essa variação. Esta dissertação assume especulativamente a hipótese de que a forma nasal *na-* se transforma em *ta-* em um processo de espraçamento da oralização. Esse processo fonológico é comum em Karitiana (cf. Storto, 1999). Porém, não foi possível realizar testes rigorosos para essa hipótese de modo que a explicação da variação entre *na(ka)-/ta(ka)-* será deixada para pesquisas futuras. O que essa subseção conclui é que não há um uso evidencial de *ta(ka)-* como proposto anteriormente. A próxima subseção apresenta a análise para os prefixos de habitualidade *na-/ta-*.

2.2.2 Os prefixos habituais

Esta subseção apresenta a análise do prefixo *na-/ta-* classificado como habitual por Storto (2002). A autora postula que o morfema de *na-/ta-* que coocorre com outros modos não é o modo declarativo, mas um morfema distinto que expressa habitualidade. Nesta pesquisa,

argumentamos que a língua Karitiana não possui um morfema habitual e que *na-/ta-* que coocorre com outros morfemas de modo é o morfema classificado como modo declarativo.

A motivação de Storto (2002) para classificar *na-/ta-* como habitual e não como modo declarativo é o fato de ele coocorrer com o morfema de modo deôntico *pyn-* como ilustrado pelos dados de 2.47 a 2.49 abaixo. Como visto no capítulo 1, morfemas de modo sentencial não coocorrem (Sandock & Zwicky, 1985). Assim, assumir que *na-/ta-* nos dados de 2.44 a 2.46 são o modo declarativo seria problemático porque ele estaria coocorrendo com outro morfema de modo. Dessa maneira, a autora propõe que *na-/ta-* nesses dados são morfemas para indicar habitualidade na língua e que mais pesquisas deveriam ser feitas para distinguir o modo declarativo *na(ka)-/ta(ka)-* do morfema habitual *na-/ta-*.

2.47	apip	napynkĩĩ	andyk	y'ete'et
	a-pip	ø-na-pyn-kĩĩ	andyk	y-'ete-'et
	aquilo-em	3-hab-deo-chorar	relacional	1-filho-filho
	'Aí, deve-se chorar meu neto' (Storto, 2002, 157)			

2.48	apip	napynhot	y'ete'et
	a-pip	ø-na-pyn-hot	y-'ete-'et
	aquilo-em	3-hab-deo-ir(pl)	1-filho-filho
	'Aí, as pessoas devem ir meu neto' (Storto, 2002, 157)		

2.49	apip	napynbik	okot	aam	kyry'ep	y'ete'et
	a-pip	ø-na-pyn-bik	oko-t	aam	kyry'ep	y-'ete-'et
	aquilo-em	3-hab-deo-sentar	rep-nfut	pilão	em.frente.de	1-filho-filho
	'Aí, deve-se sentar em frente ao pilão, meu neto' (Storto, 2002, 157)					

As sentenças acima descrevem de fato situações habituais. Essas sentenças foram retiradas da descrição de um ritual em Karitiana chamado *ritos fúnebres* no qual é narrado o que se deve fazer quando a pessoa morre. É uma característica de rituais se repetirem, por exemplo, os *ritos fúnebres* do Karitiana se repetem todas as vezes que uma pessoa morre. Por esse motivo, a ação está um contexto habitual. Porém, seria o prefixo *na-* nos dados acima o responsável por expressar essa habitualidade ou essa é uma informação contextual? Esta pesquisa argumenta que *na-/ta-* não é um morfema habitual, mas sim o modo declarativo. O primeiro argumento é que o sentido habitual ocorre em outras sentenças que não possuem o prefixo *na-* como ilustrado em 2.50 abaixo.

2.50	Ipynpyt'y	andyky	padni	ossip
	i- pyn -pyt'y	andyk-(y)	padni	ossip
	3- deo -comer	ref-(ve)	neg	ossip
	'Não se come no osiip' (Ritual Osiiipo)			

Outro argumento é que se *na-/ta-* fossem morfemas habituais distintos, então eles deveriam poder coocorrer com *na(ka)-/ta(ka)-*. Se *na(ka)-/ta(ka)-* indica uma sentença declarativa e *na-/ta-* indica habitualidade, então, quando o falante quisesse indicar habitualidade em uma sentença declarativa, ele deveria poder usar ambos os prefixos juntos. Não há na literatura ou nas narrativas essa coocorrência o que seria uma evidência a favor da análise de que eles não são morfemas diferentes.

Além da evidência citadas acima, testes feitos nesta pesquisa mostraram que *na-/ta-* que coocorrem com outros morfemas de modo interagem com o tipo de sentença estando restritos a sentenças declarativas. Esta pesquisa examinou os rituais em Karitiana separando os dados nos quais há a coocorrência de *na-* com *pyn-* e os dados nos quais ocorria apenas o morfema *pyn-*. A comparação desses dados revelou que aqueles nos quais *pyn-* ocorre sozinho expressavam uma proposição negativa. Por outro lado, todos os dados nos quais *pyn-* coocorre com *na-/ta-* são todas sentenças declarativas. Esse padrão pode ser observado na tabela abaixo.

Exemplos de ocorrência de <i>pyn-</i> sozinho (todas as sentenças veiculavam uma proposição negativa)				
2.51	Myjym yjkat	pynpyt'yt	gop	
	myjym yj-kat	ø- pyn -pyt'y	gop	
	três 1pi-dia	3- deo -comer-nfut	marimbondo	
	'Três dias depois do vespeiro a pessoa não pode comer' (Narrativa Osiiipo)			
2.52	Pyroty	andyk		
	pyt -oty	andyk		
	deo -banhar	impf		
	'A pessoa ainda não deve se banhar' (Narrativa Osiiipo)			
2.53	Pynpyso'y	yjopo		
	pyn -pyso'y	yj-opo		
	deo -tocar	1pi-pênis		
	'Nós não tocamos o nosso pênis' (Narrativa Osiiipo)			
2.54	Ipynpyt'y	andyky	padni	ossip
	i- pyn -pyt'y	andyk-y	padni	ossip
	3- deo -comer	ref-(ve)	neg	ossip
	'Não se come no osiip' (Narrativa Osiiipo)			

Exemplos de ocorrência de <i>na-/ta-</i> com <i>pyn-</i> (todas as sentenças veiculam uma proposição afirmativa)					
2.55	apip	napynkĩĩ	andyk	y'ete'et	
	a-pip	ø- na-pyn -kĩĩ	andyk	y-'ete-'et	
	aquilo-em	3- hab-deo -chorar	ref.	1-filho-filho	
	'Aí, deve-se chorar, meu neto.' (Rituais mortuários)				
2.56	apip	napynhot	y'ete'et		
	a-pip	ø- na-pyn -hot	y-'ete-'et		
	aquilo-em	3- hab-deo -ir(pl)	1-filho-filho		
	'Aí, deve-se chorar, meu neto.' (Rituais mortuários)				
2.57	apip	napynbik	okot	amm kyry'ep	y'ete'et
	a-pip	ø- na-pyn -bik	oko-t	amm kyry'ep	y-'ete-'et
	aquilo-em	3- hab-deo -ir	inter-nfut	pilão em.frente.de	1-filho-filho
	'Aí, deve-se sentar diante do pilão, meu neto' (Rituais mortuários)				
2.58	Pongyp	napyntarakat			
	pongyp	ø- na-pyn -taraka-t			
	calado	3- hab-deo -andar-nfut			
	'A pessoa deve caminhar na direção da quietude' (Narrativa Osiipo)				
2.59	Osiip	tepyt	napyroty	andyk	
	osiip	tepyt	ø- na-pyt -oty	andyk	
	osiipo	cipó	3- hab-deo -banhar	ref.	
	'A trepadeira do osiipo é para nós nos banharmos' (Narrativa Osiipo)				

Tabela 13 *na-* e *pyn-* em rituais

A comparação dos dados 2.51 a 2.54 nos quais *pyn-* ocorre sozinho com os dados 2.55 a 2.59 nos quais ele ocorre com *na-* mostra que: (i) o sentido habitual não aparece exclusivamente nos dados nos quais *na-* ocorre e (ii) o morfema *na-* parece estar restrito a contextos declarativos. Assim, a análise dos dados provenientes dos ritos parece corroborar a hipótese de que *na-/ta-* são os morfemas de modo declarativo, porém, não poderiam ainda ser usados como evidência conclusiva uma vez que poderia ser coincidência o aparecimento de *na-/ta-* apenas em declarativas.

Uma característica do declarativo é não estar presente em ambientes não-declarativos como ilustrando abaixo no contraste entre 2.60 que expressa uma proposição declarativa e 2.61 e 2.62 que expressam a mesma proposição negada e questionada.

2.60	taso	naokyt	boroja (declaração)
	taso	ø-na-oky-t	boroja
	homem	3-dec-matar-nfut	cobra
	'O homem matou a cobra'		

- 2.61 taso ioky boroja? (interrogação)
 taso i-oky boroja
 homem 3-matar cobra
 ‘O homem matou a cobra?’
- 2.62 taso ioky padni boroja. (negação)
 taso i-oky padni boroja
 homem 3-matar-nfut neg cobra
 ‘O homem não matou a cobra’

Assim, um teste simples elaborado por esta pesquisa consistiu em solicitar que os informantes colocassem as sentenças coletadas nos rituais em Karitiana de contextos declarativos para contextos negativos e vice-versa. Os resultados esperados com esse teste eram os seguintes:

Afirmativa → Negativa : Se <i>na-</i> desaparecer ao se negar a sentença em um ambiente negativo, isso indica que ele interage com o tipo de sentença declarativa, sendo o mesmo prefixo de modo declarativo.
Negativa → afirmativa : Se <i>na-</i> aparecer coocorrendo com <i>pyn-</i> quando o falante passar a sentença negativa para a sua versão afirmativa, isso comprova que o morfema é declarativo. Se ele fosse um prefixo de habitual, ele não poderia aparecer porque passar uma proposição negativa para a forma afirmativa não faz com que apareça uma habitualidade que antes não existia na sentença.

Um exemplo desse tipo de elicitación pode ser observado a seguir:

Teste de passagem de proposição negativa para proposição afirmativa	
<u>Pesquisador</u> :	Eu vou te mostrar algumas sentenças em Karitiana. Eu gostaria que você me dissesse o que elas significam. Se você achar que a sentença soa estranha ou que vocês não fariam desse jeito me avise. O que significa ‘atykiri pynpyt’y andyk gop by’y’?
<u>Informante</u> :	“Após colocar a vespa, a pessoa não deve comer”
<u>Pesquisador</u> :	E se a regra desse ritual fosse ao contrário e, ao invés de não poder comer, a pessoa pudesse comer, como seria essa sentença em Karitiana?
<u>Informante</u> :	‘atykiri napynpyt’y gop by’y’

Tabela 14 Teste de passagem de proposição negativa para proposição afirmativa

2.2.3 Resumindo

Esta subseção analisou as propostas de Storto (2002) para os prefixos *na(ka)-/ta(ka)-*. Como foi observado no começo da subseção, a autora propõe que o alomorfe *ta(ka)-* possui um uso evidencial. A outra proposta defende a existência de um prefixo habitual *na-/ta-* distinto do modo declarativo. Essas propostas dariam conta de duas exceções que são a ocorrência de *ta(ka)-* com a terceira pessoa e a coocorrência de *na-/ta-* com *pyn-* e estão representadas abaixo:

Tabela 15 Proposta de Storto para *na(ka)-/ta(ka)-*

Os testes realizados por esta pesquisa não comprovaram o uso evidencial de *ta(ka)-* quando empregado com a terceira pessoa. Os testes também mostram que o morfema habitual *na-/ta-* é na verdade, o mesmo morfema de modo declarativo uma vez que interage com tipo de sentença.

Como visto na introdução, indicar evidencialidade era uma forma de explicar porque o morfema *ta(ka)-* ocorria com a terceira pessoa. Assumimos especulativamente que a distribuição entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* ocorre devido ao expraçamento da oralização transformando *na-* em *ta-*.

O outro problema é o fato de *na-* poder coocorrer com *pyn-* que é contraditório com o fato de que modos não coocorrem. A resolução para essa aparente contradição será mostrada na próxima subseção que trata da posição do morfema *na-*.

2.3 A posição na estrutura morfológica do verbo

Esta subseção discute a posição de *na-* na estrutura morfológica do verbo. Esta discussão é relevante porque a ocorrência desse morfema com outros morfemas de modo será explicada nesta dissertação propondo uma configuração alternativa dos prefixos verbais. Como foi observado no capítulo 1 que explicou a estrutura morfológica dos verbos, Storto (1999, 2002) assume que o Karitiana possui a seguinte estrutura:

Tabela 16 Posição do morfema de modo

Os dados nos quais há a coocorrência de *na-* como o morfema *pyt-*, como em 2.67 abaixo, são problemáticos uma vez que ambos são classificados por Storto como modo. A autora argumenta que *na-* é na verdade um habitual o que não se sustentou nos testes aplicados nesta pesquisa como pode ser observado na subseção 2.2. Assim, como tratar a coocorrência desses morfemas?

- 2.67 pongyp **n**ap^yntarak (Osiip)
 pongyp ø-**na**-p^yn-tarak-ø
 quieto 3-**na**-de^o-andar-ø
 ‘Tem que andar calado’

Primeiramente, há evidências de que os morfemas *na-* e *pyt-* não ocupam a mesma posição na estrutura morfológica. A primeira evidência é que sua presença e/ou ausência são definidas de maneira independente. A presença/ausência do primeiro está relacionada ao tipo de sentença e a presença/ausência do segundo está relacionada a modalidade da sentença (como será discutido nos capítulos 5 e 6). A proposta de que eles ocorrem em posições diferentes assumida por esta pesquisa está representada no quadro abaixo:

Tabela 17 Outra proposta de posição para os morfemas

Mas ao que se refere cada posição? Como observado na subseção 2.1.2, os testes mostraram que a primeira posição ocupada por *na(ka)-/ta(ka)-* interage com tipo de sentença. Observe comparando o dado 2.67 acima com 2.68 abaixo, que se transpomos a sentença para a negação, o morfema na primeira posição desaparece enquanto que o morfema na segunda posição permanece inalterado.

- 2.68 **ipyntarak** pongyp
 i-**pyn**-tarak-ø pongyp
 3-**deo**-andar-nfut calado
 ‘Não pode andar calado’

Como ilustrado no exemplo acima, o morfema que ocupa a segunda posição na estrutura morfológica não é afetado pelo tipo de sentença. Como será visto no capítulo 6, o morfema *pyt-* que ocupa a segunda posição expressa modalidade deôntica em Karitiana. Dessa maneira, esse morfema é um modo verbal de acordo com a concepção de modo assumida por esta pesquisa. Assim, em Karitiana, a primeira posição parece ser relativa a modo verbal e a segunda a modo sentencial. Essa análise pode ser expressa através da seguinte representação:

Tabela 18 Proposta de posição dos morfemas adotada por esta pesquisa

A hipótese de que há duas posições morfológicas para os morfemas em Karitiana também é corroborada pelo morfema *jỹ-* que será tratado no capítulo 4 e que também coocorre com *na-*, não podendo ser assim um modo sentencial.

Esta subseção apresentou a hipótese de que há duas posições para os morfemas descritos por Storto (1999, 2002) como modo na morfologia dos verbos em Karitiana. A primeira posição é destinada aos morfemas de modo sentencial enquanto que a segunda é destinada aos morfemas de modo verbal. Essa hipótese permite tratar a coocorrência de *na-* com *pyn-* observada na seção 2.1 como também tratar outras coocorrências problemáticas que serão mostradas no capítulo 5. A próxima seção discutirá a contribuição semântica de *na-* como modo declarativo.

2.4 A contribuição semântica

Esta subseção investiga a contribuição semântica do morfema *na-* para uma sentença. Vimos que Storto (2002) afirma que toda vez que uma sentença é declarativa, o morfema *na-* é utilizado. A proposta da autora pode ser representada da seguinte maneira:

SENTENÇA DECLARATIVA → *na-*

Está sendo representada acima a condição de que se uma sentença é declarativa, então ela possuirá o morfema *na-*. Como visto na seção 1.4, Everett (2006) discorda da classificação de *na-* como modo declarativo mostrando que nem todas as sentenças declarativas em Karitiana são marcadas por *na-*. Porém, mostramos que esse contra-argumento não é válido porque pressupõe que um morfema declarativo deve estar em todas as sentenças declarativas da língua o que não é verdade. Mostramos que na língua Kanoê, por exemplo, o morfema declarativo *e-* é uma das formas de se fazer declarações, mas não é a única. Assim, o fato de *na-* não estar em todas as declarativas não significa que ele não seja modo declarativo.

Dessa maneira, um critério mais adequado de classificação assumido por esta pesquisa é: se um morfema contribui para identificar que a sentença é uma declaração, toda vez que ele for utilizado, a orações será declarativa. Essa nova relação pode ser representada da seguinte maneira:

na- —————→ SENTENÇA DECLARATIVA

Está sendo representada acima a condição de que, se o morfema *na-* estiver presente, então a sentença será declarativa. Essa nova relação assume que *na-* contribui para formação de declarativas sem se comprometer que ele seja a única forma de se fazer declarações na língua. Ou seja, nessa análise é possível existir outras formas de se fazer uma declaração e *na-* só pode ocorrer em orações do tipo declarativas uma vez que a informação que ele codifica é incompatível com outro tipo de sentença.

Mas qual a contribuição de modo declarativo? Na semântica formal elementos que marcam o tipo sentencial em uma sentença contribuem para indicar a força ilocucionária dessa sentença (Chierchia & McConnell-Ginet, 1990; Portner, 2004). Assim, se *na-* marca que uma sentença é declarativa, a sua semântica deve contribuir para indicar a força ilocucionária da sentença declarativa. Mas qual a força ilocucionária de uma declaração? A força ilocucionária de uma declaração é inserir uma proposição no *Common Ground* (Stalnaker, 1974; 1978; Chierchia & McConnell-Ginet, 1990; Portner, 2004). O *Common Ground* é o conjunto de proposições mutualmente assumidas pelos participantes da conversa. Por exemplo, imagine que dois estudantes universitários brasileiros que não se conhecem se encontram no corredor da faculdade e começam a conversar. Mesmo que eles não se conheçam, um vai assumir que existem fatos que são de conhecimento de ambos. Esses fatos são as proposições que eles consideram verdadeiras. O conjunto de proposições que eles assumirem que ambos saibam é o

Common Ground, ou o CG da conversa. Se o encontro desses universitários ocorresse hoje, o CG teria as seguintes proposições:

CG = {'O Brasil foi colônia de Portugal', 'Temer é o atual presidente', 'Aécio não ganhou as últimas eleições', 'Brasília é a capital do Brasil', etc.}

O que uma declaração faz é inserir uma nova proposição em CG. Por exemplo, suponha que na conversa dos dois universitários A e B estão conversando. O estudante A sabe que a faculdade fechará amanhã devido a uma greve e acredita que o estudante B ainda não o saiba. Quando o estudante A fala 'A faculdade fechará amanhã', seu objetivo é inserir a proposição em CG fazendo com que essa informação passe a ser conhecida também pelo estudante B. Após a declaração, CG se amplia sendo composto de todas as proposições que já eram assumidas anteriormente mais a nova que foi inserida pelo estudante A, como ilustrado abaixo:

CG = {'O Brasil foi colônia de Portugal', 'Temer é o atual presidente', 'Aécio não ganhou as últimas eleições', 'Brasília é a capital do Brasil', 'A faculdade fechará amanhã', etc.}

Assim, a força ilocucionária de uma declaração insere uma proposição em CG. Portner (2004) representa essa informação da seguinte maneira:

TIPO SENTENCIAL		FORÇA ILOCUCIONÁRIA
Declarativas	—————→	CG ∪ {p}

Nessa perspectiva, o modo declarativo *na-* contribui para realizar a operação $CG \cup \{p\}$. A não ocorrência desse morfema em outros tipos de sentenças (e.g. negações, interrogações) derivaria do fato de que elas não inserem a proposição em CG. Por exemplo, com uma pergunta o falante não adiciona uma informação nova em CG, mas busca informações do ouvinte. Da mesma forma, ao enunciar uma sentença negativa o falante não adiciona a proposição $\{p\}$ em CG, mas sim $\{\neg p\}$. Por exemplo, quando um falante enuncia 'Temer não é um bom presidente' ele estaria adicionando 'NÃO É VERDADE QUE Temer é um bom presidente' em CG. A operação de adicionar proposições negadas pode ser representada através de $CG \cup \{\neg p\}$ e, em nossa análise, o modo declarativo em Karitiana não pode realizar essa operação uma vez que ele não ocorre em negações.³³

³³ Esta questão é mais delicada para as negações uma vez que pode-se assumir que quando o falante enuncia uma sentença negativa, ele insere uma proposição negada em CG.

Esta subseção encerra a análise de *na-* feita na segunda seção deste capítulo. Assumimos que força ilocucionária de uma sentença declarativa pode ser representada formalmente por $CG \cup \{p\}$. A distribuição de *na-* entre os tipos de sentença indica que ele contribui para expressar essa força. A próxima seção apresentará as conclusões do capítulo.

3. Conclusões do capítulo

Este capítulo analisou o morfema *na-* analisado por Storto (1999, 2002) como modo declarativo. Primeiramente, apresentamos as propostas anteriores para tratar esse morfema (Landin, 1984; Storto, 1999; 2002; Everett, 2006 e Felix, 2007). A segunda parte do capítulo comparou essas propostas com os dados da língua mostrando que a de Storto (1999, 2002) é a mais pertinente. Assim, a análise feita por esta pesquisa parte da categorização da autora desse morfema como modo declarativo. Depois, investigamos algumas exceções na proposta de Storto (1999, 2002) e argumentamos que *ta(ka)-* não possui um uso evidencial e que o morfema *na-/ta-*, que coocorre com o morfema deôntico *pyn-*, não é um marcador habitual, mas sim o mesmo morfema que classificamos como modo declarativo.

Assumimos especulativamente uma hipótese fonológica para explicar a ocorrência de *ta(ka)-* com a terceira pessoa. Assim, para esta pesquisa a variação entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* deriva de um expraçamento da oralização que transforma o segmento /n/ em /t/. Explicamos a coocorrência de *na-* com *pyn-* assumindo uma nova configuração dos prefixos na estrutura morfológica do verbo. Nessa configuração existem duas posições para os morfemas de modo. A primeira está relacionada à expressão de tipo sentencial porque o morfema presente nessa posição interage com o tipo de sentença. Já a segunda posição está relacionada à expressão de modalidade porque o morfema que ocupa essa posição quantifica sobre mundos possíveis o que será mostrado nos capítulos 5 e 6. Assumimos que o morfema de modo declarativo *na-* expressa a força ilocucionária de sentenças declarativas e que essa força indica a união de uma proposição $\{p\}$ em CG o que representamos formalmente por $CG \cup \{p\}$. Assim, para esta pesquisa, o morfema *na-* contribui para indicar essa operação de inclusão de $\{p\}$ em CG. O próximo capítulo trata o prefixo *pyt-* classificado por Storto (2002) como modo assertivo.

CAPITULO 3 – O PREFIXO VERBAL PYT-

Este capítulo analisa o morfema *pyt-* classificado por Storto (1999, 2002, 2014) como modo assertivo. Primeiramente, realizamos uma revisão da literatura. Esse prefixo verbal foi analisado por quatro autores: Landin (1984), Storto (1999, 2002, 2014), Everett (2006) e Felix (2007). Em nossa análise, defenderemos que nenhum dos trabalhos anteriores foi capaz de apresentar uma proposta satisfatória para distinguir *pyt-* do modo declarativo *na-*. Assumiremos que *pyt-* ocorre no mesmo lugar que o modo declarativo *na-* e que ele também pode ser considerado como modo sentencial devido a sua posição na estrutura morfológica do verbo e sua interação com tipo de sentença. Porém, não conseguimos determinar a diferença semântica de *pyt-* e do morfema de modo declarativo *na-*.

Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta as propostas de *pyt-* feitas anteriormente. A segunda seção apresenta a nossa análise. A terceira seção traz as conclusões da pesquisa.

1. Propostas anteriores.

Esta seção apresenta as propostas anteriores para o prefixo *pyt-* e está estruturada em 5 subseções. A primeira subseção apresenta a proposta de Landin (1984). A segunda subseção apresenta a proposta de Storto (1999, 2002). A terceira subseção apresenta a proposta de Felix (2007). A quarta subseção apresenta a proposta de Everett (2006). A quinta subseção apresenta um resumo dessas análises.

1.1 A proposta de Landin

Esta subseção é apresentar a proposta de Landin (1984) para o prefixo *pyt-*. Na proposta do autor *pyt-* é representado como *pyr-* que é, segundo essa análise, um dos alomorfes do prefixo *mỹ-*. Esse prefixo ocorre junto com o sufixo *-n* e a função de ambos é marcar uma resposta positiva na língua Karitiana como pode ser observado em 3.01 abaixo.

3.01	ỹn	mỹrymhokon	tōmtōm
	ỹn	mỹry-m-hoko-n	tōmtōm
	1	resp.posit-caus-tocar-resp.posit	violão
	‘Sim, eu toco violão’ (Landin, 1984, 14)		

Para o autor, esse morfema possui os seguintes alomorfes *mỹ-*, *mỹr-*, *mỹry-*, *py-*, *pyr-* e *pyry-*. A nasal /m/ se torna a oclusiva /p/ quando o pronome que precede esse morfema for absolutivo como mostrado em 3.02 abaixo.

- 3.02 Y **pypyt'yn**
 y **py-pyt'y-n**
 1 **resp.posit-comer-resp.posit**
 'Sim, eu como' (Landin, 1984, 14)

Para Landin (1984), *mỹ-/py-* prefixaria raízes cuja sílaba inicial não for acentuada e iniciar em consoante. Se a sílaba inicial não for acentuada e iniciar por uma vogal, esses morfemas se desdobrariam em *mỹr-/pyr-*. Se a sílaba for acentuada, esses morfemas se desdobrariam em *mỹry-/pyry-*. Essas generalizações são expressas pelo autor através das seguintes regras:

m → p / Pn (-erg)	Lê-se: [m] é realizado como /p/ quando o antecedente
ø → r / mỹ____(vogal) (-acento)	um pronome com o traço ergativo, /ø/ é realizado como
→ ry / (+acento inicial)	/r/ quando estiver entre <i>mỹ-</i> e uma vogal e realizado
	como /ry/ quando estiver entre <i>mỹ</i> e uma sílaba
	acentuada.

Tabela 19 Regra para a distribuição de *pyt-*

Essa é resumidamente a proposta de Landin (1984). A próxima subseção apresentará a proposta de Storto (1999, 2002, 2014).

1.2 A proposta de Storto

Esta subseção apresenta a proposta de Storto (1999, 2002, 2014) para o morfema *pyt-*. Segundo a autora, esse prefixo funciona como modo assertivo em Karitiana e possui os alomorfes /*py*/, /*pyr*/ e /*pyry*/ nos contextos abaixo. O prefixo *pyt-* é realizado como /*py*/ quando a raiz verbal iniciar com som consonantal e não for acentuada como em 3.03.

- 3.03 **Pyse'ayn** iri'aj Botyj
 py-se'a-yn iri-'a-j Botyj
 ass-bom-nfut cit-dizer-fut Botyj
 'Está bom, disse Botyj' (Storto, 2002, 156)

O prefixo *pyt-* é realizado como /pyr-/ quando a raiz verbal iniciar com som vocálico e essa raiz não for acentuada como pode ser observado em 3.04 abaixo:

3.04	Pyram' adn	y'ete'et	yjboop
	pyr- 'a-m-'a-dn	y-'ete-'et	yj-boop
	ass-pass-caus-fazer-nfut	1-filho-filho	1pi-morto
	'É assim que se lidava com os mortos, meu neto' (Storto, 2002, 156)		

Por fim, o prefixo *pyt-* é realizado como /pyry/ quando a raiz iniciar com uma sílaba acentuada iniciada em som vocálico ou consonantal como pode ser observado em 3.05 abaixo.

3.05	Pyry' a	sarytyn	keerep	gokyp
	pyry- 'a	saryt-yn	keerep	gokyp
	ass-fazer	ev.ind-nfut	antigamente	sol
	'O sol era assim antigamente (dizem)' (Storto, 2002, 154)			

Essas regras podem ser representados da seguinte maneira:

[pyt] → /py/ / ____ raiz [CV.CV...]
→ /pyr/ / ____ raiz [V.CV...]
→ /pyry / ____ raiz [CV...] ou ____ raiz [V...]

Tabela 20 Distribuição de *pyt-* por Storto (2002)

Para Storto (2002), há seis contextos importantes nos quais *pyt-* ocorre. Esses contextos são (i) respostas afirmativas a perguntas polares; (ii) sentenças passivas; (iii) sentenças introdutórias de narrativas, (iv) na conclusão de uma narrativa, (v) na expressão de um enunciado enfático e (vi) na expressão de uma opinião.

O primeiro contexto são respostas afirmativas a perguntas polares. Perguntas polares são aquelas cuja resposta esperada é 'sim' ou 'não'. Para a autora, o prefixo *pyt-* é obrigatoriamente empregado em uma resposta afirmativa a uma pergunta polar. A autora ilustra isso através dos exemplos 3.06 abaixo.

3.06	a.	ise'adna	bypan	pitat	pip	him	oky?
		i-se'an-a	bypan	pitat	pip	him	oky
		3-ser.bom-ve	arma	muito	pos	caça	matar?
		'É bom matar caça com arma?' (Storto, 2002, 155)					

- b. **Pyse'**adnyn
 ☞-**py**-se'adn-yn
 3-**ass**-ser.bom-nfut
 'Sim, é bom (Storto, 2002, 155)

O segundo contexto dado pela autora para ocorrência de *pyt-* são sentenças passivas. Posteriormente, Storto (2014) não assume mais que passivas são um contexto obrigatório para ocorrência de *pyn-*. O terceiro contexto importante dado pela autora para ocorrência de *pyt-* são sentenças introdutórias de narrativas, ou seja, ao iniciar uma narrativa, o falante empregaria o verbo da primeira sentença seria prefixado por *pyt-* como ilustrado em 3.05 acima que é a sentença que inicia a narrativa do sol. O morfema seria empregado também prefixando o verbo da sentença que encerra uma narrativa como ilustrado abaixo em 3.07. Posteriormente, Storto (2014) assume que o morfema *pyt-* também é usado dentro do texto para mudar de assunto.

- 3.07 pyrym'a ta'ât keerep
 Pyt-m-'a ta'ã-t keerep
 ass-caus-fazer evid.dir-nfut antigamente
 'Era assim (evidencial direto) antigamente.' (Storto, 2002, 156)

Os últimos contextos importantes nos quais *pyt-* ocorre segundo Storto (2002) são expressão de um enunciado enfático e na expressão de uma opinião. A autora ilustra o uso do morfema nesses contextos através dos dados 3.08 e 3.09 abaixo.

- 3.08 yh! Pyrypopo'oomyn ombaky
 yh pyty-popo-'oom-yn ombaky
 interj. ass-morrer-dubit-nfut onça
 'Ah! A onça morreu!?' (Storto, 2002, 156)
- 3.09 Pyse'adnyn, iri'aj Botyj
 py-se'adn-yn iri-'a-j botyj
 ass-ser.bom-nfut cit-dizer-fut botyj
 'Está bom, disse Botyj' (Storto, 2002, 156)

Pyt- ocorre entre o morfema de pessoa e a raiz verbal que é a mesma posição de *na-* descrito no capítulo anterior. Por esse motivo Storto (2002) também considera que *pyt-* é um

morfema de modo na língua. A autora o chama de modo assertivo. A próxima seção apresentará a proposta de Felix (2007).

1.3 A proposta de Felix

Esta seção apresenta a proposta de Felix (2007) para o prefixo *pyt-*. A autora concorda com a descrição de Storto (1999, 2007) apresentada na seção anterior em relação à classificação desse prefixo, mas discorda em relação aos contextos de sua distribuição.

Em relação à classificação desse prefixo, a autora concorda com a classificação de Storto (2002) como modo e tenta embasar essa classificação através dos conceitos de modo de Portner (1986) e Faller (2006) de que modo é um morfema relacionado a um tipo de modalidade. Para a autora, a análise de *pyt-* como modo é consistente uma vez que esse morfema veicula modalidade epistêmica em Karitiana expressando um alto grau de comprometimento do falante em relação à proposição.

Para testar essa hipótese a autora verifica a coocorrência dos morfemas *pyt-* e *na-* com a partícula *poxã* ('talvez') observado que há mais dados de *poxã* coocorrendo com *na-* do que com *pyt-* como em 3.10 abaixo.

- 3.10 Pyryrytyn **poxã** e yambip
 pyt-yryt-yn **poxã** e y-ambi-p
 ass-chegar-nfut **talvez** chuva 1-casa-loc.
 'A chuva deve ter chegado na minha casa' (Felix, 2007, 7)

Em relação à distribuição desse morfema, Felix (2007) discorda da proposta de Storto (1999, 2002). Para a autora, a distribuição desse morfema é mais ampla do que inicialmente verificado. Ela ilustra isso através do dado 3.11 que, segundo ela, não está em nenhum dos contextos fornecidos por Storto (1999, 2002).

- 3.11 **Pyso**'ootyn borojaty jonso
 py-so'oot-yn boroja-ty jonso
 ass-ver-nfut cobra-obl mulher
 'A mulher viu a cobra' (Felix, 2007, 6)

Esta subseção apresentou a proposta de Felix (2007) para o morfema *pyt-*. A próxima subseção apresentará a proposta de Everett (2006) para o morfema *pyt-*.

	Alomorfes	Terminologia & Categorização	Embasamento Teórico³⁴
Landin	<i>mỹ-n, mỹr-n, mỹry-n, py-n, pyr-n e pyry-n</i>	Resposta afirmativa (prefixo de sentença afirmativa)	Não
Storto	<i>py-, pyr- e pyry-</i>	Modo assertivo (marca tipo de sentença assertiva)	Não
Felix	<i>py-, pyr- e pyry-</i>	Modo assertivo (marca modalidade epistêmica)	Sim
Everett	<i>py-, pyr- e pyry-</i>	Voz de foco verbal	Sim
	Alomorfia		
Landin	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal e através do traço + ergativo do pronome que antecede o morfema.		
Storto	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal.		
Felix	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal.		
Everett	Explicada através da tonicidade da primeira sílaba da raiz verbal.		
	Contextos de uso		
Landin	A ocorrência do prefixo está restrita a respostas afirmativas.		
Storto	O prefixo ocorre obrigatoriamente em (i) respostas afirmativas a perguntas polares e também em (ii) início, fim ou mudança de tópico em narrativas, (iii) enunciados enfáticos e (iv) expressão de opiniões.		
Felix	A ocorrência está restrita aos contextos nos quais há um alto grau de comprometimento do falante.		
Everett	A ocorrência está restrita aos contextos no qual há um foco no verbo		

Tabela 21 Resumo das propostas para *pyt-*.

Esta subseção apresentou um resumo das propostas vistas até o momento e encerra a primeira seção deste capítulo. A próxima seção apresentará a análise desse prefixo realizada por esta pesquisa.

2. A análise desta pesquisa

Esta seção apresenta nossa análise para o prefixo *pyt-* realizada nesta pesquisa. Primeiramente, analisaremos comparativamente as análises de Landin (1984), Storto (1999, 2002), Felix (2007) e Everett (2006). Depois, apresentaremos algumas eliciações de dados

³⁴ Subtende-se como embasamento teórico alguma teoria que seja citada no corpo do texto e que seja utilizada como critério de classificação dos morfemas analisados.

empregadas para testar essas propostas. Argumentamos, através dos resultados dessas eliciações, que nenhuma das propostas anteriores diferencia satisfatoriamente *pyt-* de *na-*. Por último, apresentamos motivações a favor da classificação de *pyt-* como modo sentencial e sua posição na estrutura morfológica do verbo.

Como observado na seção anterior, Landin (1984) classifica esse morfema como resposta positiva. Essa classificação não se mostra adequada porque, observando-se os dados por Storto (1999, 2002), nota-se que a ocorrência do morfema não se restringe apenas às respostas afirmativas.

Dessa maneira, consideramos que a descrição desse morfema é aprofundada em Storto (1999, 2002, 2014) que assume que ele ocorre nos seguintes contextos: (i) respostas afirmativas a perguntas polares; (ii) início ou fim de narrativa, ou mudança de assunto dentro da narrativa; (iii) enunciados enfáticos e (iv) expressão de opinião. A autora classifica esse morfema como modo assertivo. Essa classificação é provavelmente motivada pelo fato de *pyt-* ocorrer entre o prefixo de pessoa e a raiz verbal que é mesma posição de outros morfemas classificados como modo pela autora como *na-*. Além disso, o morfema apresenta a mesma interação com tipos de sentença porque também não ocorre com declarativas.

Apesar de ser mais ampla, a proposta de Storto (1999, 2002) ainda se mostrou insuficiente para descrever esse morfema. Ambos *pyt-* e *na-* só ocorrem em sentenças declarativas e a única diferença entre esses dois morfemas dada pela autora são os cinco contextos apresentados acima o que leva o leitor a entender que eles diferenciam *na-* de *pyt-*. Porém, isso não é necessariamente verdade nas eliciações de dados feitas por esta pesquisa. As eliciações de dados realizadas por esta pesquisa mostraram que *na-* também pode ocorrer nos contextos como será mostrado a seguir.

O primeiro contexto dado para ocorrência de *pyt-* são respostas afirmativas a perguntas polares. A eliciação abaixo testou se respostas afirmativas a perguntas polares ocorrem obrigatoriamente com o morfema *pyt-*. Os dados 3.11, 3.12, 3.13, e 3.15 ilustram que tanto o morfema *pyt-* quanto o morfema *na-* podem ocorrer em respostas afirmativas a perguntas polares. Sendo assim, esse não é um contexto obrigatório para ocorrência de *pyt-* como argumentado em Storto (1999, 2002).

Resposta afirmativa a pergunta polar

O consultor bilíngue (Karitiana/português) foi informado que uma série de perguntas seriam direcionadas a ele em português e que ele deveria respondê-las de forma natural em Karitiana. Foram feitas apenas perguntas polares cuja resposta variava entre sim e não. O objetivo do

teste foi verificar se o morfema *pyt-* aparecia consistentemente em respostas afirmativas a perguntas polares.

Contexto A: O pesquisador começa a comer uma maçã na frente do informante e faz a seguinte pergunta. ‘Eu estou comendo maçã?’

Resposta obtida: 3.15 an **naka**‘y tysot
an ø-**naka**-‘y ty-so-t
2 3-**naka**-comer impf-dei-nfut
‘você está comendo maçã’

Contexto B: o pesquisador pergunta ao informante ‘Você come banana?’

Resposta obtida: 3.16 yn **naka**‘yt asyryty
yn ø-**naka**-‘y-t asyryty
1 3-**naka**-comer-nfut banana
‘Eu como banana’

Contexto C: o pesquisador anda pela sala na frente do informante e pergunta ‘Eu estou andando?’

Resposta obtida: 3.17 **apyrytaraka** tykat
a-**pyty**-taraka ty-ka-t
2-**pyty**-andar impf-dei-nfut
‘Você está andando’

Contexto D: o pesquisador com os olhos abertos pergunta ao informante ‘Eu estou dormindo?’

Resposta obtida: 3.18 akata padni
a-kata padni
a-dormir neg
‘Você não dorme’

Contexto E: O pesquisador pergunta ao informante ‘Você anda na floresta?’

Resposta obtida: 3.19 **ypyrytaraka**-yn gopip
y-**pyty**-taraka-yn go-pip
1-**pyty**-andar-nfut floresta-em
‘Eu ando na floresta’

Tabela 22 Experimento com respostas afirmativas a pergunta polar

Em uma resposta negativa não ocorrem nem *pyt-* e nem *na-* como ilustrado em 3.18. Já nas respostas afirmativas podem ocorrer tanto *na-* quanto *pyt-* o que mostra que esse contexto não é um contexto obrigatório para ocorrência de *pyt-*.

Outro contexto que é dado pela autora são enunciados enfáticos. Esta pesquisa elaborou uma elicitación para verificar a relação entre *pyt-* e o uso enfático de uma sentença. Essa elicitación está exemplificada na tabela abaixo.

Contextos enfáticos.

Foram elaborados pares de contextos nos quais a mesma sentença era utilizada. Os pares eram constituídos de um primeiro contexto no qual a informação não era enfatizada pelo consultor. No segundo contexto há o uso enfático da sentença por algum motivo (e.g. maior envolvimento emocional do falante, demonstração de surpresa, etc.). O objetivo foi verificar se havia uma relação entre um uso enfático de uma sentença e o uso de *pyt-*.

Contexto A: Alguém da aldeia com quem você não se importa morre. Essa pessoa se chama Elivar. Mas você não tinha muito contato com ele. Você vai contar para a sua mãe que ele morreu. Como você diria “Elivar morreu.”

Dado obtido:	3.20	pyropopy	Eliva
		ø- pyt -opop-y	Eliva
		3- pyt -morrer-nfut	Elivar
		‘Elivar morreu’	

Contexto B: Um amigo muito próximo a você morre. Ele se chama Elivar. Você está muito triste com a notícia e vai contar para a sua mãe que ele morreu. Como você diria “Ah! Elivar morreu!” dando ênfase na notícia.

Dado obtido:	3.21	pyropopy	Eliva
		ø- pyt -opop-y	Eliva
		3- pyt -morrer-nfut	Elivar
		‘Elivar morreu’	

Contexto C: Um grupo de caçadores da aldeia sempre retornam com bastante macacos. Como você diria “Vocês caçam muitos macacos”.

Dado obtido:	3.22	ajxa	napopit	kandat	pikom
		ajxa	ø- na -popi-t	kandat	pikom
		2p	3- na -matar-nfut	muitos	macacos
		‘Vocês caçam muitos macacos’			

Contexto D: Um grupo de caçadores da aldeia sai para caçar e volta com uma quantidade enorme de macacos e você fica muito impressionado. Você vai falar com eles e diz “Vocês caçam muitos macacos” mostrando que essa informação é surpreendente. Como você diria isso em Karitiana.

Dado obtido: 3.23 ajxa **napopit** kandat pikom
 ajxa ø-**na**-popi-t kandat pikom
 2p 3-**na**-matar-nfut muitos macacos
 ‘Vocês caçam muitos macacos’

Tabela 23 Elicitação de dados com contextos enfáticos

Na elicitación acima não atestamos um uso de *pyt-* para dar ênfase. Ambos os morfemas *pyt-* e *na-* ocorrem tanto em enunciados enfáticos e não enfáticos. O que se notou é que quando um informante usava um desses morfemas em uma proposição enunciada não-enfaticamente, ele usará o mesmo morfema para enunciar a mesma proposição enfaticamente. Por exemplo, em 3.20, o informante usa *pyt-* na sentença em um contexto não enfático e utiliza *pyt-* também no contexto enfático como em 3.21. Já em 3.22 o consultor utiliza *na-* para contexto não enfático e utiliza esse mesmo morfema em 3.23 em um contexto enfático.

O terceiro contexto dado por Storto (2002) para ocorrência de *pyt-* são início e fim de narrativas. Esta pesquisa listou as lendas, mitos e narrativas em Karitiana. Apesar de *pyt-* ser geralmente empregado nesse contexto, *na-* também podem ocorrer no início de narrativas como ilustrado em 3.24 abaixo.

3.24 **ytakatat** andyk ta‘ã-t yn yti pop tykiri ymyryta
 y-**taka**-tat andyk ta‘ã-t yn y-ti pop tykiri y-myryta
 1-**taka**-ir ref. ev.dir-nfut 1 1-mãe morrer perfvo 1-só
 ‘Quando minha mãe morreu, eu fui sozinho’
 (início da narrativa do encontro entre os Capivari e os Karitiana – Barabadá)

As elicitaciones e coletas de dados feitas por esta pesquisa evidenciam que a diferença entre *pyt-* de *na-* não pode ser baseada nos contextos dados por Storto (2002) porque ambos os morfemas podem ocorrer nesses contextos.

Felix (2007) também argumentou que esses cinco contextos não seriam suficientes para descrever *pyt-* porque, segundo a autora, a distribuição dele é mais ampla havendo dados de *pyt-* que não estão em nenhum dos contextos pré-definidos por Storto (2002). A autora segue a proposta de Storto (2002) de que *pyt-* é modo. Ela propõe que esse morfema expressa

modalidade epistêmica e indica um alto grau de comprometimento do falante com a proposição como visto na seção anterior.

Essa proposta possui dois problemas. O primeiro é que uma menor coocorrência de *poxa* ('talvez') com *pyt-* quando comparada com *na-* não é suficiente para afirmar que *pyt-* expressa um maior grau de comprometimento do falante. Como já discutido no capítulo anterior, o morfema *na-* é mais produtivo na língua (Everett, 2006) e, assim, é esperado uma ocorrência maior de dados com *na-* em eliciações do que com *pyt-*. Ou seja, haver menos dados de *pyt-* com *poxã* pode ser apenas reflexo da menor produtividade desse morfema na língua, e não uma evidência de que ele expressa maior certeza.

O segundo problema é que se *pyt-* expressasse um alto grau de comprometimento, o esperado é que seu uso não fosse feliz com itens que expressam baixo grau de comprometimento como *poxa* ('talvez'). Por exemplo, no português o uso de uma expressão que expressa um alto grau de comprometimento como '*com certeza*' é infeliz com uma expressão que expressa um grau menor de comprometimento como '*talvez*' como ilustrado pela sentença abaixo.

3.25 Com certeza Maria talvez esteja em casa.

Se *pyt-* pode ocorrer com *poxa*, então isso é uma evidência de que ele não expressa um alto grau de comprometimento do falante em relação a proposição. Everett (2006) discorda das propostas anteriores. Para o autor, o morfema *pyt-* não é modo, mas sim um morfema de voz utilizado para focar o evento. Por esse motivo ela a chama as sentenças com *pyt-* de construção de foco verbal. O autor afirma que o fato do verbo ocorrer em primeira posição quando está prefixando com *pyt-* reforça a sua análise.

Há alguns problemas na análise de Everett (2006). Sua análise de *pyt-* como voz é problemática pelos mesmos motivos que a análise de *na-* como voz vistos no capítulo anterior. Na concepção do autor, voz na língua atua ajustando papéis temáticos e a relação gramatical. Pelas traduções dadas pelo autor, a mudança de *na-* por *pyt-* não produz nenhum efeito nos papéis temáticos e nem na relação gramatical dos argumentos como ilustrado abaixo em 3.26 e 3.27.

3.26	atadiwyt	(ãn)
	a-ta-diwyt-ø	(ãn)
	2-sap-esquecer-nfut	(2)
	'Você esqueceu' (Everett, 2006, 302)	

- 3.27 *apydiwytyn* (ãn)
 a-py-diwyty-yn (ãn)
 2-vb.foc-esquecer-nfut (2)
 ‘Você esqueceu’ (Everett, 2006, 302)

Além disso, a classificação desse morfema como voz não explica a restrição de *pyt-* que ocorre apenas em sentenças declarativas. O morfema de voz passiva na língua, por exemplo, não está restrito a um tipo de oração. Por último, a classificação desse morfema como voz é problemática porque ele coocorre com o morfema de voz passiva como observado em 3.28 abaixo.

- 3.28 *ypyraokydñ* i
 y-pyt-a-oky-dñ i
 1-ass-pass-matar-nfut 3
 ‘Eles me mataram (passiva)’³⁵ (Storto, 1999, 205)

Em relação a classificação, esta pesquisa assume que *pyt-* é um modo sentencial na língua Karitiana. A primeira motivação para assumir essa classificação é que ele apresenta o mesmo tipo de restrição a tipos de sentença que motivaram a classificação de *na-* como modo sentencial. Outra motivação para essa classificação é que esses morfemas parecem ocorrer na mesma posição porque *pyt-* não coocorre com *na-*. Assim, ambos *na-* e *pyt-* parecem pertencer a mesma categoria.

Estes morfemas então estariam em variação livre ou distribuição complementar? A contribuição semântica de *pyt-* seria a mesma do modo declarativo visto no capítulo anterior que indica a força ilocucionária $CG \cup \{p\}$? O fato de *pyt-* ser um morfema menos produtivo pode ser indício de que essa é uma forma marcada na língua quando comparada com *na-*. Assumir que *pyt-* é uma forma marcada significa que ele é utilizado apenas em ambientes declarativos específicos enquanto que *na-* seria a marcação *default* de declarativas. Esta pesquisa assume a hipótese que *na-* é a forma *default* para declarativas e que *pyt-* é a forma marcada. Essa é uma hipótese especulativa baseada na produtividade desses morfemas. Eles estariam, dessa forma, em distribuição complementar e que algum aspecto

³⁵ Não se sabe porque a autora opta por uma tradução na voz ativa se ela analisa a estrutura em Karitiana como passiva.

semântico/pragmático ainda não descoberto determinaria a escolha entre *pyt-* e *na-*. A próxima seção traz as conclusões do capítulo.

3 Conclusões do capítulo

Este capítulo analisou o morfema *pyt-* tratado por Storto (1999, 2002) como modo assertivo. Apresentamos as propostas anteriores e, através de uma análise comparativa, mostramos a proposta de que esse morfema é modo sentencial na língua é a mais adequada a luz dos dados na língua. Isso porque esse morfema interage com tipos de sentenças e ocorre na mesma posição que o morfema de modo *na-*. Dessa maneira, *pyt-* estaria na posição de modo sentencial na estrutura morfológica do verbo. Esta pesquisa não conseguiu delimitar uma diferença entre *pyt-* e *na(ka)-/ta(ka)-*, mas assume especulativamente que eles estão em distribuição complementar e que algum aspecto semântico/pragmático ainda não descoberto deve influenciar na escolha entre *na(ka)-/ta(ka)-* e *pyt-*. O próximo capítulo tratará dos morfemas $-\emptyset$, $-a$ e $-y$ classificados por Storto (1999, 2002) como modo imperativo.

CAPÍTULO 4 – O SUFIXOS VERBAIS $-\emptyset$, $-a$ e $-y$

Este capítulo apresenta e discute os sufixos $-\emptyset$, $-a$ e $-y$ classificados por Storto (2002) como marcadores de modo imperativo. Da mesma maneira como foi feito nos capítulos anteriores, foi realizada uma revisão da literatura sobre estruturas imperativas em Karitiana. Essa revisão mostrou que não é consensual que $-\emptyset$, $-a$ e $-y$ são morfemas que marcam modo imperativo. Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira apresentará as propostas anteriores de Landin (1984), Storto (1999; 2002) e Everett (2006) para sentenças imperativas. Na segunda seção apresentamos a análise comparativa dessas propostas mostrando, através dos dados na língua, porque a de Landin (1984) será utilizada como ponto de partida para a análise feita neste capítulo. Na segunda seção defenderemos que $-a$ e $-y$ não são morfemas, mas sim vogais temáticas. Nessa seção argumentaremos que há um morfema zero de modo não-declarativo em sentenças imperativas que marca a não união entre o a proposição $\{p\}$ e o *Common Ground* representada formalmente por $p \cup CG'$. A terceira seção traz as conclusões do capítulo.

1. Propostas anteriores

Esta seção apresenta as propostas anteriores para as sentenças imperativas em Karitiana. Esta seção está estruturada em 4 subseções. A primeira subseção apresenta a proposta de Landin (1984); a segunda apresenta a proposta de Storto (1999, 2002); a terceira apresenta a proposta de Everett (2006) e a última subseção traz o resumo dessas propostas.

1.1 A proposta de Landin.

Esta subseção apresenta a proposta de Landin (1984) para a estrutura verbal em sentenças imperativas em Karitiana. Para o autor, os verbos nesse tipo de sentença não são marcados por nenhum morfema específico como pode ser observado no dado 4.01 abaixo no qual a raiz verbal *oky* ocorre sem estar prefixado ou sufixado por nenhum morfema.

4.01	ãn	i	oky
	ãn	i	oky
	2	3	matar
	'Mate-o!' (Landin, 1984, 17)		

Landin (1984) afirma que quando a raiz termina em consoante a vogal epentética <a> é inserida no final dessa raiz verbal, como ilustrado em 4.02 abaixo. A inserção dessa vogal epentética é regulada pela regra expressa no quadro após o exemplo.

- 4.02 A tara
 a tat-a
 2 ir
 ‘Vá!’ (Landin, 1984, 17)

Regra para a epêntese de –a	
$\emptyset \rightarrow a / \text{VRt} ______ [+C \text{ final}]$	Lê-se: um vazio fonológico é realizado como –a em quando a raiz verbal VRt (do inglês Verbal Root) terminar com consoante. ³⁶

Tabela 24 Proposta de epêntese em sentenças imperativas

Para Landin (1984) as sentenças imperativas possuem um padrão tonal ascendente que pode ser observado no exemplo abaixo.

- 4.03 a pyt'y
 a pyt'y
 2 comer
 ‘Coma’ (Landin, 1984, 17)

Na proposta do autor, as sentenças imperativas podem ser empregadas com a primeira pessoa do plural quando o enunciador pretende fazer parte da atividade como pode ser observado em 4.04 abaixo.

- 4.04 yj pyt'y
 yj pyt'y
 1p comer
 ‘Vamos comer!’ (Landin, 1984, 16)

³⁶ Esse vazio representado pelo autor como $\emptyset$ não pode ser confundido com a noção de morfema zero também representado por $\emptyset$. Para Landin (1984) as imperativas não são marcadas morfologicamente o que é diferente de postular um morfema zero que porta um significado.

Para Landin (1984) as sentenças imperativas possuem uma especificidade. Para o autor nessas orações apenas verbos transitivos permitem a supressão do sujeito enquanto verbos intransitivos não. O autor exemplifica o apagamento do sujeito em verbos transitivos comparando o dado 4.01 acima no qual o sujeito ‘ãñ’ está explícito com o dado 4.05 abaixo no qual o sujeito ‘ãñ’ foi apagado. O autor exemplifica que esse apagamento não pode ocorrer em verbos intransitivos como pode ser observado comparando-se 4.06 com o dado agramatical 4.07.

4.05 i oky
 i oky
 3 matar
 ‘Mate-o!’ (Landin, 1984, 17)

4.06 a pyt’y
 a pyt’y
 2 comer
 ‘Coma!’ (Landin, 1984, 17)

4.07 *Pyt’y³⁷
 pyt’y
 comer
 ‘Coma!’ (Landin, 1984, 17)

Esta subseção apresentou a proposta de Landin (1984) para as sentenças imperativas em Karitiana. A próxima seção apresentará a proposta de Storto (1999, 2002).

1.2 A proposta de Storto

Esta subseção apresenta a proposta de Storto (1999, 2002) para a estrutura verbal em sentenças imperativas. Segundo a autora os verbos nas sentenças imperativas são marcados pelos sufixos *-ø*, *-a* e *-y*. Esses sufixos são analisados pela autora como morfemas de modo imperativo na língua. Para Storto há dois imperativos na língua, o imperativo afirmativo

³⁷ A língua Karitiana possui dois verbos que podem ser traduzidos como *comer*. O verbo *pyt’y* é empregado de maneira intransitiva sem um objeto como pode ser visto na sentença 4.07. A versão transitiva do verbo *comer* em Karitiana é *y*.

marcado pelos morfemas $-a$ e $-\emptyset$ e o imperativo negativo marcado pelos morfemas $-y$ e $-\emptyset$. Esses morfemas estão em distribuição complementar que está explicada no quadro abaixo:

Imperativo			
Afirmativo		Negativo	
$-a$ /C__ $-\emptyset$ /V__	Lê-se: o sufixo de modo imperativo é realizado como $-a$ quando precede uma consoante e como $-\emptyset$ quando sucede uma vogal como ilustrado respectivamente em 4.08 e 4.09 abaixo.	$-y$ /C__ $-\emptyset$ /V__	Lê-se o imperativo negativo é realizado como $-y$ quando precede uma consoante e como $-\emptyset$ quando precede uma vogal como ilustrado respectivamente em 4.10 e 4.11.

Tabela 25 Proposta distribuição do imperativo Storto (2002)

4.08 Atara

a-tat-**a**

2-ir-**imp**

‘vá’ (Storto, 2002, 158)

4.09 Aoty

a-oty- $\emptyset$

2-banhar-**imp**

‘tome banho’ (Storto, 2002, 159)

4.10 Ataty

a-tat-**y**

2-ir-**imp.neg**

‘Não vá’ (Storto, 2002, 159)

4.11 Apiso (padni)

a-piso- $\emptyset$

2-pisar-**imp.neg** (neg)

‘Não pise!’ (Storto, 2002, 159)

Como pode ser observado em 4.09 e 4.11 no quadro acima, verbos nos quais as raízes terminam em vogal são marcados por $-\emptyset$ tanto no imperativo negativo quanto no imperativo afirmativo. A negação ‘padni’ em 4.11 é opcional podendo ser omitida e a sentença preservando

o seu sentido negativo. Como os falantes diferenciam uma ordem afirmativa de uma negativa nesse contexto? Para Storto (1999), a diferenciação ocorre uma vez que os verbos no imperativo negativo são marcados pelo padrão tonal LH (baixo alto), os verbos no imperativo afirmativo são marcados pelo padrão tonal HL (alto baixo) como ilustrado por 4.08' e 4.10' repetidos abaixo.

4.08' A + ta + **ra**
a-tat-**a**
2-ir-**imp**
'vá' (Storto, 1999, 91)

4.10' A + ta + **ty**
a-tat-**y**
2-ir-**imp.neg**
'Não vá' (Storto, 2002, 91)

Assim, sentenças imperativas nas quais a raiz verbal termina em vogal não são ambíguas porque, mesmo que o morfema empregado em ambas seja $-\emptyset$, o padrão tonal distingue se a sentença é uma imperativa negativa ou uma imperativa afirmativa. Esta subseção apresentou a proposta de Storto (1999, 2002) para a estrutura verbal nas sentenças imperativas. A próxima subseção apresentará a proposta de Everett (2006).

1.3 A proposta de Everett.

Esta subseção apresenta a análise de Everett (2006) para as sentenças imperativas em Karitiana. O autor assume que os sufixos $-\emptyset$ e $-a$ são morfemas de imperativo como pode ser observado em 4.12 abaixo. Porém, o autor não se compromete com a classificação desses morfemas como modo. O autor assume que estruturas imperativas possuem um prefixo *i-* que seria um morfema de irrealis como ilustrado em 4.12 abaixo.

- 4.12 **ãn** **iokêna**
 ãn **i-okên-a**
 2 **irr-cortar-imp**
 ‘Corte-o!’ (Everett, 2006, 370)

Segundo a análise de Everett (2006), o prefixo de irrealis só ocorre com verbos transitivos. Os verbos intransitivos possuem o prefixo *a-* classificado pelo autor como a segunda pessoa do singular como pode ser observado em 4.13 abaixo.

- 4.13 **Aotyra**
 a-otyt-a
 2-voltar-imp
 ‘Volte!’ (Everett, 2006, 370)

Everett (2006) assume que a semelhança entre o pronome de terceira pessoa ‘i’ e o prefixo *i-* que ocorre em verbos no imperativo levou Landin (1984) e Storto (1999, 2002) a analisarem esse prefixo como concordância de terceira pessoa. Para o autor a análise feita por Landin (1984) e Storto (1999, 2002) do prefixo *i-* como morfema de terceira pessoa é inconsistente por dois motivos: (i) ele não está presente em orações declarativas e (ii) ele ocorre em sentenças nas quais não há uma terceira pessoa que sirva como referente para esse morfema como em 4.14 abaixo.

- 4.14 **yn** **ikyndopy** **padni**
 yn **i-kyndop-y** **padni**
 1 **irr-abrir-neg** **neg**
 ‘Eu não vou abrir nada’ (Everett, 2006, 254)

Para o autor, a estrutura imperativa possui um uso hortativo quando utilizado com os prefixos de primeira pessoa como pode ser observado em 4.15 abaixo.

- 4.15 **yjxa** **ioky** **pikôm**
 yjxa **i-oky** **pikôm**
 1pi **irr-matar** **macaco prego**
 ‘Vamos matar o macaco prego!’ (Everett, 2006, 328)

Esta subseção apresentou a análise de Everett (2006) para as estruturas imperativas em Karitiana. A próxima subseção apresenta um resumo das propostas vistas até o momento.

1.4 Resumindo

O objetivo desta subseção é apresentar um balanço das análises de Landin (1984), Storto (2002) e Everett (2006) para sentenças imperativas. Pode-se sintetizar as diferenças entre os autores da seguinte maneira:

	Formas atestadas	Status	Embasamento Teórico
Landin	<i>-a</i>	Vogal epentética	Não
Storto	<i>-ø</i> e <i>-a</i>	Modo imperativo afirmativo	Não
	<i>-ø</i> e <i>-y</i>	Modo imperativo negativo	
Everett	<i>-ø</i> , e <i>-a</i>	Modo imperativo	Sim
	Alomorfia		
Landin	Explicada através do som final da raiz (consonantal ou vocálico).		
Storto	Explicada através do som final da raiz (consonantal ou vocálico) e se é uma ordem afirmativa ou negativa.		
Everett	Explicada através do som final da raiz (consonantal ou vocálico).		

Tabela 26 Resumo das propostas para sentenças imperativas.

Esta subseção apresentou um resumo das análises de estruturas imperativas em Karitiana vistas até o momento e encerra a primeira parte do capítulo que é a apresentação das análises anteriores. A próxima seção apresentará a análise feita nesta pesquisa.

2. A análise desta pesquisa

Esta segunda parte do capítulo apresenta a análise de sentenças imperativas feita nesta pesquisa. Esta seção está estruturada em 6 subseções. A primeira subseção compara as descrições de Ladin (1984), Storto (1999, 2002) e Everett (2006).

A segunda subseção apresenta a proposta desta dissertação que não existe marcação morfológica de modo sufixal em sentenças imperativas argumentando que *-a* e *-y* são vogais epentéticas. A terceira subseção assume que existe um morfema zero prefixal em sentenças imperativas entre o prefixo de pessoa e a raiz verbal em estruturas imperativas porque a ausência morfológica nessa posição é portadora de significado. A quarta argumenta que a melhor categorização para o morfema zero é de modo não-declarativo porque ele ocorre em todas as sentenças não declarativas. Essa seção também discute a contribuição semântica do modo não-

declarativo para o Karitiana argumentando que ele expresse que a proposição *p* não está inserida no *Common Ground*.

2.1 *Análise comparativa das propostas anteriores*

Esta seção apresenta uma análise comparativa das propostas de Landin (1984), Storto (1999, 2002) e Everett (2006). Primeiramente, há alguns pontos problemáticos da proposta de Landin (1984) apresentada na seção anterior. O primeiro problema é a análise do autor dos elementos que antecedem o verbo como pronomes. Essa análise obriga o autor a postular regras para as sentenças imperativas difíceis de ser explicadas como a de que somente verbos transitivos permitem a supressão do sujeito. No capítulo 2 já discutimos vários pontos que mostram que a análise dos elementos que antecedem o verbo como prefixo de pessoa é mais consistente. Esses pontos não serão retomados aqui e o leitor poderá se dirigir à subseção 2.1 do capítulo 2 caso deseje retomar a discussão. As sentenças imperativas corroboram a classificação de Storto (2002) de que esses antecedentes são prefixos. Por exemplo, vimos na seção 1.1 que Landin assume que o apagamento do sujeito ‘an’ de 4.16 para 4.17 é possível porque o verbo é transitivo enquanto que o apagamento de ‘a’ de 4.18 para 4.19 não é possível porque o verbo é intransitivo. Na análise de Storto, ‘an’ pode ser apagado por se tratar de um pronome e ‘a’ não pode ser apagado pois é a flexão de pessoa e faz parte da estrutura verbal.

4.16 ãn i oky
 ãn i oky
 2 3 matar
 ‘Mate-o!’ (Landin, 1984, 17)

4.17 i oky
 i oky
 3 matar
 ‘Mate-o!’ (Landin, 1984, 17)

4.18 a pyt’y
 a pyt’y
 2 comer
 ‘Coma’ (Landin, 1984, 17)

4.19 *Pyt'y

pyt'y

comer

'Coma!' (Landin, 1984, 17)

Assim, a descrição do autor de que as raízes verbais não possuem nenhum morfema em sentenças imperativas não é válida. Esta pesquisa assume a proposta de Storto (1999, 2002) de que elas possuem prefixos de pessoa.

Em sua descrição, Storto (1999, 2002) afirma que existem duas formas de imperativo: o afirmativo e o negativo. Para a autora, /a/ é um morfema na língua que está em distribuição complementar com um morfema - $\emptyset$. Landin (1984) analisou /a/ em estruturas imperativas como vogal epentética. O argumento de Storto (1999, 2002) para assumir que -a é um morfema é porque, segundo a autora, a inserção de sufixos iniciados com vogal causam lenição do segmento consonantal que a precede. Esta regra fonológica está ilustrada em 4.20 no qual o segmento [t] é realizado como /t/. Já a inserção de vogais epentéticas, por sua vez, não causariam lenição como ilustrado em 4.21 e 4.22 a seguir nos quais o segmento [t] é realizado como /t/.

4.20 Atara

a-tat-a

2-ir-imp

'vá' (Storto, 2002, 158)

4.21 So'otopa

so'ot-<o>-pa

ver-<VE>-nom

'microscópio' (Storto, 1999, 52)

4.22 kokotopa

kokot-<o>-pa

passar-<VE>-nom

'ponte' (Storto, 1999, 52)

No entanto, essa regra que a autora emprega para classificar -a como morfema não é válida para todos os dados. A autora por exemplo defende que -y funciona como um morfema

na língua marcando modo imperativo, mas ele não causaria lenição no segmento que o precede, como pode ser observado em 4.23 abaixo no qual o segmento [t] antecedendo é analisado como /t/.

- 4.23 **Ataty**
 a-tat-y
 2-ir-imp.neg
 ‘Não vá’ (Storto, 2002, 159)

Uma forma alternativa seria analisar *–a* como morfema e <y> como vogal epentética. Essa análise é sugerida por Storto (1999, p. 104) em uma nota de rodapé que diz o seguinte:

Imperativos negativos são formados por um verbo flexionado com concordância (de sujeito se intransitivo e de objeto se transitivo), e seguido pela negação ‘padni’, que é frequentemente omitida como em (40). Quando a raiz verbal terminar com uma obstruinte, uma vogal epentética é inserida entre o verbo e a negação através da regra de epêntese (cf capítulo 2). A qualidade da vogal nesse caso não é determinada pela assimilação de traços da vogal anterior, mas listada no léxico como a vogal [+hg +bk] <y>. Note que mesmo quando a negação é suprimida, a vogal epentética permanece.³⁸

O trecho acima mostra que Storto (1999) está ciente de que *–y* se comporta como vogal epentética. O fato de ser uma vogal epentética faz com que ele não possa ser analisado como um morfema. Vogais epentéticas surgem por motivos fonológicos e morfemas por motivos semânticos. As vogais epentéticas em Karitiana surgem para evitar o encontro de dois segmentos consonantais como pode ser descrito pela regra abaixo:

$\emptyset \rightarrow v / .C_C$

Se a regra de epêntese acima explica a presença de *–y*, não se poderia assumir que ele seja um morfema de modo imperativo negativo na língua uma vez que seu aparecimento se dá por necessidades fonológicas e não semânticas. Em outras palavras, a vogal *–y* aparece no final na raiz por uma questão fonológica e não para indicar que aquela sentença é do tipo imperativa.

Outro fato problemático na análise de *–ø*, *–a*, e *–y* como morfemas de modo imperativo é que eles ocorrem em uma posição diferente da posição dos outros morfemas classificados

³⁸ No original: ‘Negated imperatives are formed by a verb inflected for agreement (subject agreement if intransitive object agreement if transitive), and followed by a negation word *padni*, which is often omitted as in (40). When the verb root is obstruent-final, an epentetic vowel is inserted between the verb and the negation word by application of the epenthesis rule. (cf. chapter 2). The quality of the vowel in this case is not determined by assimilations of the features of the preceding vowel, but is listed in the lexicon as the [+hi +bk] vowel <y>. Note that even when the negation word is dropped, the epenthic vowel remains.’

como modo. Todos os outros morfemas categorizados como modo ocorrem como prefixos enquanto esses seriam os únicos sufixos. Uma análise consistente para o modo imperativo realizado por *-s*, *-a*, e *-y* deveria explicar porque ele ocorre como sufixo.

Como visto na seção anterior, a proposta de Everett (2006) é semelhante à de Storto (1999, 2002). O que difere em Everett (2006) é a proposta de que o prefixo *i-* que antecede o verbo nesse tipo de oração seja um morfema de *irrealis* e não de terceira pessoa. Os argumentos dados pelo autor contra a classificação de *i-* como morfema de terceira pessoa são: (i) *i-* não está presente em orações declarativas como os demais prefixos de pessoa e (ii) o prefixo *i-* ocorre em sentenças nas quais não há uma terceira pessoa que sirva como referente para o morfema como em 4.24 abaixo.

4.24	yn	ikyndopy	padni
	yn	i-kyndop-y	padni
	1	irr-abrir-neg	neg
‘Eu não vou abrir nada’ (Everett, 2006, 254)			

Ambos os argumentos dados são insuficientes para se defender que *i-* não é prefixo de pessoa. Primeiramente, não estar presente em declarativas não necessariamente implica que o prefixo *i-* não possa ser um prefixo de terceira pessoa. A análise de Storto (2002), por exemplo, propõe que ambos $-\emptyset$ e $-i$ são prefixos de terceira pessoa em distribuição complementar estando o primeiro em ambientes declarativos e o segundo nos demais ambientes. Em segundo lugar, afirmar que em 4.24 não há nenhum argumento pleno de terceira pessoa como argumento interno do verbo não se sustenta. A própria tradução do autor parece indicar que há um argumento interno implícito que parece estar elidido. Esse argumento está sendo traduzido como ‘nada’ como pode ser observado pela tradução da sentença. Assim, ambos os argumentos dados por Everett (2006) para demonstrar que o prefixo *i-* não pode ser uma flexão de pessoa não se sustentam. Além disso, a proposta do autor é problemática pelos seguintes motivos: (i) se *i-* é um morfema de *irrealis*, porque ele parece estar em distribuição complementar com os outros morfemas de pessoa como observado em 4.25 e 4.26? e (ii) por que as sentenças imperativas transitivas seriam marcadas para *irrealis* e as imperativas intransitivas não?

4.25	ãn	iokêna
	ãn	i-okên-a
	2	irr-cortar-imp
‘Corte-o!’ (Everett, 2006, 370)		

4.26 Aotyra

a-otyt-a

2-voltar-imp

‘Volte!’ (Everett, 2006, 370)

A análise de Storto (1999, 2002) desse morfema como concordância de terceira pessoa responde satisfatoriamente essas perguntas. O morfema *i-* está em distribuição complementar com os morfemas de pessoa porque ele é de fato um morfema de pessoa. Além disso, ele ocorre apenas em verbos transitivos porque a flexão de pessoa nesses verbos concorda com o objeto e o objeto de um verbo no imperativo pode ser uma terceira pessoa como em 4.25 acima. Já sentenças intransitivas concordam com o sujeito e o sujeito da sentença imperativa nunca é uma terceira pessoa como ilustrado em 4.26.

A análise de Storto (1999, 2002) para esse prefixo também é plausível de um ponto de vista morfofonológico porque os pronomes em Karitiana são foneticamente parecidos com os prefixos de concordância, como pode ser observado comparando-se o pronome *yn* e prefixo *y-* (primeira pessoa do singular), o pronome *an* e o prefixo *a-* (segunda pessoa do singular), o pronome *yta* e o prefixo *yta-* (primeira pessoa do plural exclusiva). Assim, consistente com o comportamento dos demais pronomes e prefixos que o prefixo *i-* seja terceira pessoa porque é fonologicamente igual ao pronome de terceira pessoa *i*.

O estatuto de *i-* como um pronome de terceira pessoa fica mais evidente na análise da estrutura morfológica dos pronomes da língua Karitiana feita por Muller et al (2006), na qual */i/* está presente e contribui semanticamente indicando a existência de um ‘outro’ que é um não participante do discurso. Essa análise pode ser observada abaixo:

Pronome	Morfologia	Pessoa	Significado
Yn	y+n	1s	Eu+participante
Na	a+n	2s	Você+participante
I	I	3	Outro (não participante)
Yjxa	y-i-ta	1p (incl)	Eu+outro+anáfora
Yta	y-ta	1p (exl)	Eu+anáfora
Ajxa	a+i-ta	2p	Você+outro+anáfora

Tabela 27 Proposta para formação dos pronomes

Como pode ser observado acima, além de ocorrer como pronome se referindo a terceira pessoa, [i] também participa na formação dos pronomes ‘yjxa’ e ‘ajja’. O que se observa é que há diversas pontos que confirmam a análise de Storto (2002) e refutam a de Everett (2006).

Esta subseção apresentou comparativamente as propostas de Landin (1984), Storto (1999, 2002) e Everett (2006) para as sentenças imperativas em Karitiana. A análise comparativa das propostas de Landin (1984) e Storto (1999, 2002) mostrou alguns pontos divergentes. Um deles é que Landin (1984) assume que -a e -y como vogais epentéticas e Storto (1999, 2002) assume que esses são morfemas de modo que marcam respectivamente o imperativo afirmativo e imperativo negativo. Essa distinção será estudada na próxima seção.

2.2 A distinção entre imperativo afirmativo e negativo.

O objetivo desta subseção é mostrar que a língua Karitiana não marca morfologicamente uma distinção entre modo imperativo afirmativo e negativo e que as vogais -a e -y que ocorrem em imperativas são epentéticas. Como observado na seção anterior, Storto (1999, 2002) defende a seguinte marcação para o imperativo.

		IMPERATIVO	
		Afirmativo	Negativo
MORFEMAS	/C_	-a	-y
	/V_	-∅	

Tabela 28 Distribuição do imperativo Storto (2002)

A seção anterior mostrou que a análise de -y como morfema de modo não é coerente uma vez que essa é uma vogal epentética que surge devido a motivos estruturais e não semânticos. Uma evidência a favor desta proposta é o fato de que a vogal /y/ aparece em outros contextos negativos e não está restrita apenas às sentenças imperativas negativas como pode ser observado nos dados 4.27 e 4.28 abaixo.

- 4.27 yn i mhoky yn tōmtōm
 y i m-hok-<y> yn tōmtōm
 1 3 caus-tocar-<ve> 1 violão
 ‘Eu não vou fazer o violão tocar’ (Landin, 1984, 13)

- 4.28 yn ikyndopy padni
 yn i-kyndop-y padni
 1 irr-abrir-neg neg
 ‘eu não abri nada’ (Everett, 2006, 254)

Assim, assumimos que não é coerente analisar [y] como um morfema de imperativo negativo se sua semântica não está relacionada estritamente com o imperativo negativo. Trata-se de uma vogal epentética que aparece em negações de maneira geral. Assim, concluímos que o imperativo negativo não é macado morfologicamente em Karitiana. Esta análise está representada tabela seguinte.

		IMPERATIVO	
		Afirmativo	Negativo
MORFEMAS	/C_	-a	- ø
	/V_	-ø	

Tabela 29 Segunda proposta para distribuição do imperativo

O quadro reformulado acima mostra que a única diferença entre o imperativo afirmativo e o imperativo negativo seria que o primeiro possui um morfema *-a* e o segundo não. A assimetria dessa configuração causa estranheza porque: (i) o imperativo afirmativo distinguiria raízes e o negativo não; e (ii) o morfema para raízes terminadas em vogais é o mesmo em imperativos negativos e afirmativos, mas diferente quando a raiz termina em consoante.

A análise da vogal [a] como epentética resolveria as questões acima porque se ela deixasse de ser considerada como morfema, não haveria a assimetria entre imperativo negativo e afirmativo. Se [y] pode ser analisado como uma vogal epentética, porque a vogal [a] também não pode ser analisada como epentética como feito inicialmente na proposta de Landin (1984)? A epêntese com [a] é comum no Karitiana com ilustrado em 4.29.

- 4.29 Atata padni ano
 a-tat-<a> padni an-o
 2-ir-<ve> neg 2-enf
 ‘você não foi’ (Storto, 2016, 4)

O argumento fornecido por Storto (1999) para classificar a vogal [a] como um sufixo é que sufixos lenizam o segmento antecedente. Se [a] fosse uma epêntese, ele não lenizaria a

consoante da mesma forma que ocorre em 4.29 acima no qual o segmento [t] precedendo a vogal epentética é realizado como /t/. Essa regra não é aplicável para todos os casos como ilustrado por 4.30 no qual a vogal epentética <y> causa lenição no segmento [t] precedente que é realizado como /t/.

4.30 Pyryt‘adn

Pyt-<y>- ‘a-n

ass-<ve>- fazer-nfut

‘Há / houve’

Assim, a análise de [a] como vogal epentética faz com que o quadro de morfemas do modo imperativo seja o seguinte.

		IMPERATIVO	
		Afirmativo	Negativo
MORFEMAS	/C_	- ø	
	/V_		

Tabela 30 Proposta final para distribuição do imperativo

O quadro acima mostra que não é consistente assumir a existência de imperativo negativo e um imperativo positivo em Karitiana uma vez que não existe distinção morfológica especificamente para marcar essa distinção. A existência de um morfema zero expressa por ø acima só faz sentido quando ele estava em distribuição complementar com outros sufixos de modo imperativo. Como assumiu-se que -a e -y são vogais epentéticas, assumiremos que não existe um sufixo -ø que marque as sentenças imperativas.

Esta subseção argumentou que a distinção entre imperativo afirmativo e imperativo negativo não se sustenta uma vez que a língua os verbos nas apresenta uma estrutura morfológica distinta em sentenças imperativas e sentenças imperativas com a negação. Assim, adotamos a proposta de Landin (1984) de que [y] e [a] são vogais epentéticas. A próxima subseção apresentará uma proposta alternativa de marcação de modo em sentenças imperativas.

2.3 O morfema $\emptyset$ como prefixo de modo

A seção anterior argumentou que as sentenças imperativas não são marcadas morfologicamente por sufixos de modo. Mas isso quer dizer que elas não sejam marcadas de maneira nenhuma?

Esta pesquisa propõe que há um morfema zero na morfologia modal que marca as sentenças imperativas, mas ele não é um sufixo e sim um prefixo. Há duas razões que corroboram esta hipótese: (i) se os morfemas de modo são prefixos, o morfema zero de marcação de modo observado em sentenças imperativas também é um prefixo ocupando a mesma posição entre o prefixo de pessoa e a raiz verbal. Essa proposta é mais simétrica porque assim esse morfema zero está em distribuição complementar com os outros morfemas de modo. Os dados 4.31, 4.32, 4.33 e 4.34 ilustram a análise de Storto (2002) e os dados 4.35, 4.36, 4.37 e 4.38 mostram como eles são analisados nesta pesquisa.

4.31 Atara

a-tat-**a**

2-ir-**imp**

‘vá’ (Storto, 2002, 158)

4.32 Aoty

a-oty- $\emptyset$

2-banhar-**imp**

‘tome banho’ (Storto, 2002, 159)

4.33 Ataty

a-tat-**y**

2-ir-**imp.neg**

‘Não vá’ (Storto, 2002, 159)

4.34 Apiso (padni)

a-piso- $\emptyset$ (padni)

2-pisar-**imp.neg** (neg)

‘Não pise!’ (Storto, 2002, 159)

- 4.35 Atara
 a-∅-tat-<a>
 2-imp-ir-<ve>
 ‘Vá!’
- 4.36 Aoty
 a-∅-oty
 2-imp-banhar
 ‘tome banho’
- 4.37 ataty
 a-∅-tat-<y>
 2-imp-ir-<ve>
 ‘Não vá!’
- 4.38 apiso (padni)
 a-∅-piso (padni)
 2-imp-pisar (neg)
 ‘Não pise!’

Assim, a análise do morfema ∅ como prefixo feita nesta subseção resolve o problema de que apenas nas sentenças imperativas o morfema de modo é um sufixo. Mas como provar a existência de um morfema zero? A definição de morfema zero adotada por esta pesquisa é a de (Kehdi, 1993, pp. 24-25) que assume que “*Quando, numa série de alomorfes, houver a ausência de um traço formal significativo num determinado ponto da série, podemos designar como alomorfe zero essa ausência*”. De acordo com essa definição, a ausência morfológica pode ser considerada como morfema zero quando ela se contrapor a outros traços. Por exemplo, podemos afirmar que há um morfema zero em ‘falava-∅’ porque esse morfema se contrapõe a outros traços como pode ser observado em ‘falava-mos’. Assim, a ausência de um morfema em ‘falava-∅’ é portadora de significado marcando a primeira/terceira pessoa do singular. Outro exemplo de morfema zero é o presente em ‘casa-∅’ porque esse morfema se contrapõe a outros traços como pode ser observado em ‘casa-s’. Assim, a ausência de morfologia em ‘casa-∅’ é portadora de significado marcando a noção de singular.

O critério para se identificar se o vazio morfológico é um morfema zero, conforme a proposta de Kehdi (1993) é que morfemas zero estão em distribuição complementar com outros

morfemas que expressam noções semelhantes. A partir desse critério, é coerente assumir que a ausência de marcação morfológica em sentenças imperativas em Karitiana é um morfema zero porque essa ausência ocorre de maneira sistemática em todas as sentenças imperativas em contraste com a presença dos outros morfemas de modo como *na-* e *pyt-* nos outros tipos de sentenças. Assim, chamar esse vazio de morfema zero é assumir que ele é portador de significado.

Esta subseção apresentou a análise desta dissertação assumindo que as sentenças imperativas são marcadas por um morfema zero de modo. A próxima subseção investigará a semântica desse morfema.

2.4 A contribuição semântica do morfema zero.

Na subseção anterior, argumentamos que um morfema zero prefixal marca sentenças imperativas. Esse morfema estaria em distribuição complementar com os outros morfemas de modo. Esta subseção investiga a contribuição semântica desse morfema a partir de sua distribuição nas sentenças em Karitiana.

Inicialmente, argumentamos que $\emptyset$ - é o modo imperativo devido a sua ocorrência sistemática em sentenças imperativas estando em distribuição com outros morfemas de modo. Essa análise pode ser observada comparando as sentenças declarativas 4.39 e 4.40 nas quais as raízes verbais ‘oky’ e ‘tat’ aparecem com modo declarativo com as sentenças imperativas 4.41 e 4.42 nas quais as raízes verbais ‘oky’ e ‘tat’ aparecem com morfema zero na mesma posição.

- 4.39 taso **na**okyt boroja
 taso $\emptyset$ -**na**-oky-t boroja
 homem 3-**dec**-matar-nfut cobra
 ‘O homem matou a cobra’

- 4.40 Taso **na**sobak jonso ambyyk **nakatat**
 taso $\emptyset$ -**na**-sobak- $\emptyset$ jonso a-mbyyk $\emptyset$ -**naka**-tat- $\emptyset$
 homem 3-**dec**-ver-nfut mulher e-então 3-**dec**-ir-nfut
 ‘O homem viu a mulher e partiu’ (Storto, 1999, 183)

4.41 An ioky!
 an i- $\emptyset$ -oky
 2 3-**imp**-matar
 ‘Mate-o!’

4.42 Atara!
 a- $\emptyset$ -tat-<a>
 2-**imp**-ir-<ve>
 ‘Vá!’

O problema em analisar $\emptyset$ em 4.41 e 4.42 como modo imperativo é que essa ausência de morfemas de modo não é restrita apenas as sentenças imperativas, mas ocorre em todas as sentenças não declarativas. A ausência de morfemas de modo também ocorre em interrogativas e negativas como ilustrado em 4.43 e 4.44 nos quais as raízes ‘oky’ e ‘tat’ aparecem sem flexão de modo.

4.43 morã ioky tyja yopok ako?
 morã i- $\emptyset$ -oky ty-ja y-opok ako
 wh 3- $\emptyset$ -matar imperf.-sentado 1-galinhas
 ‘Quem está matando as minhas galinhas?’ (Storto, 1999, 199)

4.44 atata padni ano
 a- $\emptyset$ -tat-<a> padni an-o
 2- $\emptyset$ -ir-<ve> neg 2-emphatic
 ‘Você não foi’ (Storto, 2016, 4)

Desse maneira, o morfema zero de modo não pode ser considerado modo imperativo porque ele não distingue sentenças imperativas dos outros tipos de sentenças. Esse morfema distingue todas as sentenças não declarativas das sentenças declarativas. Assim, reanalisaremos esse morfema zero como uma marca de modo não-declarativo. Nessa perspectiva, os dados 4.41 e 4.42 acima seriam analisados como 4.45 e 4.46 abaixo.

4.45 an ioky!
 an i- $\emptyset$ -oky
 2 3-**ndec**-matar
 ‘Mate-o!’

4.46 Atara!

a- $\emptyset$ -tat-<a>

2-ndec-ir-<ve>

‘Vá!’ Storto

Uma vez que o morfema zero ocorre em todas as sentenças não declarativas, a classificação como modo não-declarativo é mais adequada. Na introdução desta dissertação, vimos duas definições de modo. A primeira foi a de modo verbal no qual um morfema expressa modalidade e a segunda a de modo sentencial na qual um morfema está necessariamente relacionado a um tipo de sentença. Como esse morfema zero marca sentenças não declarativas, a análise dele como modo sentencial é mais adequada. Essa análise também é mais coerente com os dados porque $\varnothing$ que está em distribuição complementar com como *na-* e *pyt-* que foram analisados nesta pesquisa como modo sentencial.

Mas qual a contribuição semântica de um modo não-declarativo e como chegar a essa contribuição semântica? Para se definir essa contribuição é necessário observar o que todas as sentenças não declarativas têm em comum. O termo ‘não declarativas’ define esse tipo sentencial em oposição às sentenças declarativas.

Como visto no capítulo 2, todas as sentenças denotam uma proposição *p* e marcas declarativas contribuem semanticamente para indicar a força ilocucionária dessas sentenças. Nas sentenças declarativas a força ilocucionária é representada $CG \cup \{p\}$, uma vez que, esse tipo de sentença adiciona a proposição *p* em CG (Common Ground) (Portner, 2004). Se as declarações indicam a inserção de uma proposição *p* em CG, as não declarações possuem em comum de realizarem a operação contrária não indicando inserção de $\{p\}$ em CG. Em outras palavras, sentenças não declarativas não inserem a proposição *p* em CG. Dessa maneira, a força ilocucionária de uma sentença não-declarativa poderia ser expressa por $CG' \cup \{p\}$. Essa análise pode ser observada abaixo:

Modo	Significado	Força Ilocucionária
Declarativo	o falante considera <i>p</i> como verdadeira.	$CG \cup \{p\}$
Não-declarativo	o falante não atribui um valor de verdade para <i>p</i> .	$CG' \cup \{p\}$

Tabela 31 Contribuição semântica do modo declarativo e não-declarativo

Na teoria de conjuntos, a noção de ‘complemento de um conjunto’ refere-se a tudo que está fora do conjunto. Por exemplo, o conjunto dos carnívoros inclui todos os animais carnívoros (e.g. leão, lobo, urso, etc.) e o conjunto complemento dos carnívoros inclui todos os

elementos que estão fora desse conjunto. Assim, mesa, árvore e o sol estão no conjunto complemento dos carnívoros porque eles não são carnívoros. Essa concepção está ilustrada na figura abaixo. O círculo branco representa um conjunto A . Todos os elementos que estão dentro desse conjunto pertencem à A . Todos os elementos que estão fora de A pertencem ao conjunto complemento de A que é representado por A' (Partee, ter Meulen, & Wall, 1987).

Tabela 32 Ilustração conjunto complemento

Desta maneira, a forma $CG' \cup \{p\}$ utilizada para definir a semântica do modo não declarativo indica que a proposição p faz parte de CG' que é o conjunto complemento de CG . Isso é o mesmo que dizer que essa proposição não faz parte de CG como pode ser observado abaixo.

Tabela 33 Ilustração da proposição no conjunto complemento CG'

A não união da proposição p com CG ilustrada no quadro acima é uma característica que as sentenças não declarativas possuem em comum. Assim, nas línguas que possuem um morfema não-declarativo, sua contribuição seria expressar que a sentença é não-declarativa, ou seja, que o falante considera que a proposição $\{p\}$ não está inclusa em CG .

O objetivo desta subseção foi apresentar a proposta de que o morfema zero é um modo não-declarativo porque está presente em todas as sentenças declarativas e propor uma contribuição semântica para esse morfema. Considerou-se que, enquanto ao declarar a operação feita é de inserir uma proposição $\{p\}$ em CG , as não declarativas indicam uma disjunção entre CG e $\{p\}$. Afirmar que $\{p\}$ está fora de CG é o mesmo que afirmar que $\{p\}$ está no

complemento de CG, representado como CG'. O resumo de nossa proposta pode ser esquematizado da seguinte maneira:

$$-\emptyset \text{ (não-declarativo)} \rightarrow \text{CG}' \cup \{p\}$$

O que estamos propondo na representação acima é, se a marca de modo não-declarativo está presente, então a proposição $\{p\}$ não está incluída no *Common Ground*. Esta subseção encerra a seção 2 do capítulo que traz a análise desta pesquisa para sentenças imperativas. A próxima seção fará um resumo do que foi visto no capítulo.

3. Conclusões do capítulo

Este capítulo analisou a estrutura morfológica do verbo em sentenças imperativas em Karitiana. Através da comparação das análises de Landin (1984), Storto (1999, 2002) e Everett (2006), argumentou-se que $-y$ e $-a$ são vogais epentéticas porque sua presença ocorre por exigências fonológicas da língua. Argumentamos também que não existe modo imperativo em Karitiana, mas um morfema zero que ocorre como prefixo. Assumimos que o morfema zero é modo não-declarativo porque ele ocorre em todas as sentenças não declarativas. Por fim, analisamos que a contribuição semântica de modo não-declarativo é indicar que a proposição expressa nesse tipo de sentença não está presente no CG sendo representada neste trabalho por $\text{CG}' \cup \{p\}$.

A análise realizada neste capítulo traz as seguintes consequências para o Karitiana:

- (i) a língua não possui um modo imperativo (afirmativo ou negativo);³⁹
- (ii) todos os morfemas de modo sentencial são prefixos;

O próximo capítulo apresentará e analisará o prefixo $j\tilde{y}$ - classificado por Storto (1999) como modo condicional em Karitiana.

³⁹ A definição de modo assumida por esta pesquisa vista no capítulo 1 considera como modo apenas flexão presente no verbo. Por esse motivo as diferenças tonais entre imperativo negativo e afirmativo não foram consideradas.

CAPÍTULO 5 – O PREFIXO VERBAL *jỹ-*

Este capítulo analisa o prefixo verbal *jỹ-* da língua Karitiana classificado por Storto (2002) como modo condicional. O capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta a descrição do morfema *jỹ-* presente em Storto (2002). A autora classifica esse morfema como modo condicional porque, segundo ela, ele é responsável por expressar o sentido condicional na língua Karitiana. Em sua descrição, a autora também aponta a possível análise desse morfema como modo subjuntivo.

A segunda seção deste capítulo apresenta a análise desse morfema feita nesta dissertação. Mostraremos que a proposta de que *jỹ-* exprime sentido condicional não é adequada. As eliciações realizadas por esta pesquisa mostraram que a função desse morfema não é expressar o sentido condicional, mas que ele opera como um modal expressando o sentido contrafactual na língua. Por fim, essa segunda seção descreve a contribuição semântica desse morfema com base na sua análise como contrafactual. A terceira seção traz as conclusões do capítulo.

1. A proposta de Storto

O objetivo desta subseção é apresentar a descrição do prefixo verbal *jỹ-* presente no trabalho de Storto (2002). Esse prefixo foi descrito apenas nesse trabalho. De acordo com a autora, *jỹ-* funciona como modo condicional em Karitiana uma vez que ele aparece prefixando o verbo em sentenças condicionais como pode ser observado nos dados 5.01 e 5.02 abaixo.

5.01	Yn	jysokoit		eremby	aotamam
	yn	jỹ-soko ‘i-t		eremby	a-otam-am
	1	cond -amarrar-nfut		rede	2-chegar-perfvo
	‘Eu amarraria a rede se você tivesse chegado.’ (Storto, 2002)				

5.02	Yn	jypit	yn	‘ip	anti‘yt
	yn	jỹ-pit	yn	‘ip	an-ti-‘y-t
	1	cond -pegar	1	peixe	2-ofc-comer-nfut
	‘Eu ia pegar um peixe para você comer’ (Storto, 2002)				

Ainda em relação ao morfema *jỹ-* presente nos dados acima, Storto (2002, p. 158) afirma que “É possível que o condicional seja melhor descrito como um subjuntivo, mas por enquanto

identificaremos este modo como condicional pois toda vez que o sentido condicional é veiculado, o prefixo $j\tilde{y}$ - é utilizado”.

A alternativa de descrição proposta por Storto de $j\tilde{y}$ - como modo subjuntivo é plausível uma vez que as sentenças condicionais são o ambiente no qual o subjuntivo costuma ocorrer nas línguas que possuem esse modo. Esta seção apresentou a descrição do prefixo $j\tilde{y}$ - presente em Storto (2002). A próxima seção apresenta a análise desse morfema feita nesta dissertação.

2. A análise desta pesquisa

Esta seção apresenta a análise feita nesta dissertação para o morfema $j\tilde{y}$ -. Como visto na seção anterior, Storto (2002) classifica esse prefixo como modo condicional porque ele é usado toda vez que um sentido condicional é expresso. A autora também menciona a possibilidade de classificá-lo como modo subjuntivo.

Esta seção está estruturada em quatro subseções. A primeira subseção discute a classificação do prefixo $j\tilde{y}$ - como modo condicional apresentando alguns dados que são problemáticos para essa proposta. A segunda subseção apresenta alguns problemas para se testar a classificação do prefixo $j\tilde{y}$ - como modo subjuntivo a partir de critérios formais. A terceira subseção apresenta a contribuição semântica desse morfema assumindo que ele é um modal que realiza quantificação sobre mundos possíveis e é responsável pela expressão do sentido contrafactual nessa língua Karitiana. Nessa subseção defenderemos que a categorização desse morfema como modo verbal é mais pertinente com a sua semântica. A quarta subseção discute a posição de $j\tilde{y}$ - na estrutura morfológica do verbo assumindo que ele não ocorre na posição inicialmente prevista por Storto (2002). Assumiremos que ele ocupa a segunda posição chamada nesta pesquisa de modo verbal e apresentamos alguns dados que corroboram esta hipótese.

2.1 A análise como modo condicional

Esta subseção discute a classificação do morfema $j\tilde{y}$ - como modo condicional trazendo alguns dados que são problemáticos para a proposta de que ele expressa o sentido condicional. Segundo Storto (2002), toda vez que um sentido condicional é veiculado, esse prefixo é utilizado. Essa relação está representado abaixo:

SENTIDO CONDICIONAL $\longrightarrow$ $\{j\tilde{y}-\}$

A relação representada acima é: se há sentido contrafactual na sentença, então o prefixo *jỹ-* é utilizado. O que seria esse sentido condicional? Como defini-lo formalmente? Assumimos aqui que condicionais “[...] *estipulam em quais possíveis cenários uma proposição é verdadeira*” (von Stechow 2011, pp. 1515). Por exemplo, na sentença condicional 5.03 abaixo a proposição ‘visitar Copacabana’ é verdadeira em um cenário no qual o falante vai para o Rio. Observe que sentenças condicionais são constituídas de duas partes, um antecedente P e um conseqüente Q e a relação entre essas partes é $P \rightarrow Q$ (lê-se P implica Q). Por exemplo, em 5.03 abaixo, o conseqüente Q ‘visitar Copacabana’ necessariamente ocorre se o antecedente P ‘ir para o Rio’ ocorrer. Assim, 5.03 ilustra uma sentença condicional segundo a nossa definição porque P implica Q.

P $\longrightarrow$ Q

5.03 se eu vou para o Rio, visito Copacabana

Assumir que *jỹ-* é usado toda vez que o sentido condicional é expresso equivale a dizer que não há sentenças condicionais sem esse prefixo. Isso não se mostra válido porque há dados (tanto provenientes da literatura como coletados por esta pesquisa) que expressam o sentido condicional sem o prefixo *jỹ-* como pode ser observado em 5.04, 5.05 e 5.06 abaixo.

P $\longrightarrow$ Q

5.04 [ytaahyt yn] [ypyt’y tykiri]
 [y-ta-ahy-t yn] [y-pyt’y tykiri]
 [1-dec-beber 1] [1-comer perf]
 [‘Quando/se eu bebo,] [eu como’] (Storto, 2012)

P $\longrightarrow$ Q

5.05 Y’it [aohit tykiri] [atakaj pongyp]
 y-’it [a-ohit tykiri,] [a-taka-j pongyp]
 1-filho [2-pescar perf] [2-dec-fut quieto]
 ‘Meu filho, [para você pescar] [você tem que ficar quieto’]

CONTEXTO: você está ensinando o seu filho a pescar, mas ele faz muito barulho e espanta todos os peixes. Então você fala “Meu filho, se você quiser pegar os peixes, você tem que ficar quieto”. Como você diria isso em Karitiana?

		P	→	Q
5.06	Y'it	[‘e yryt tykiri,]		[nakakerewi ese]
	y-‘it	[‘e yryt tykiri,]		[ø-naka-kerep-i ese]
	1-filho	[chuva chegar perf]		[3-dec-crescer-fut rio]
	‘Meu filho,	[se chove]		[o rio enche’]

CONTEXTO: Você está ensinando seu filho sobre a natureza e fala “Meu filho, se chove, o rio enche”. Como você diria isso em Karitiana?

Os dados 5.04 a 5.06 acima ilustram que o sentido condicional pode ocorrer sem o prefixo *jỹ-*. Dessa maneira, não é verdade que sempre que sentido condicional é expresso, o prefixo *jỹ-* seja utilizado. Porém, esse fato não é suficiente para descartar *jỹ-* como modo condicional. Pode-se argumentar que *jỹ-* é uma das possíveis maneiras de expressar o sentido condicional em Karitiana, mas não necessariamente a única. Assim o fato de haver sentenças condicionais sem a presença do morfema *jỹ-* não prova que o morfema não expressa modo condicional. A análise de Storto (2002) *jỹ-* como modo condicional poderia ser mantida provando-se que esse morfema expressa sentido condicional. Essa relação poderia ser representada da seguinte forma:

{*jỹ-*} → SENTIDO CONDICIONAL

A relação representada acima é: se o prefixo *jỹ-* está presente, então o sentido condicional é expresso. Essa segunda análise não se compromete que *jỹ-* seja a única forma de expressar o sentido condicional. Para ela se provar verdadeira, todas as sentenças com esse prefixo devem ser condicionais na língua. Porém, há dados que não são canonicamente condicionais, mas que possuem esse prefixo como ilustrado por 5.07.

		P	→	Q?
		Q	←	P?
5.07	[Yn jỹ -pit yn]			[‘ip an-ti-‘y-t]
	[1 cond -pegar 1]			[peixe 2-of-comer-obl]
	[‘Eu ia pegar um peixe]			[para você comer’] (Storto, 2002)

Observe que em 5.07 o sentido condicional não está presente na estrutura dessa sentença porque, pela tradução fornecida, se P (eu pegar um peixe) ocorrer, não implica que Q (você comer) ocorreria e nem P (você comer o peixe) implica Q (que eu pegar o peixe). Uma maneira

de tratar esses dados seria assumir que a sentença toda em 5.07 é um consequente Q no qual o antecedente P está elidido como em ‘Eu ia pegar um peixe para você comer se... Q’.

Essa subseção analisou a categorização de *jỹ-* como modo condicional. Primeiramente, assumimos que o sentido condicional não depende necessariamente de *jỹ-* para ser expresso. Depois, verificamos que essa análise só poderia ser mantida assumindo que *jỹ-* expressa sentido condicional, sem se comprometer que ele é o único elemento responsável por indicar esse sentido em Karitiana. Mesmo com essa alteração, ainda há dados que são problemáticos porque não são superficialmente condicionais, mas possuem o prefixo *jỹ-*. Uma possibilidade alternativa de classificação para esse morfema foi indicada por Storto (2002) como modo subjuntivo. A próxima subseção investigará essa possibilidade apontando algumas dificuldades em se testar claramente se *jỹ-* pode ser considerado como modo subjuntivo.

2.2 A análise como modo subjuntivo

Esta subseção discute a possibilidade de analisar *jỹ-* como modo subjuntivo foi indicada por Storto (2002). Houve algumas dificuldades para se testar essa proposta. Para verificarmos se *jỹ-* opera como subjuntivo em Karitiana a partir de critérios semânticos devemos analisar se a sua contribuição semântica para a sentença é equivalente à contribuição semântica do subjuntivo nas línguas que possuem esse modo. O problema é que não há uma proposta uniforme que explique a contribuição semântica do subjuntivo em todos os contextos que ele aparece (Quer, 2008; Portner, 2011).

Para verificarmos se *jỹ-* opera como subjuntivo em Karitiana a partir de critérios morfossintáticos, devemos verificar se ele ocorre nos mesmos contextos morfossintáticos que o subjuntivo. Segundo Portner (2011), o modo subjuntivo ocorre nos seguintes contextos: (i) em orações subordinadas que ocorrem como argumento de predicados como ‘esperar’ e ‘achar’ como ilustrado em 5.07 abaixo; (ii) orações relativas como ilustrado em 5.08 abaixo e (iii) no antecedente P de uma sentença condicional como ilustrado em 5.09 abaixo.

5.07 Espero que ele **seja** feliz.

5.08 Procuro um cachorro que **fale**.

5.09 Se o cachorro **entrasse**, eles o expulsariam.

Levando-se em conta apenas esta distribuição, *jỹ-* não opera como modo subjuntivo em Karitiana porque todos os contextos de ocorrência do subjuntivo são orações subordinadas e o

Karitiana não possui morfologia modal nesse tipo de oração (Storto, 2002) como ilustrado em 5.10, 5.11 e 5.12:

- 5.10 [tasoojo **tata**]t irikāraj Botỹj
 [ta-soojo **tat**]-t iri-kāraj Botỹj
 [3anaf-mulher **ir**]-obl cit-pensar-fut Botỹj
 ‘Botỹj pensou que sua mulher o deixou’ (Storto, 2002)
- 5.11 Yn naakat ipyting [gijo Luciana **titaka**]ty
 yn ø-na-aka-t i-pyting-ø [gijo Luciana ti-**tak**<a>]-ty
 1 3-dec-cop-nfut 3-querer-con.abs [milho Luciana cfo-**pilar**<v.e>]-obl
 ‘Eu quero o milho que a Luciana pilou’ (Vivanco, 2014)
- 5.12 Yn jysokoit eremby [a**otamam**]
 yn jỹ-soko‘i-t eremby [a-**otam**-am]
 1 cond-amarrar-nfut rede [2-**chegar**-perfvo]
 ‘Eu amarraria a rede se você tivesse chegado.’ (Storto, 2002)

Em 5.10 a raiz verbal ‘tat’ (ir) ocorre em uma subordinada que é argumento do verbo ‘irikāraj’ (pensar/achar). Em 5.11 a raiz verbal ‘tak’ (pilar) ocorre em uma oração relativa. Em 5.12 a raiz verbal ‘otam’ (chegar) ocorre no antecedente P de uma condicional. Observe que não há morfologia de modo em nenhum desses ambientes em Karitiana. Assim, o prefixo *jỹ-* não está em nenhum dos contextos canônicos do modo subjuntivo nas línguas que possuem esse modo. Porém, empregar a distribuição como critério pressuporia que o subjuntivo aparece nos mesmos contextos morfossintáticos em línguas diferentes e a literatura mostra que isso não é verdade (cf. Quer, 2009; Portner, 2011).

O que mostramos nessa subseção é que é problemático testar o estatuto do morfema *jỹ-* como modo subjuntivo porque: (i) não há consenso na literatura sobre a contribuição semântica desse modo e (ii) a distribuição de *jỹ-* parece indicar que ele não é subjuntivo, mas apenas a distribuição não prova que esse morfema não é subjuntivo porque esse modo aparece em contextos diferentes dependendo da língua que é analisada. Deixaremos nesta pesquisa a categorização de *jỹ-* de lado e focaremos na investigação da contribuição semântica de *jỹ-* para as sentenças em Karitiana.

2.3 A contribuição semântica

Esta subseção analisa a contribuição semântica de *jỹ-* e propõe que ele opera como um modal na língua Karitiana expressando contrafactualidade. Essa proposta é baseada nos resultados das eliciações de dados feitas por esta pesquisa. Seguimos os passos de coleta defendidos por Matthewson (2004) e Mendes (2014) vistos no capítulo 1 desta dissertação. O primeiro passo foi coletar todos os dados com o morfema *jỹ-* na literatura e em textos na língua. Dados com esse prefixo foram encontrados apenas em Storto (2002) e Chaves-Alexandre (2016). Em Storto (2002) foram encontrados os exemplos 5.13 e 5.14 abaixo e em Chaves-Alexandre foram encontrados os exemplos 5.15, 5.16, 5.17 e 5.18 abaixo.

- 5.13 [yn *jỹsoko'it* eremby] [aotamam]
 [yn *jỹ-soko'it* eremby] [a-otam-am]
 [1s **COND**-amarrar-nfut rede] [2s-chegar-perfectivo]
 '[Eu amarraria a rede] [se você tivesse chegado] Storto (2002:158)

- 5.14 [Yn *jỹpit yn*] ['ip anti'yt]
 [Yn *jỹ-pit yn*] ['ip an-ti-'y-t]
 [1 *jỹ-pegar* 1] [peixe 2-of-comer-obl]
 '[Eu pegaria] [um peixe para você comer]' (Storto, 2002:158)

- 5.15 Inácio *jỹ'y*t saryt 'ip
 Inácio *ø-jỹ-'y-t* saryt-ø 'ip
 Inácio 3-cond-comer-nfut ev.rep-nfut peixe
 'Inácio ia comer o peixe. [disseram] (Chaves-Alexandre, 2016:57)

Contexto: Disseram para o falante que Inácio tinha a intenção de comer o peixe. Para passar essa informação para outra pessoa, o falante pode usar a sentença acima.

- 5.16 Inácio *jỹoky*t saryt ombaky
 Inácio *ø-jỹ-oky-t* saryt-ø ombaky
 Inácio 3-cond-matar-nfut ev.rep-nfut onça
 Inácio ia matar a onça. [disseram] (Chaves-Alexandre, 2016:57)

Contexto: Disseram para o falante que Inácio tinha a intenção de matar a onça. Para passar essa informação para outra pessoa, o falante pode usar a sentença acima.

- 5.17 João **ỹ**so'oot saryt pikomty haka ikokotop
 João ø-**ỹ**-so'oot saryt-ø pikom-ty haka i-kokotop
 João 3-**cond**-ver ev.rep-nfut macaco-obl aqui 3-passar
 'João veria o macaco se ele passasse por aqui. [disseram]' (Chaves-Alexandre, 2016:58)

Contexto: Um grupo de pessoas estavam procurando um macaco que fugiu pela mata. Uma pessoa fala ao falante, que se o macaco passasse onde João ficou de guarda, ele teria visto. Ao falar essa sentença para outra pessoa, o falante poderia utilizar a sentença acima.

- 5.18 João **ỹ**pykynñn saryt ombakty gopip ta'akip
 João ø-**ỹ**-pykynñn saryt-ø ombaky-ty gopip ta-'akip
 João 3-**cond**-correr ev.rep-nfut onça-obl mata 3anaf-estar
 'João correria da onça se ela estivesse na mata. [disseram]' (Chaves-Alexandre, 2016:58)

Contexto: Um grupo de pessoas foram caçar na mata. O grupo se dividiu e a pessoa que estava com João falou que ele correria se a onça estivesse na mata. Ao falar essa informação para outra pessoa, o falante poderia usar a sentença acima.

Comparando os dados com *ỹ*- provenientes da literatura, esta pesquisa observou que todos pareciam descrever eventos que não aconteceram. Por exemplo, as raízes 'soko'ĩt' (amarrar), 'pit' (pegar), 'y' (comer), 'oky' (matar), 'so'oot' (ver) e 'pykynñn' (correr) ocorrem todas prefixadas pelo morfema *ỹ*- e a tradução fornecida pelos autores parece indicar que o sujeito não amarrou, não pegou, não comeu, não matou, não viu e não correu, ou seja, nenhum desses eventos/estados ocorreu de fato. Desse modo, os dados disponíveis na literatura apontam que *ỹ*- funciona como contrafactual na língua.

Assim, a hipótese assumida por esta pesquisa foi que *ỹ*- contribui para expressar que situação descrita pelo verbo não ocorreu, em outras palavras, esse morfema é um modal que contribui para expressar o sentido contrafactual em Karitiana. Podemos falar que uma sentença é contrafactual quando ela expressa uma situação contrária aos fatos (Iatridou, 2000; Marques & Pires de Oliveira, 2016).

Para testar essa hipótese, elaboramos uma elicitación contextualizada de dados cujo objetivo era coletar condicionais em contextos factuais e condicionais em contextos contrafactuais. Nessa elicitación foram coletadas 60 sentenças condicionais com dois falantes

diferentes. Dessas 60 sentenças coletadas, 20 estavam em contextos factuais e o morfema *jỹ-* não apareceu em nenhuma delas como ilustrado abaixo em 5.18 a 5.21 abaixo:

CONDICIONAIS FACTUAIS

A veracidade da proposição *p* expressa pelo antecedente *P* é uma questão aberta.

CONTEXTO: você está ensinando o seu filho sobre a natureza e fala “Meu filho, se chove, o rio enche”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.18	Y‘it	[‘e yryt tykiri,]	[nakakerewi ese]
	y-‘it	[‘e yryt tykiri,]	[ø-naka-kerep-i ese]
	1-filho	[chuva chegar perf]	[3-dec-crescer-fut rio]
	‘Meu filho,	[se chove]	[o rio enche]

CONTEXTO: Você está ensinando seu filho sobre a natureza e fala “Meu filho, se você planta uma semente, ela vira uma árvore”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.19	Y‘it	[kinda sypo an-amang tykiri]	[nakatari ‘ep]
	y-‘it	[kinda sypo an-amang tykiri]	[naka-tat-i ‘ep]
	1-filho	[fruta semente 2-plantar perf.]	[dec-ir-fut árvore]
	‘Meu filho,	[se você planta uma semente,]	[vira arvore’]

CONTEXTO: você está ensinando o seu filho a pescar, mas ele faz muito barulho e espanta todos os peixes. Então você fala “Meu filho, se você quiser pegar os peixes, você tem que ficar quieto”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.20	Y‘it	[aohit tykiri]	[atakaj pongyp]
	y-‘it	[a-ohit tykiri,]	[a-taka-j pongyp]
	1-filho	[2-pescar perf]	[2-dec-fut quieto]
	‘Meu filho,	[para você pescar]	[você tem que ficar quieto’]

CONTEXTO: Seu filho está pensando em casar, mas não trabalha. Você aconselha seu filho dizendo “Meu filho, se você quer casar, você vai ter que trabalhar”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.21	Y'it	[asoojiwak tykiri]	[atapytim'adnaj]
	y-'it	[a-sooj-iwak tykiri]	[a-ta-pytim'adna-j]
	1-filho	[2-casar-des perf]	[2-dec-trabalhar-fut]
	'Meu filho,	[se você quer casar,]	[você vai trabalhar']

Tabela 34 Condicionais factuais

Como pode ser observado nos exemplos acima, todos os verbos do consequente Q aparecem com o modo declarativo quando o antecedente P é uma questão aberta. Este trabalho coletou 40 condicionais contrafactuais, ou seja, condicionais cujo antecedente P era necessariamente falso e o morfema *jỹ-* apareceu em todas como pode ser observado nos dados 5.22 a 5.25 abaixo.

CONDICIONAIS NÃO FACTUAIS

A proposição *p* expressa pelo antecedente P é necessariamente falsa.

CONTEXTO: Um amigo seu chamado Antônio foi chamado para trabalhar ganhando pouco dinheiro e não sabe se aceita a proposta. Então você diz para ele “Antônio, se eu fosse você, eu não aceitaria o trabalho”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.22	Antônio	[an yakiip,]	[y <i>jỹ</i> pyting padni pytim'adna]ty
	Antônio	[an y-aki-ip,]	[y- <i>jỹ</i> -pyting padni pytim'adna]-ty
	Antônio	[2 1-cop-ala]	[1- <i>jỹ</i> -precisar neg trabalho]-obl
	'Antônio,	[se eu fosse você]	[eu não aceitaria o trabalho]

CONTEXTO: Seu amigo Antônio está indo da reserva para Porto Velho e te pede para você levar ele. Porém você vendeu o carro e ele não sabe disso. Então você diz “Antônio, se eu tivesse um carro, eu te levaria”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.23	Antônio	[carro tyyt yakiip,]	[yn a <i>jỹ</i> ratoot]
	Antônio	[carro tyyt y-aki-ip,]	[yn a- <i>jỹ</i> -ratoot]
	Antônio	[carro ter 1-cop-ala]	[1 2- <i>jỹ</i> -levar]
	'Antônio,	[se eu tivesse um carro]	[eu te levaria]

CONTEXTO: Seu filho te pede para ir brincar no rio, mas ele não sabe nadar então você não deixa. Você diz “Meu filho, se você soubesse nadar, eu deixaria você brincar no rio”. Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.24 Y‘it [ataktagniip apypydñip,] [y^{jỹ}pyhit se pip apomã]ty
 y-‘it [a-taktagni- ip a-pypydñ-ip,] [y-^{jỹ}-pyhit se pip a-pomã]-ty
 1-filho [2-nadar-ala 2-saber-ala] [1-^{jỹ}-deixar rio em 2-brincar]-obl
 ‘Meu filho, [se você soubesse nadar] [eu deixava você brincar no rio’]

CONTEXTO: Seu filho te pede um celular, mas você não tem dinheiro. Então você diz “Meu filho, se eu tivesse dinheiro, eu te daria um celular.” Como você diria isso em Karitiana?

Dado coletado:

5.25 Y‘it [dinheiro tytyt yakiip] [ata^{jỹ}hit celular]ty
 y-‘it [dinheiro tytyt y-aki-ip] [a-ta-^{jỹ}-hit celular]-ty
 1-filho [dinheiro ter 1-cop-ala] [2-dec-^{jỹ}-dar celular]-obl
 ‘Meu filho, [se eu tivesse dinheiro] [eu te daria um celular’]

Tabela 35 Condicionais contrafactuais

O resultado da eliciação é uma evidência de que, o morfema *jỹ-* não é utilizado para expressar o sentido condicional de maneira geral como defendido por Storto (2002). A distribuição desse morfema ilustrada nas tabelas 40 e 41 corroboram a hipótese de que contribuição desse morfema é expressar contrafactualidade.

Não assumiremos aqui que *jỹ-* é o único elemento responsável por costringir o sentido contrafactual. Observe que além de desse morfema, há outros elementos cuja distribuição parece indicar que eles operam para expressar facticidade/contrafactualidade. Um desses elementos são os morfemas de tempo porque o morfema de futuro ocorreu apenas em condicionais factuais e o morfema de não-futuro ocorreu apenas em condicionais contrafactuais. Essa relação entre tempo e a expressão já foi observada em várias línguas do mundo (cf. Palmer, 1986; Iatridou, 2000). Outro aspecto estrutural foi a ocorrência de *tykiri* apenas no antecedente em condicionais factuais enquanto o caso alativo *ip* ocorreu marcando o verbo do antecedente em todas as contrafactuais. Esta pesquisa não conseguiu definir a contribuição de cada um desses elementos para a expressão de contrafactualidade e deixará este tópico para pesquisas futuras.

É assumido na literatura que contrafactualidade é uma implicatura pragmática na sentença porque ela pode ser cancelada (cf. Iatridou, 2000; van Linden & Verstraete, 2008). Um tratamento formal para contrafactuais foi proposto por Kratzer (2012). A autora utiliza a noção de mundos possíveis em sua proposta para sentenças contrafactuais. Como vimos na seção 2.1, uma condicional expressa uma relação entre duas sentenças, um antecedente *P* e um conseqüente *Q*. Essa relação é de que *P* implica *Q*, ou seja, em um mundo possível no qual *P* é verdade, *Q* é necessariamente verdade. As orações condicionais podem ser factuais como 5.26 abaixo ou contrafactuais como 5.27 abaixo. Ambas as condicionais expressam que a seguinte relação: “em um mundo possível no qual ‘eu estar no Rio’ é uma proposição verdadeira, ‘eu ir a Copacabana’ também é uma proposição verdadeira”. A diferença é que 5.27 sugere que o antecedente *P* não é verdadeiro no mundo atual w_c , ou seja, se o falante está no Rio neste momento, ele pode enunciar 5.26, mas o uso de 5.27 é infeliz.⁴⁰

5.26 Se eu estou no Rio, vou à Copacabana.

5.27 Se eu estivesse no Rio, iria à Copacabana.

Para Kratzer (2012), para calcularmos o valor de verdade de uma sentença contrafactual como 5.27 acima, devemos imaginar mundos semelhantes ao atual no qual o antecedente *P* é verdadeiro. Se nesses mundos o conseqüente *Q* também for verdadeiro, então toda a contrafactual é verdadeira em w_c . Por exemplo, a contrafactual ‘se eu estivesse no Rio, iria à Copacabana’ é verdadeira em w_c se e somente se os mundos possíveis semelhantes a w_c nos quais o enunciador está no Rio forem também mundos possíveis nos quais o enunciador está em Copacabana.

Assim, assumimos que o prefixo *jỹ-* opera em uma sentença expressando contrafactualidade, ou seja, que ele contribui para expressar que ‘ $P \rightarrow Q$ sse os mundos possíveis semelhantes a w_c nos quais *P* é verdadeiro forem mundos possíveis nos quais *Q* é verdadeiro’. Podemos ilustrar isso em Karitiana através da sentença 5.25 que é composta de duas outras sentenças que são ‘dinheiro tyyt yakiip’ (se eu tivesse dinheiro) e ‘atajyhit celularty’ (eu te daria um celular). O valor de verdade de ‘atajyhit celularty’ (eu te daria um celular) não é avaliado no mundo w_c no qual a sentença é enunciada, ou seja, não faz sentido perguntar se ela é verdadeira ou falsa neste mundo. Se ela for verdadeira nos mundos possíveis parecidos

⁴⁰ Seguimos Ogihara (2013) ao empregar w_c para representar o mundo possível do falante no contexto de enunciação da sentença. Por exemplo, se a sentença 5.27 é enunciada no contexto no qual o falante está no Brasil em Junho de 2017, as proposições ‘eu estar no Brasil’, ‘eu não estar na China’ e ‘Termer ser o atual presidente’ são proposições verdadeiras o mundo possível do contexto do falante marcado por w_c .

com w_c nos quais o antecedente P ‘dinheiro tyyt yakiip’ (se eu tivesse dinheiro) é verdadeiro, então toda a sentença é verdadeira em w_c . Seguindo a proposta desta pesquisa, identificaremos o morfema $j\tilde{y}$ - na glosa de sentenças como contrafactual através da abreviação ‘CF’ como representado abaixo em 5.28 assumindo que ele seja o principal elemento gramatical na sentença responsável por expressar contrafactualidade.

5.28	Y‘it	[dinheiro tyyt yakiip]	[ataj y hit	celular]ty
	y-‘it	[dinheiro tyyt y-aki-ip]	[a-ta- j $\tilde{y}$ -hit	celular]-ty
	1-filho	[dinheiro ter 1-cop-ala]	[2-dec- cf -dar	celular]-obl
	‘Meu filho,	[se eu tivesse dinheiro]	[eu te daria um celular’]	

Assumimos nesta dissertação que operações sobre mundos possíveis são realizadas por elementos que expressam modalidade e expressar modalidade é uma característica de modos verbais (cf. capítulo 1). Assim, se o morfema $j\tilde{y}$ - expressa operações sobre mundos possíveis, isso indica que sua categorização como modo verbal parece ser mais adequada.

Esta subseção apresentou a análise alternativa de $j\tilde{y}$ - proposta por esta pesquisa. Através dos dados disponíveis na literatura, elaborou-se a hipótese de que esse prefixo opera como um contrafactual em Karitiana. Os resultados obtidos na eliciação de dados contextualizada corroboraram esta hipótese porque $j\tilde{y}$ - não ocorreu em nenhum dos vinte contextos factuais e ocorreu em todos os 40 contextos contrafactuais. Dessa forma, propusemos que a contribuição que $j\tilde{y}$ - em uma estrutura condicional é indicar que a verdade do consequente Q no qual esse prefixo opera não é assumida no mundo real, mas em mundos possíveis semelhantes ao real no qual o antecedente P seja verdadeiro. Por fim, argumentamos que a classificação de $j\tilde{y}$ - como modo verbal é a mais adequada uma vez que esse morfema opera sobre mundos possíveis. A próxima subseção apresenta a proposta desta pesquisa para posição de $j\tilde{y}$ - na estrutura verbal.

2.4 A posição na estrutura verbal

Esta subseção discute a posição do prefixo $j\tilde{y}$ - na estrutura verbal. Apresentaremos dados que corroboram a hipótese de que esse morfema não ocorre na mesma posição morfológica que os prefixos analisados como modo sentencial (declarativo, assertivo e não-declarativo), mas sim na posição para modo verbal. Como visto no capítulo 2, Storto (2002) defende que a estrutura dos verbos em Karitiana seja a seguinte:

Tabela 36 Posição do morfema de modo

De acordo com a autora, cinco dos seis morfemas analisados nesta pesquisa ocorrem na posição definida como modo acima (o imperativo seria o único que ocorre como sufixo). O capítulo 2 apresentou dados nos quais o prefixo de modo deôntico *pyn-* coocorre com o prefixo *na-* que são problemáticos para essa análise. Então, propusemos uma configuração morfológica alternativa na qual *na-* e *pyn-* ocorrem em posições distintas. Como o morfema *na-* estava relacionado sempre ao tipo de sentença, a primeira posição foi chamada de modo sentencial. Como o morfema *pyn-* está relacionado a um tipo de modalidade, como argumentaremos no próximo capítulo, a segunda posição foi chamada de modo verbal. Assim, a proposta feita no capítulo 2 é a de que o Karitiana teria a seguinte estrutura.

Tabela 37 Distribuição dos morfemas assumida por esta pesquisa

Os dados coletados com o morfema *jỹ-* por esta pesquisa corroboram essa proposta. Como visto na seção anterior, o morfema *jỹ-* foi analisado como sendo um modo verbal na língua, ou seja, considerando a estrutura proposta acima, ele ocupa a segunda posição. Na elicitação de dados realizada por esta pesquisa, foram coletados vários dados nos quais o prefixo *jỹ-* coocorre com o prefixo de modo declarativo *ta-* como pode ser observado em 5.29 abaixo.

5.29	Y'it	[dinheiro tyyt yakiip]	[atajyhit	celular]ty
	y-'it	[dinheiro tyyt y-aki-ip]	[a-ta-jỹ-hit	celular]-ty
	1-filho	[dinheiro ter 1-cop-?]	[2-dec-cf-dar	celular]-obl
	'Meu filho,	[se eu tivesse dinheiro]	[eu te daria um celular']	

A coocorrência de *ta-* e *jỹ-* em 5.29 corrobora com as hipóteses de que: (i) *jỹ-* é modo verbal porque se ele fosse modo sentencial, não poderia coocorrer com outros modos sentenciais como o prefixo *ta-* e (ii) a primeira posição na estrutura está relacionada a modo sentencial e a segunda posição está relacionada a modo verbal uma vez a sequência dos morfemas é *ta-* (modo sentencial) seguido por *jỹ-* (modo verbal). Assim, a primeira posição

ocupada por *ta-* interage apenas com tipo de sentenças. Ao criar contrafactuais não declarativas, a previsão é de que *ta-* desapareça sendo substituído pelo modo não-declarativo $\mathfrak{s}$, mas que *jỹ-* se mantenha uma vez que ele não é modo sentencial e não interage com tipo de sentença. O dado 5.30 ilustra que essa previsão está correta. O consequente Q dessa contrafactual é uma negação e o prefixo *ta-* não se mantém sendo substituído pelo modo não-declarativo, mas o prefixo *jỹ-* se mantém nesses ambientes.

5.30	Antônio	[an yakiip,]	[y jy pyting padni pytim'adna]ty
	Antônio	[an y-aki-ip,]	[y- $\mathfrak{s}$ - jỹ -pyting padni pytim'adna]-ty
	Antônio	[2 1-cop-ala]	[1- ndec-cf -precisar neg trabalho]-obl
	‘Antônio,	[se eu fosse você]	[eu não aceitaria o trabalho]

Esta subseção discutiu a posição de *jỹ-* na estrutura morfológica do verbo. Mostrou-se que há dados que corroboram com a proposta feita nesta pesquisa de que há duas posições na estrutura morfológica dos verbos em Karitiana para os morfemas classificados como modo e de que esse morfema ocupa a posição de modo verbal. Mostrou-se que *jỹ-* pode coocorrer com o modo declarativo, mas que ele não desaparece em sentenças negativas. A próxima seção traz as conclusões do capítulo.

3. Conclusões do capítulo

Primeiramente, apresentamos a proposta de Storto (2002) de que o morfema *jỹ-* era um modo (sentencial) condicional e que ele poderia ser analisado como modo subjuntivo. Mostrou-se então dados problemáticos para a análise desse morfema como modo condicional e alguns problemas para se testar a sua categorização como modo subjuntivo. Depois, mostramos a proposta desta pesquisa de que esse morfema contribui para expressar contrafactualidade indicando que o valor de verdade da proposição não é avaliado no mundo atual, mas em outros mundos possíveis. Então, argumentamos que a análise como modo verbal era mais consistente com a semântica uma vez que esse morfema opera sobre mundos possíveis. Por fim, mostramos que *jỹ-* coocorre com o morfema de modo sentencial *ta-* o que corrobora a hipótese de que não se trata de um modo sentencial e de que o Karitiana possui dois lugares distintos na estrutura morfológica do verbo para categorias distintas de modo. O próximo capítulo analisa o prefixo *pyn-* classificado por Storto (2002) como modo deôntico.

CAPITULO 6 – O PREFIXO VERBAL *PYN-*

Este capítulo analisa o prefixo verbal *pyn-* da língua Karitiana classificado por Storto (2002) como modo deôntico. Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira apresenta a descrição do morfema *pyn-* presente no trabalho de Storto (2002). A segunda apresenta a análise desse morfema feita por esta pesquisa. Investigaremos a semântica desse morfema argumentando que ele quantifica sobre mundos possíveis com uma base modal deôntica. Assumiremos que, de acordo com essa semântica, ele pode ser classificado como um modo verbal na língua. Por fim, analisaremos a posição desse morfema na estrutura morfológica do verbo apresentando dados com esse morfema que corroboram a hipótese de uma dupla marcação de modo na língua Karitiana assumindo que esse morfema ocorre na segunda posição. A terceira subseção apresenta as conclusões do capítulo.

1. A proposta de Storto

Esta seção apresenta a descrição de Storto (2002) do prefixo verbal *pyn-* unicamente analisado nesse trabalho. Esse morfema é classificado como modo deôntico porque, segundo a autora, *pyn-* é usado na língua para expressar um dever, como ilustrado de 6.01 a 6.04 abaixo.

6.01 **Pynpyt'y-t**

ø-**pyn**-pyt'y-t

3-**deo**-comer-nfut

'Ele deve comer' (Storto, 2002, p. 157)

6.02	Apip	nap yn kĩĩ	andyk,	y'ete'et
	a-pip	na- pyn -kĩĩ	andyk	y-'ete-'et
	aquilo-em	hab- deo -chorar	relacional	1-filho-filho
	'Aí, deve-se chorar então, meu neto' (Storto, 2002, p. 157)			

6.03	Apip	nap yn hot	y'ete'et
	a-pip	na- pyn -hot	y-'ete-'et
	aquilo-em	hab- deo -ir(pl)	1-filho-filho
	'Aí, as pessoas devem ir, meu neto' (Storto, 2002, p. 157)		

6.04	Apip	napynbik	okot	aam	kyry'ep	y'ete'et
	a-pip	na-pyn-bik	oko-t	aam	kyry'ep	y-'ete-'et
	aquilo-em	hab-deo-sentar	repet-nfut	pilão	em.frente.de	1-filho-filho
	'Aí, deve-se sentar diante do pilão, meu neto' (Storto, 2002, p. 157)					

Esta seção apresentou a descrição do prefixo verbal *pyn-* presente em Storto (2002). A opção de Storto (2002) por categorizar esse morfema como modo é motivada pela proposta de que ele ocorre na mesma posição morfológica que os outros morfemas também classificados como modo pela autora. A próxima seção apresentará a análise desse prefixo realizada nesta dissertação.

2. A análise desta pesquisa

Esta seção apresenta a análise do morfema *pyn-* realizada nesta dissertação. Em nossa análise defenderemos que *pyn-* não ocorre na mesma posição que *na-* e que os dados mostram que na estrutura morfológica da língua há dois lugares, um onde ocorre morfemas cuja semântica está relacionada a tipos sentenciais e outro cuja semântica está relacionada a modalidade.

Esta seção está estruturada em quatro subseções. A primeira apresenta problemas na produtividade nas eliciações de dados com *pyn-*. A segunda subseção discute a contribuição semântica desse morfema argumentando que ele atua como um quantificador universal sobre mundos possíveis com base modal deôntica. Nessa subseção também argumentamos que a categorização desse morfema como modo verbal é mais consistente com os dados por questões semânticas e estruturais. A terceira subseção 3 discute a posição de *pyn-* na estrutura morfológica do verbo apresentando os dados que corroboram a hipótese de que há duas posições distintas nessa estrutura para os prefixos classificados como modo.

2.1 Problemas na eliciação

Esta subseção apresenta os problemas de produtividade de *pyn-* em contextos deônticos através de eliciação contextualizada de dados. Como visto na introdução, a primeira etapa prevista em Matthewson (2004) e Mendes (2014) é a elaboração de hipóteses através da observação de dados coletados na literatura ou em narrativas na língua. Através da análise

6.11	apip	napynbik	okot	amm kyry'ep	y'ete'et
	a-pip	ø-na- pyn -bik	oko-t	amm kyry'ep	y-'ete-'et
	aquilo-em	3-dec- deo -ir	inter-nfut	pilão em.frente.de	1-filho-filho
	'Aí, deve-se sentar diante do pilão, meu neto' (Rituais mortuários)				
6.12	Pongyp	napyntarakat			
	pongyp	ø-na- pyn -taraka-t			
	calado	3-dec- deo -andar-nfut			
	'A pessoa deve caminhar na direção da quietude' (Narrativa Osiipo)				
6.13	Osiip	tepyt	napyroty	andyk	
	osiip	tepyt	ø-na- pyt -oty	andyk	
	osiipo	cipó	3-dec- deo -banhar	ref.	
	'A trepadeira do osiipo é para nós nos banharmos' (Narrativa Osiipo)				

Tabela 38 Exemplos de ocorrência de *pyn*- nas narrativas

Assim, chegamos a hipótese de que esse morfema expressa modalidade deôntica em Karitiana. Essa hipótese está alinhada com a descrição de Storto (2002) para esse morfema. Partimos então para a segunda etapa prevista no procedimento metodológico de Matthewson (2004) e Mendes (2014) que é o teste da hipótese através de eliciação controlada de dados. Foram elaborados contextos nos quais uma mesma proposição é expressa em contextos deônticos e epistêmicos. Essa eliciação está ilustrada na tabela abaixo na qual tenta-se coletar sentenças expressando a proposição 'o homem matar a cobra' em contexto deôntico e epistêmico.

Contexto epistêmico
Estão o homem e a mulher sozinhos em casa. Aparece uma cobra no jardim. Como o homem é mais forte ele mata a cobra. Como você diria "O homem matou a cobra"?
Contexto deôntico
Aparece uma cobra no quintal. Como estão o homem e a mulher sozinhos em casa e o homem é mais forte, você acredita que é obrigação do homem matar a cobra. Como você diria 'o homem tem que matar a cobra'?

Tabela 39 Eliciação de dados com contextos deônticos e não-deônticos

O esperado era que o informante fornecesse nos contextos deônticos sentenças em Karitiana com prefixo *pyn*- e nos contextos epistêmicos sentenças sem o prefixo *pyn*-. Foram

coletadas 40 sentenças com dois informantes diferentes. 20 em contextos deônticos e 20 em contextos epistêmicos. Um dos informantes não utilizou o morfema *pyn-* em nenhuma das sentenças em contextos deônticos. O outro informante utilizou o morfema *pyn-* apenas em uma, das dez sentenças em contextos deônticos. Ou seja, o morfema *pyn-* não foi produtivo na coleta realizada por esta pesquisa, porque das vinte sentenças coletadas em contextos deônticos, apenas em uma o verbo apareceu prefixado por *pyn-* como ilustrado no contraste entre 6.14 e 6.15 abaixo.

6.14	tasó	namso'ot	omty	Elivar
	tasó	ø-na-m-so'ot-ø	om-ty	Elivar
	homem	3-dec-caus-ver-nfut	foto-obl	Elivar
	'O homem mostrou a foto para Elivar'			

6.15	pyn so'ot	daki	omty	tasó	Elivar
	ø-ø- pyn -m-so'ot-ø	dak-i	om-ty	tasó	Elivar
	3-ndec- deo -caus-ver-nfut	asp-fut	foto-obl	homem	Elivar
	'O homem deve mostrar a foto para Elivar'				

Nos outros casos, o informante utilizou uma partícula livre *pydn* ocorrendo após o verbo para diferenciar as sentenças em contextos deônticos daquelas que expressavam a mesma proposição em contextos epistêmicos como ilustrado abaixo em 6.16 e 6.17.

6.16	tasó	naokyt	boroja
	tasó	ø-na-oky-t	boroja
	homem	3-dec-matar-nfut	cobra
	'O homem matou a cobra'		

Contexto: Estão o homem e a mulher sozinhos em casa. Aparece uma cobra no jardim. Como o homem é mais forte ele mata a cobra. Como você diria "O homem matou a cobra"

6.17	tasó	naoky	pydn	boroja.
	tasó	ø-na-oky	pydn	boroja
	homem	3-dec-matar	deo	cobra
	'O homem tem que matar a cobra'			

Contexto: Aparece uma cobra no quintal. Como estão o homem e a mulher sozinhos em casa e o homem é mais forte, é obrigação do homem matar a cobra. Como você diria ‘o homem tem que matar a cobra’?

Nas eliciações realizadas por esta pesquisa, houve uma preferência por partes dos informantes por usar a partícula *pydn* para expressar deonticidade em 19 dos 20 contextos deônicos elaborados. A fim de investigar a diferença entre o prefixo *pyn-* e a partícula *pydn*, esta pesquisa testou diversos contextos observando se o prefixo era aceito no lugar da partícula. Os informantes não aceitaram a substituição de *pydn* por *pyn-* em nenhum dos contextos como ilustrado abaixo. Os dados marcados por * são aqueles que foram recusados pelos informantes nos contextos dados.

- 6.18 *an pynokyt boroja
 an ɔ-ɔ-pyn-oky-t boroja
 2 3-ndec-deo-matar-nfut cobra
 ‘você tem que matar a cobra’

CONTEXTO: Estou eu e minha esposa em casa. Aparece uma cobra no quintal. Minha esposa acha que como só estamos eu e ela e eu sou homem, é minha obrigação matar a cobra. Minha esposa pode usar a sentença ‘an pynokyt boroja’ para falar que eu tenho a obrigação de matar a cobra?

- 6.19 an naokyt pydn boroja
 an ɔ-na-oky-t pydn boroja
 2 3-dec- matar-nfut deo cobra
 ‘você tem que matar a cobra’

CONTEXTO: Estou eu e minha esposa em casa. Aparece uma cobra no quintal. Minha esposa acha que como só estamos eu e ela e eu sou homem, é minha obrigação matar a cobra. Minha esposa pode usar a sentença ‘an pynokyt boroja’ para falar que eu tenho a obrigação de matar a cobra?

- 6.20 *an pynhit tiyty Pedro
 an ɔ-ɔ-pyn-hit-ɔ tiy-ty pedro
 2 3-ndec-deo-dar-nfut comida-obl pedro
 ‘Você tem que dar comida para Pedro’

CONTEXTO: Minha filha acabou de se casar. Minha esposa está dizendo para a minha filha quais são as obrigações dela com o marido agora que ela está casada. Minha esposa quer falar que minha filha tem que dar comida para o marido dela que se chama Pedro. Minha esposa pode usar a sentença ‘an pynhit tiyty Pedro’ para dizer isso?

6.21	an	nakahit	pydn	tiyty	Pedro
	na	ꞵ-naka-hit-ꞵ	pydn	tiy-ty	pedro
	2	3-dec-dar-nfut	deo	comida-obl	pedro
	‘Você tem que dar comida para Pedro’				

CONTEXTO: Minha filha acabou de se casar. Minha esposa está dizendo para a minha filha quais são as obrigações dela com o marido agora que ela está casada. Minha esposa quer falar que minha filha tem que dar comida para o marido dela que se chama Pedro. Minha esposa pode usar a sentença ‘an pynhit tiyty Pedro’ para dizer isso?

Observe que os dados com o prefixo *pyn-* foram recusados nos mesmos contextos nos quais a variante com a partícula *pydn* foi aceita. Não conseguimos estabelecer uma diferença entre o uso do prefixo verbal *pyn-* e da partícula *pydn*. Uma hipótese para a baixa produtividade do uso de *pyn-* em contextos deônticos é a de que esse prefixo esteja entrando em desuso na língua e sendo substituído pela partícula *pydn*. Essa hipótese está embasada no fato de que os dados com prefixo *pyn-* são provenientes de ritos narrados mais de quinze anos atrás por pessoas mais velhas da tribo Karitiana. Assim, nessa hipótese o morfema *pyn-* seria uma forma arcaica de expressar deonticidade e sua ausência nas eliciações atuais deve-se ao fato de que, atualmente, os falantes preferem expressar deonticidade através da partícula *pydn*.

A partícula *pydn* foi atestada pela primeira vez na língua pelo autor em sua Iniciação Científica e pesquisa de mestrado. Assumimos pela semelhança nas formas e significado dessas duas expressões modais que a partícula *pydn* tenha se desenvolvido a partir de *pyn-*. Uma especulação feita por esta pesquisa é que o Karitiana expressava deonticidade através do prefixo *pyn-*, que se desprende do verbo e passa a ser realizado independentemente como *pydn*. A expressão de modalidade deôntica por um item independente do verbo poderia ser explicada pela influência do português brasileiro no qual essa modalidade é expressa por verbos modais como ‘dever’ e ‘ter que’. O desdobramento de uma nasal /n/ em /dn/ ocorreria devido ao espraçamento da oralização que é um fenômeno comum em Karitiana (Storto, 1999).

Diante da hipótese que *pyn-* está entrando em desuso, elaboramos um teste cujo objetivo era verificar se os informantes ainda reconhecem dados com o prefixo *pyn-* como

gramaticais em sua língua e verificar se eles o interpretavam como deôntico. Nesse teste, pegamos os dados com o prefixo *pyn-* das narrativas e pedimos para que os informantes fornecessem traduções para esses dados observando: (i) se os informantes reconheciam esses dados como gramaticais e (ii) se as traduções fornecidas eram de contextos deônticos semelhantes às que esses dados possuem nas lendas. Esse teste está ilustrado a seguir.

Teste do morfema <i>pyn-</i>		
<u>Pesquisador</u> : Estou tentando traduzir algumas sentenças do ritual do ossip e tive dificuldades com algumas. Eu vou mostrá-las para você e gostaria que você me dissesse o que elas significam dentro do ritual. O que significa “ <i>pynpyso’y yjopo</i> ”.		
<u>Informante</u> : “ <i>Pynpyso’y opo</i> ”. “Não pode pegar no órgão genital”. Nem para mijar diz que não pode pegar.		
6.22	<i>pynpyso’y</i>	<i>yjopo</i>
	☞-☞- <i>pyn-pyso’y</i>	<i>yj-opo</i>
	3-ndec- <i>deo</i> -pegar	1p-pênis
	‘Não pode pegar no órgão genital’	

Tabela 40 Teste do morfema *pyn-*

Este teste foi realizado com 10 dados provenientes de ritos com verbos com o prefixo *pyn-*. Os informantes não demonstraram estranhamento ao ouvir os dados o que mostrou que dados com *pyn-* ainda são reconhecidos em Karitiana. Os informantes também forneceram traduções nas quais havia sempre um dever ou obrigação o que mostra que o uso deôntico de *pyn-* é reconhecido.

Esta subseção apresentou alguns problemas que a pesquisa teve com a coleta de *pyn-* que se mostrou pouco produtivo na tentativa de eliciação através de traduções contextualizadas. Especulou-se que essa baixa produtividade deriva do fato de que o morfema esteja caindo em desuso na língua. Porém, um segundo teste mostrou que o uso do prefixo para expressar modalidade deôntica ainda é reconhecido pelos falantes e esse teste confirma a descrição feita inicialmente por Storto (2002). A próxima subseção discutirá a contribuição semântica desse morfema para a sentença.

2.2 A contribuição semântica

Esta subseção discute a contribuição semântica de *pyn-* para a sentença. Os dados de 6.05 a 6.13 da subseção anterior mostram que *pyn-* está sempre associado a necessidades. Assumiremos nesta pesquisa ele realiza uma quantificação universal sob mundos possíveis com base modal deôntica. Com base nessa semântica argumentaremos que esse prefixo opera como modo verbal porque expressa modalidade.

Como foi apresentado no capítulo 1, um elemento que expressa modalidade realiza uma quantificação sobre mundos possíveis. Mostramos que há dois tipos de quantificação possíveis, a universal e a existencial. Operadores modais em uma língua podem ser universais quantificando sob todos os mundos possíveis acessíveis ou podem ser existenciais quantificando sob parte dos mundos possíveis acessíveis. Por exemplo, a expressão ‘ter que’ grifada em 6.23 realiza uma quantificação universal porque expressa que em todos os mundos possíveis acessíveis a partir das leis de trânsito ‘o motorista parar no sinal vermelho’ é uma proposição verdadeira. Já o verbo ‘poder’ grifado em 6.24 realiza uma quantificação existencial porque expressa que em pelo menos um mundo possível acessível a partir das leis de trânsito o motorista passar seus pontos para outros motoristas’ é uma proposição verdadeira.

6.23 O motorista **tem que** parar no sinal vermelho.

6.24 O motorista **pode** passar os pontos na carteira para outro motorista.

Observe que a quantificação universal sob mundos possíveis será interpretada como um dever como em 6.23 e a quantificação existencial sob mundos possíveis é interpretada como uma permissão como em 6.24. Storto (2002) afirma que o morfema *pyn-* indica um dever, o que se confirmou nos dados coletados por esta pesquisa porque todos estão em um contexto de obrigação expressando um dever. Isso acarreta que ele realiza quantificação universal em Karitiana. Saber qual tipo de quantificação o morfema realiza é o primeiro passo para descrever a contribuição semântica desse morfema para a sentença. Portner (2011) apresenta a seguinte forma lógica para representar um operador modal que faz quantificação universal.

Para qualquer mundo w , $[[\Box S]]^w = 1$ sse $[[S]]^{w'} = 1$, para todo mundo w' tal que $R(w, w')$.⁴¹

⁴¹ No original: For any world w , $[[\Box S]]^w = 1$ iff $[[S]]^{w'} = 1$, for every possible world w' such that $R(w, w')$.

PARÁFRASE: Para qualquer mundo w , a proposição ‘é necessário S ’ é verdadeira em w , se e somente se, proposição ‘ S ’ é verdadeira em todos os mundos possíveis w' acessíveis a partir w .

Na forma lógica acima, o mundo atual está sendo representado por w e o conjunto de mundos possíveis acessados estão sendo representados por w' . O $\Box$ é o símbolo lógico que representa uma quantificação universal atuando na forma lógica como um operador sobre a proposição representada por S . Ter seu valor igual a 1 significa em um mundo ser verdadeira naquele mundo. $R(w, w')$ representa a relação de acessibilidade entre o mundo w e o mundo possível w' . Essa relação define qual conjunto de mundos possíveis w' serão acessados a partir de w . O tipo de conjunto de mundos possíveis acessados, por sua vez, define o tipo de modalidade da sentença. Por exemplo, se o conjunto de mundos é acessado a partir do conhecimento do falante, então a base modal é epistêmica. Se essa relação de acessibilidade for com base em leis e regras, então a base modal é deôntica. Para exemplificar melhor, observe essa forma aplicada a uma sentença do português brasileiro como “Mariana tem que ir”.

Para qualquer mundo w , $[[\text{TEM QUE Mariana ir}]]^w = 1$ sse $[[\text{Mariana ir}]]^{w'} = 1$, para todo mundo w' tal que $R(w, w')$.

PARÁFRASE: Para qualquer mundo w , a proposição $[[\text{Mariana deve ir}]]$ é verdadeira no mundo w se e somente se a proposição $[[\text{Mariana ir}]]$ é verdadeira em um mundo possível w' , para todo mundo possível w' acessível a partir de w .⁴²

Essa forma lógica exemplifica a quantificação universal sobre mundos possíveis, mas ela não especifica o tipo de modalidade. O morfema *pyn-* expressa especificamente modalidade deôntica, assim, essa informação estará representada formalmente. Uma maneira de especificar formalmente a modalidade deôntica é restringir a relação de acessibilidade com base nas leis/regras, ou seja, definir que essa relação é deôntica como pode ser observado abaixo.

Para qualquer mundo w , $[[\Box S]]^w = 1$ sse $[[S]]^{w'} = 1$, para todo mundo w' tal que $R_{\text{deôntica}}(w, w')$.

⁴² Note que na forma lógica o operador ‘tem que’ está representado antes para mostrar que ele tem escopo sobre todo o conteúdo expresso pela proposição.

PARÁFRASE: Para qualquer mundo w , a proposição $[[S]]$ é verdadeira no mundo w se e somente se a proposição $[[S]]$ é verdadeira em um mundo possível w' , para todo mundo possível w' acessível de w a partir de uma relação de acessibilidade deôntica.

Neste quadro teórico, uma sentença deôntica em Karitiana como ‘pynpyt’y’ seria tratada da seguinte maneira:

Para qualquer mundo w , $[[\mathbf{PYNpyt'y}]]^w = 1$ sse $[[pyt'y]]^{w'} = 1$, para todo mundo w' tal que $R_{deôntica}(w, w')$.

PARÁFRASE: Para qualquer mundo w , a proposição $[[\mathbf{PYNpyt'y}]]$ (PYN ele comer) é verdadeira no mundo w se e somente se a proposição $[[pyt'y]]$ (ele comer) é verdadeira em todo mundo possível w' acessível a partir de w a partir de uma relação deôntica (com base nas regras do ossipo nesse contexto).

Com base nessa proposta para a semântica de *pyn-*, a análise dele como modo verbal é mais consistente do que como modo sentencial. Observe que o morfema realiza quantificação sob mundos possíveis da mesma forma que *jỹ-* analisado no capítulo anterior. Assim, esta dissertação assume que *pyn-* é um modo verbal na língua da mesma forma que *jỹ-*. É importante deixar claro que o emprego do nome ‘modo verbal’ feito por esta pesquisa não significa que assumimos que a operação realizada pelo prefixo tem escopo apenas no verbo. Observe em nossa análise na forma lógica acima que o prefixo *pyn-* ocupa o mesmo espaço que o operador $\Box$ sentencial, ou seja, assumimos que a operação realizada por *pyn-* tem escopo sobre toda a proposição da mesma forma que $\Box$.

Esta seção discutiu a contribuição semântica de *pyn-* e sua classificação como modo verbal. A próxima seção discute a posição desse morfema na estrutura morfológica do verbo.

2.3 A posição na estrutura morfológica

Esta seção discute a posição de *pyn-* na estrutura morfológica do verbo. Os capítulos anteriores argumentaram que há duas posições morfosintáticas para os morfemas classificados como modo como está representado abaixo. Propusemos nos capítulos 2, 3, 4, 5 que prefixos de modo sentencial como *na-* (modo declarativo), *pyt-* (modo assertivo) e ɛ- (modo não-declarativo) ocupam a primeira posição enquanto que prefixos de modo verbal como *jỹ-* ocupam a segunda posição.

Tabela 41 Posição dos morfemas de modo assumida por esta pesquisa

Os dados com *pyn-* provenientes de textos corroboram essa hipótese mostrando que esse morfema pode coocorrer com *na-* como ilustrado abaixo comparando-se os dados de 6.25 a 6.28 com os dados de 6.29 a 6.33.

- 6.25 Myjym yjkat **pynpyt'**yt gop
 myjym yj-kat $\emptyset$ - $\emptyset$ -**pyn**-pyt'y gop
 três 1pi-dia 3-ndec-**deo**-comer-nfut marimbondo
 'Três dias depois do vespeiro a pessoa não pode comer' (Narrativa Osipo)

- 6.26 **Pyroty** andyk
 $\emptyset$ - $\emptyset$ -**pyt**-oty andyk
 3-ndec-**deo**-banhar impf
 'A pessoa ainda não deve se banhar' (Narrativa Osipo)

- 6.27 **Pynpyso'y** yjopo
 $\emptyset$ - $\emptyset$ -**pyn**-pyso'y yj-opo
 3-ndec-**deo**-tocar 1pi-pênis
 'Nós não tocamos o nosso pênis' (Narrativa Osipo)

- 6.28 **Ipynpyt'y** andyky padni ossip
 i- $\emptyset$ -**pyn**-pyt'y andyk-y padni ossip
 3-ndec-**deo**-comer ref-(ve) neg ossip
 'Não se come no osiip' (Narrativa Osipo)

- 6.29 apip napynkĩkĩ andyk y'ete'et
 a-pip $\emptyset$ -na-**pyn**-kĩkĩ andyk y-'ete-'et
 aquilo-em 3-dec-**deo**-chorar ref. 1-filho-filho
 'Aí, deve-se chorar, meu neto.' (Rituais mortuários)

- 6.30 apip napynhot y‘ete‘et
 a-pip ø-na-**pyn**-hot y-‘ete-‘et
 aquilo-em 3-dec-**deo**-ir(pl) 1-filho-filho
 ‘Aí, deve-se ir, meu neto.’ (Rituais mortuários)
- 6.31 apip napynbik okot amm kyry’ep y‘ete‘et
 a-pip ø-na-**pyn**-bik oko-t amm kyry’ep y-‘ete-‘et
 aquilo-em 3-dec-**deo**-ir inter-nfut pilão em.frente.de 1-filho-filho
 ‘Aí, deve-se sentar diante do pilão, meu neto’ (Rituais mortuários)
- 6.32 Pongyp napyntarakat
 pongyp ø-na-**pyn**-taraka-t
 calado 3-dec-**deo**-andar-nfut
 ‘A pessoa deve caminhar na direção da quietude’ (Narrativa Osiipo)
- 6.33 Osiip tepyt napyroty andyk
 osiip tepyt ø-na-**pyt**-oty andyk
 osiipo cipó 3-dec-**deo**-banhar ref.
 ‘A trepadeira do osiipo é para nós nos banharmos’ (Narrativa Osiipo)
- A elicitação de dados mostrada no capítulo 2 mostrou que essas posições são diferentes porque apenas a primeira posição interage com tipo sentencial. O teste apresentado no capítulo 2 no qual sentenças provenientes de contextos nos quais a força ilocucionária era declarativa foram passadas para contextos nos quais a força ilocucionária era não declarativa e vice-versa mostrou que os morfemas que ocorrem na segunda posição não são afetados como ilustrado comparando-se 6.34 com 6.35 e 6.36 com 6.37.
- 6.34 pongyp napyntarak
 pongyp ø-na-pyn-tarak-ø
 quieto 3-dec-deo-andar-ø
 ‘Tem que andar calado’ (Osiip)
- 6.35 ipyntarak pongyp
 i-ø-pyn-tarak-ø pongyp
 3-ndec-deo-andar-nfut calado
 ‘Não pode andar calado’

- 6.36 atykiri pynpyt'y andyk gop by'y
 atykiri ø-ø-pyn-pyt'y andyk gop by'y
 após 3-dec-deo-comer refer Marimbondo osso
 'Após colocar a vespa, a pessoa não deve comer' (Osiip)
- 6.37 atykiri napynpyt'y gop by'y
 atykiri ø-na-pyn-pyt'y gop by'y
 então 3-dec-deo-comer marimbondo osso
 'Então podemos comer o osso do marimbondo'

Esta seção discutiu a posição do morfema *pyn-* na estrutura morfológica do verbo. Os dados analisados corroboram a hipótese de que há duas posições para os morfemas categorizados como modo em Karitiana e que *pyn-* ocorre na segunda posição destinada aos morfemas que expressam modalidade, ou seja, aos modos verbais. A próxima seção traz as conclusões do capítulo.

3. Conclusões do capítulo

Este capítulo analisou o prefixo verbal *pyn-* classificado como deontico por Storto (2002). Primeiramente, apresentamos a análise da autora. Depois, mostramos que os dados das narrativas reforçam a proposta dela de que o morfema atua expressando deonticidade na língua. Mostramos que o uso desse morfema não foi produtivo em traduções contextualizadas, mas um segundo teste de gramaticalidade indica que os falantes o interpretam como deontico. A análise desse morfema feita por esta pesquisa considera que ele realiza uma quantificação universal sob mundos possíveis. Por fim, discutimos que a classificação desse morfema como modo verbal é mais coerente com sua contribuição semântica e com a posição que ele ocupa na estrutura morfológica do verbo. O próximo capítulo analisa o morfema *iri-* classificado por Storto (2002) como modo citativo.

CAPÍTULO 7 – O PREFIXO VERBAL *IRI-*

Este capítulo apresenta o prefixo verbal *iri-* da língua Karitiana unicamente analisado em Storto (2002) e classificado pela autora como modo citativo. De todos os prefixos classificados como modo pela autora, esse foi o mais problemático por dois motivos: (i) ele foi o menos produtivo em eliciações de maneira que não foi possível formular hipóteses a respeito da sua contribuição semântica e (ii) as poucas ocorrências desse morfema atestadas por esta pesquisa divergem bastante da descrição inicial proposta por Storto (2002). Dessa maneira, não foi possível realizar análises semânticas ou morfológicas desse prefixo verbal.

Este capítulo está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta a proposta de Storto (2002) para o prefixo *iri-*. A segunda apresenta os problemas de produtividade nas eliciações e da proposta anterior desse morfema. A terceira seção apresenta as conclusões do capítulo.

1. A proposta de Storto (2002)

Esta seção apresenta a descrição de Storto (2002) para o morfema *iri-*. Segundo a autora, esse prefixo ocorre prefixando verbos como ‘pensar’, ‘dizer’ e ‘fazer’. Storto (2002) classifica *iri-* como modo sentencial citativo porque, para ela, ele ocorre prefixando o verbo principal toma como argumento uma outra sentença como citação como ilustrado em 7.01.

- 7.01 [tasoojo tata]t **irik**kāraj Botỹj
 [ta-soojo tata]-t **iri-**kāraj Botỹj
 [3anaf-mulher ir]-obl **cit**-pensar-fut Botỹj
 ‘Botỹj pensou que sua mulher o deixou’ (Storto, 2002)

Esse morfema também pode ocorrer prefixando o verbo de uma oração principal cuja citação em discurso direto também é uma oração principal como ilustrado em 7.02.

- 7.02 Pyse’ayn **iri**’aj Botỹj
 py-se’a-yn **iri-**’a-j Botỹj
 ass-bom-nfut **cit**-dizer-fut Botỹj
 “‘Está bom’, disse Botỹj’ (Storto, 2002)

Um fato interessante a respeito desse prefixo é que ele sempre ocorre com o tempo futuro como pode ser observado em 7.01 e 7.02. Para Storto (2002), isso ocorre por que a sentença marcada por *iri-* (que relata o ato de dizer) estará sempre no futuro com relação à citação (que relata que foi dito). Por exemplo, em 7.01 a sentença ‘*irikāraj Botỹj*’ (Botỹj pensou) está no futuro em relação à ‘*tasoojo tatat*’ (sua mulher o deixar) uma vez que Botỹj pensa em algo como se já houvesse ocorrido e seu pensamento está no futuro em relação aquilo que ele pensa. Já em 7.02 a sentença ‘*iri‘aj Botỹj*’ (Botỹj disse) está no futuro em relação à ‘*pyse‘ayn*’ (estar bom) uma vez que primeiro algo deve estar bom para depois ele poder afirmar que aquilo está bom. O uso de *iri-* com o morfema de não-futuro parece não ser gramatical como ilustrado pela não aceitação no dado 7.03 abaixo.

7.03	*[tasoojo	tata]t	irikārat	Botỹj
	[ta-soojo	tata]-t	iri-kāra-t	Botỹj
	[3anaf-mulher	ir]-obl	cit-pensar-nfut	Botỹj
‘Botỹj pensou que sua mulher o deixou’ (Chaves-Alexandre, 2016, 115)				

Esta seção apresentou o prefixo verbal classificado como modo verbal citativo por Storto (2002). A próxima seção apresenta os problemas de produtividade desse prefixo em relação à classificação desse morfema como modo.

2. Os problemas para a análise

Esta seção apresenta os problemas encontrados na análise de *iri-*. O primeiro problema é a classificação desse morfema como modo. Essa categorização é questionada porque marcar citações parece estar mais relacionado com fonte de informação do que com tipo sentencial ou modalidade, ou seja, parece estar mais relacionada com evidencialidade do que com alguma categoria de modo. Isso porque citações indicam que a informação é obtida de segunda mão (algo não confirmado diretamente pelo falante, mas dito por outra pessoa). Por exemplo, analisando os dados 7.01 e 7.02 acima, o falante deixa explícito que a fonte das informações “*a mulher de Botyj o deixou*” e “*está bom*” é o próprio Botyj, pois são pensamentos e falas dele e não algo atestado pelo falante.

Porém, a análise de Storto (2002) de *iri-* como modo sentencial é coerente com a posição desse morfema prefixando a raiz verbal. Assim, na análise da autora, ele ocorreria nessa posição estando em distribuição com os outros morfemas de modo. Seria possível manter a análise de

iri- como modo sentencial se considerarmos que citações em Karitiana são tipos de sentenças e *iri-* é utilizado para marcá-las. Outra maneira para manter essa categorização seria afirmar que *iri-* expressa modalidade epistêmica porque, através dessa indicação da fonte de informação, o falante poderia expressar maior ou menor comprometimento com a verdade da proposição.

A primeira elicitación elaborada por esta pesquisa teve como objetivo testar a descrição inicial de Storto (2002). Foram criados dois contextos distintos nos quais: (i) ocorre a enunciação de uma sentença qualquer; (i) ocorre a enunciação de uma sentença citada. Esta elicitación está ilustrada abaixo.

CONTEXTO A:

Você encontra Cizino em Porto Velho e ele te diz ‘Elivar morreu’. Como essa sentença seria dita em Karitiana?

CONTEXTO B:

Você encontra Cizino em Porto Velho e ele te diz ‘Elivar morreu’. Você não sabia que Elivar tinha morrido. Você volta para casa e diz para a sua mulher. ‘O Cizino disse que O Elivar morreu.’ Como essa sentença seria dita em Karitiana?

Tabela 42 Teste para verificação semântica de *iri-*

O resultado esperado seria que o morfema de modo citativo nunca ocorreria prefixando o verbo das sentenças coletadas no contexto A porque essa sentença não é uma citação. Era esperado também que ele ocorresse prefixando o verbo dizer na sentença em Karitiana coletada no contexto B porque temos um ambiente de citação que, segundo a descrição prévia, é aquele no qual o morfema ocorre. O teste não foi produtivo e o prefixo *iri-* não ocorreu em nenhum dos contextos previstos como pode ser observado abaixo.

Contextos propícios para o uso do citativo

Contexto A: Você e João estão conversando em Karitiana e João diz a seguinte sentença ‘O homem abriu a porta’. Como isso seria dito em Karitiana?

Dado obtido:

7.04	tasó	nakyndop	karamã
	tasó	ø-na-kyndop-ø	karamã
	homem	3-dec-abrir-nfut	porta
	‘O homem abriu a porta’		

Contexto B: Orlando vai contar o que João disse para outra pessoa e fala ‘João disse que o homem abriu a porta’. Como você diria isso em Karitiana?

Dado obtido:

7.05	taso	nakyndop	karamã	naka‘at	João
	taso	ø-na-kyndop-ø	karamã	ø-naka-‘a-t	João
	homem	3-dec-abrir-nfut	porta	3-dec-dizer-nfut	João
	“o homem abriu a porta” João disse’				

Tabela 43 Elicitação de dados com contextos propícios para o uso do modo citativo

Nota-se no quadro acima que o verbo ‘dizer’ que segue a citação no dado 7.05 aparece prefixado pelo prefixo *naka-* e não pelo prefixo *iri-*. Esta pesquisa coletou 60 dados com a estrutura “x disse...” com diferentes informantes e todos produziram dados no qual o verbo principal aparece prefixado com *naka-* e não com *iri-*.

Apesar da falha em coletar o morfema *iri-*, os dados coletados mostram que o morfema *iri-* não é o único utilizado prefixando o verbo ‘dizer’ que possui uma citação. A presença do prefixo *naka-* em 7.05 acima mostra que, no Karitiana, a construção com verbo prefixado com *iri-* não a única que utilizada para citações.

A improdutividade da elicitação do morfema *iri-* pode decorrer de outros fatores: (i) o morfema não é mais usado na língua, (ii) o morfema *iri-* ocorre em citações em contextos específicos que não estavam na elicitação ou (iii) o morfema não é citativo e não ocorre segundo a descrição inicial de Storto (2002). Esta pesquisa assume a terceira opção porque há evidências de que o uso de *iri-* não se dá somente em contextos citativo como previsto em Storto (2002). Esta pesquisa conseguiu dados com prefixo *iri-* em outras elicitações nos quais seu comportamento não obedece a descrição feita pela autora como ilustrado em 7.06 e 7.07 abaixo. Observe que o morfema *iri-* aparece nas sentenças abaixo prefixando os verbos ‘mexer’ e ‘comer’. Isso mostra que esse prefixo não está restrito apenas à verbos como ‘pensar’ e ‘dizer’/‘fazer’ e nem que a função desse prefixo é marcar citações.

- 7.06 **iritakadni**
 iri-takadn-i
 iri-mexer-(ve)
 ‘Ele não se mexeu’

7.07	yjxa	iri ‘y	boroja
	yjxa	iri -‘y	boroja
	lpi	iri -comer	cobra
	‘Nós não comemos cobra’		

Contexto: Orientou-se ao informante que seriam feitas perguntas em português, mas que ele deveria responder em Karitiana. O dado acima foi obtido como resposta à pergunta ‘Nós comemos cobra?’.

Como dissemos anteriormente, o teste elaborado para eliciar *iri-* não foi produtivo porque nenhuma sentença foi fornecida com o verbo sendo prefixado por esse morfema. O dado 7.07 foi coletado em uma eliciação cujo objetivo era testar a ocorrência do morfema *pyt-* coletando respostas a perguntas polares. O dado 7.06 foi coletado pela pesquisadora Ana Müller em uma de suas eliciações e cedido para essa pesquisa. Como ele não foi originalmente coletado por esta pesquisa, verificamos sua semântica e gramaticalidade através de um teste ilustrado abaixo. O teste foi repetido com três informantes para verificar: (i) se a estrutura causava algum estranhamento nos informantes e (ii) se todos os informantes forneciam traduções parecidas para o dado.

TESTE DE GRAMATICALIDADE DE <i>IRI-</i>
<p>PESQUISADOR (falando ao informante): Estou traduzindo alguns dados e alguns eu não entendi e gostaria da sua ajuda. Vou mostrá-los e você me diz o que eles significam. Se você achar que algum está estranho e que você não falaria em Karitiana você me avise.</p> <p>O que significa “iritakadni”.</p>

Tabela 44 teste de gramaticalidade de *iri-*

O teste acima mostrou que ‘iritakadni’ é uma sentença gramatical na língua. Os três informantes aceitaram o dado e forneceram a mesma tradução que é ‘ele não se mexeu’. Assim, esse é problemático para a proposta de Storto (2002) vista na seção anterior. A pesquisa comparou todos os dados disponíveis com *iri-* que são 7.01 e 7.02 da seção anterior e 7.06 e 7.07 da seção anterior, mas não conseguiu elaborar nenhuma hipótese para explicar o uso desse morfema. Foi realizado um teste de comutação de morfema no qual substituímos *iri-* por *na-* e verificamos se os falantes aceitavam o dado no mesmo contexto como ilustrado a seguir.

TESTE DE COMUTAÇÃO DE MORFEMAS

PESQUISADOR (falando ao informante): Supomos que você queira falar que Botỹj disse que algo está bom. Você poderia expressar isso através da sentença ‘Pyse‘ayn naka‘aj Botỹj’?

Tabela 45 Teste de comutação de morfemas

O teste verificou se o prefixo *iri-* poderia ser substituído por *naka-* observado se a sentença ‘Pyse‘ayn naka‘aj Botỹj’ era aceita no lugar de ‘Pyse‘ayn iri‘aj Botỹj’. Esse teste não trouxe dados conclusivos. Ele foi realizado com três informantes. Dois informantes aceitaram o uso da sentença acima. Um terceiro afirmou que a sentença estava estranha e que, pelo fato de ser proveniente de uma lenda, o verbo deveria ser ‘iri‘aj’.

O objetivo desta seção foi apresentar o problema de produtividade obtido na eliciação do morfema *iri-*. Justificou-se que o problema foi causado pelo fato do morfema não se comportar como inicialmente descrito por Storto (2002) e apresentou-se dados que são problemáticos para a proposta da autora. A próxima seção apresentará um resumo das informações que foram apresentadas no capítulo.

3. Conclusões do capítulo

Este capítulo apresentou o morfema *iri-* classificado por Storto (2002) como modo citativo. A primeira seção apresentou a proposta por Storto (2002). A segunda seção apresentou problemas que a pesquisa teve em coletar dados desse morfema. Esta pesquisa apresentou dados que refutam a análise de Storto (2002), mas não foi capaz de apresentar uma proposta que explique a ocorrência desse morfema *iri-*. Dessa maneira, as perguntas relevantes sobre *iri-* que esta dissertação planejou responder ficaram sem resposta. Essas perguntas são: (i) qual a sua contribuição semântica para a sentença? (ii) qual sua categorização? Ele é modo ou não? Se for modo, de qual tipo? Se não for modo, o que ele é? e (iii) qual a sua posição na estrutura morfológica do verbo? As respostas para essas perguntas serão deixadas para pesquisas futuras. A seguir, serão apresentadas as conclusões gerais da dissertação.

CONCLUSÕES DA PESQUISA

O objetivo desta pesquisa foi estudar a marcação de modo na língua Karitiana. Entraram no escopo desta pesquisa seis morfemas que foram categorizados como modo por Storto (2002), a saber: o modo declarativo *na(ka)-/ta(ka)-*; o modo assertivo *pyt-*; o modo imperativo *-ʌ, -a, -y*; o modo condicional *jỹ-*; o modo deôntico *pyn-* e o modo citativo *iri-*. Tentamos detalhar a descrição semântica e morfossintática desses morfemas.

O segundo capítulo investigou o prefixo *na-*. Primeiramente, comparamos as propostas anteriores para esse morfema. Assumimos, assim como Storto (1999, 2002), que esse morfema opera como modo declarativo na língua. Nesta pesquisa, especulou-se que a variação entre *na(ka)-* e *ta(ka)-* deriva de um espraçamento da oralização que faz o segmento */n/* ser realizado como */t/*. O espraçamento da oralização que transforma obstruentes nasais em não nasais é um fenômeno comum em Karitiana. Argumentamos que ele pode ser categorizado como modo sentencial devido à sua interação com tipos de sentença e que a sua contribuição semântica é indicar a força ilocucionária de sentenças declarativas representada formalmente nesta pesquisa por $\{p\} \cup CG$ (lê-se: inclusão da proposição *p* no conjunto *Common Ground*).

O terceiro capítulo investigou o prefixo *pyt-*. Primeiramente, comparamos as propostas anteriores para esse morfema. Assumimos que as listas de contextos dadas em Storto (1999, 2002) não diferenciam *pyt-* de *na-*. Argumentamos que ele pode ser categorizado como modo sentencial por ocorrer na mesma posição que o modo declarativo porque ambos são prefixos verbais e eles nunca coocorrem. Não conseguimos estabelecer uma diferença entre *na-* e *pyt-*, mas especulamos que o primeiro seja uma maneira de fazer declarativas em geral e o segundo seja uma forma marcada de fazer declarativas. As evidências para isso são que *na-* é mais produtivo na língua e o uso de *pyt-* é mais restrito.

O quarto capítulo investigou os sufixos *-ʌ, -a, -y* classificados por Storto (2002) como modo imperativo. Primeiramente, comparamos as propostas anteriores para as sentenças declarativas. Assumimos, assim como Landin (1984), que essas sentenças não possuem morfologia de modo e que *-a* e *-y* são vogais epentéticas e não morfemas. Isso significa dizer que eles surgem por razões fonéticas e não semânticas. Assumimos a existência de um morfema *ʌ-* de modo não-declarativo que ocorreria não só nas sentenças imperativas, mas em todas as sentenças não declarativas. Esse morfema seria um prefixo e estaria em distribuição complementar com *na-* e *pyt-*. Por marcar tipos de sentença, argumentamos que o não-declarativo *ʌ-* é modo sentencial e expressa a força ilocucionária de sentenças não declarativas

representada formalmente por $\{p\} \cup CG'$ (lê-se: inclusão da proposição p no conjunto complemento de *Common Ground*).

O quinto capítulo investigou o prefixo *jỹ-* classificado como modo condicional por Storto (2002). Argumentamos que esse morfema não é usado para formar condicionais em geral, como assumido anteriormente, mas que é um modal e sua semântica contribui para veicular o sentido contrafactual na sentença. Assumimos que esse morfema quantifica sobre mundos possíveis expressando modalidade e, a partir dessa semântica, propomos que ele é um modo verbal na língua.

O sexto capítulo investigou o prefixo *pyn-* classificado como modo deôntico por Storto (2002). Assumimos que esse morfema é um operador universal sobre mundos possíveis expressando modalidade deôntica e, a partir dessa semântica, propomos que ele é um modo verbal na língua.

O sétimo capítulo investigou o prefixo *iri-* classificado como modo citativo por Storto (2002). Apresentamos dados que contestam essa classificação mostrando que o morfema não ocorre apenas para marcar citações, mas o capítulo não trouxe uma análise alternativa do morfema em relação à sua categorização, sua semântica ou sua posição na estrutura morfossintática do verbo.

A maior contribuição desta pesquisa é a proposta de que esses morfemas não pertencem todos a mesma categoria de modo e nem ocorrem na mesma posição morfológica. O primeiro capítulo apresentou duas concepções de modo distintas. Essas concepções são a de modo como morfemas que marcam tipos sentenciais chamados de modo sentencial e morfemas que marcam modalidade chamados de modo verbal. Propomos que o Karitiana tem duas posições na estrutura morfológica do verbo diferentes para marcar cada tipo de modo como ilustrado abaixo.

Tabela 46 Posição dos morfemas de modo assumida por esta pesquisa

Os morfemas que ocorrem na primeira posição de modo sentencial seriam aqueles cuja distribuição é afetada pelo tipo de sentença na qual ocorrem. Por exemplo, *na-* (modo declarativo), *pyt-* (modo sentencial assertivo) e $\emptyset$ - (modo não declarativo) são modos sentenciais uma vez que eles não coocorrem e seu uso é restringido pelo tipo de sentença. Os

morfemas que ocorrem na posição de modo verbal seriam aqueles cuja distribuição é afetada pela modalidade. Por exemplo, *jỹ-* e *pyn-* estariam veiculando modalidade uma vez que ambos quantificam sob mundos possíveis.

Os dados da língua reforçam essa hipótese mostrando que modo sentencial como *na-* coocorre com os morfemas categorizados como modo verbal como *pyn-* e *jỹ-* como mostrando nos capítulos 2, 5 e 6. Ao passar os dados nos quais esses morfemas coocorriam para outros tipos de sentenças, apenas o primeiro morfema é afetado o que mostrou que a segunda posição só está relacionada com modalidade. Dessa maneira, assumimos a seguinte proposta para o Karitiana:

Modos sentenciais		Modos verbais	
<i>na(ka)-/ta(ka)-</i>	(declarativo)	<i>pyn-</i>	(deôntico)
<i>pyt-</i>	(assertivo)	<i>jỹ-</i>	(contrafactual)
<i>∞-</i>	(não-declarativo)		

Os dados em Karitiana trazem contribuições para a discussão teórica sobre modo de uma perspectiva geral. Discutimos no primeiro capítulo se modos sentenciais e modos verbais não são necessariamente coisas distintas. Essa discussão surge analisando-se o modo imperativo ou o modo declarativo. O primeiro pode marcar tipo de sentença (imperativas) ou modalidade (deôntica/bulética) e o segundo pode marcar tipo de sentença (declarativas) ou modalidade (epistêmica). O tratamento apresentado nesta dissertação de modo sentencial e modo verbal como coisas distintas deriva do fato do Karitiana codificar essas categorias de maneira distinta. Não defendemos que esse será necessariamente o caso para todas as línguas do mundo. A colaboração do Karitiana é mostrar que é possível, em uma língua, que modo sentencial e modo verbal estejam gramaticalizados no mesmo verbo em posições distintas, ou seja, o Karitiana distingue marcas de tipo sentencial de marcas de modalidade. A teoria assume que marcas de modo não coocorrem (Sadock & Zwicky, 1985) e o Karitiana mostrou que essa coocorrência é possível se os morfemas marcarem concepções distintas de modo.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1990.
- BACELAR, Laercio Nora. **Gramática da Língua Karitiana**. Nijmegen: Katholieke Universiteit Nijmegen. 2004.
- BYBEE, Joan Lea. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Amsterdam: John Benjamins. 1985.
- CARVALHO, Andrea Marques. O aspectual tyka do Karitiana. In: **Revista Letras**. 147 – 163. 2009.
- CHAVES-ALEXANDRE, Thiago. **Os evidenciais em Karitiana**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.
- EVERETT, Caleb. **Patterns in Karitiana: Articulation, Perception and Grammar**. Ph.D. Dissertation. Houston: Rice University. 2006.
- FALLER, Martina T. **Evidentiality and epistemic modality at the Semantics/pragmatics interface**. Ms. (<http://www.eecs.umich.edu/~rthomaso/lpw06/fallerpaper.pdf>). 2006.
- FELIX, Lyvia. **Modalidade epistêmica e evidencialidade em Karitiana (Tupi): uma breve descrição**. São Paulo: XV Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP. Universidade de São Paulo.
- von FINTEL, Kai. Modality and Language. In: D.M. Borchert (Ed.). **Encyclopedia of Philosophy (2nd ed)**. Detroit: MacMillan Reference USA.
- HACQUARD, Valentine. Modality. In: K. von Heusinger, C. Maienborn & P. Portner (Eds.). **An International Handbook of Natural Language Meaning vol. 2**. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 1484-1515. 2011.
- IATRIDOU, Sabine. The Grammatical Ingredients of Counterfactuality. **Linguistic Inquiry** 31. 231 – 270. 2000.
- KEHDI, Valter. **Morfemas do Português**. São Paulo: Ática, 1993.
- KRATZER, Angelika. What ‘must’ and ‘can’ must and can mean. In: **Linguistics and Philosophy**. Springer Netherlands. p. 337-355. 1977.
- KRATZER, Angelika. The notional category of modality. In: H. J. Eikmeyer & H. Rieser (Eds.). **Words, Worlds and Contexts: New approaches in Word Semantics**. W. de Gruyter. 1981.
- KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Oxford: Blackwell. 1980.
- LANDIN, David J. An outline of the syntactic structure of Karitiana. Em: R. Dooley (Ed.), **Estudos sobre línguas do Brasil**. Brasília: SIL. p. 219-254. 1984.
- LANDIN, David J. **Dicionário e Léxico Karitiana**. Brasília: SIL. 2005.
- van LINDEN, An. & Jean-Christophe VERSTRAETE. The nature and origins of counterfactuality in simple clauses. Cross-linguistic evidence. **Journal of Pragmatics** 40: 1865-1895. 2008.

LYONS, John. **Semantics (vol. 2)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATTHEWSON, Lisa. On the methodology of Semantic Fieldwork. In: **International Journal of American Linguistics** 70. p. 369-415, 2004.

MATTHEWSON, Lisa. **Cross-linguistic variation in modality systems: the role of mood**. 2010. doi: 10.3765/sp.3.9.

MENDES, Luciana Sanchez. Trabalho de Campo para análise linguística em Semântica Formal. Em: **Revista Letras**. Curitiba: UFPR. p. 277-293, 2014.

MÜLLER, Ana. **Modalidade: Um fenômeno funcional ou lógico?** No prelo.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: I. G. V. Koch (org.). Gramática do Português Falado: Desenvolvimentos. Campinas: Ed. Da UNICAMP. 171-208, 2003.

PALMER, Frank. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PAYNE, Thomas. **Describing Morphosyntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PORTNER, Paul. The semantics of imperative within a theory of clause types. In: K. Watanabe & R. Young (Eds.). **Proceedings of Semantics and Linguistic Theory XIV = SALT**. Ithaca: Cornell University. p. 235-252. 2004.

PORTNER, Paul. Verbal Mood. In: K. von Stechow, C. Maienborn & P. Portner (Eds.). **An International Handbook of Natural Language Meaning vol. 2**. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 1262-1291. 2011.

Quer, Josep. Twists of Mood: The distribution and interpretation of indicative and subjunctive. **LINGUA**, 119. 1779-1787. 2009

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Indígenas Brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola. 1986.

SADOCK, Jerry & A. ZWICKY. Speech act distinctions in syntax. In: T. Shopen (Ed.). **Language Typology and Syntactic Description**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 155-196. 1985.

SAEED, John Ibrahim. **Semantics (3rd ed.)**. Oxford: Wiley-blackwell. 2009.

SEARLE, John R. What is a Speech Act. In: **Philosophy in America**. Ithaca: Cornell University Press. pp. 221-239. 1965.

SEARLE, John R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. In: **The Philosophical Review**, Vol. 77. pp. 405-424. 1968.

STORTO, Luciana. **Aspects of a Karitiana Grammar**. Ph.D. Dissertation. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology. 1999.

STORTO, Luciana. Algumas Categorias Funcionais em Karitiana. Em: **Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**. Brasília: Atas do I encontro Internacional de Grupos de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Tomo I. 2002.

STORTO, Luciana. Para além da ergatividade morfológica: marcação absoluta em Algumas Construções Sintáticas em Karitiana. **Ameríndia (Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne)** (32: La Structure des Langues Amazoniennes), 183 - 203. 2008.

STORTO, Luciana. Subordination in Karitiana. **Amerindia (Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne)** 35). 219-237. 2012.

STORTO, Luciana. Negation Strategies in karitiana. Apresentação no congresso **Amazonicas VI**. Leticia. 2016.

VIVANCO, Karin Camolese. *Orações relativas em Karitiana: um estudo experimental*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.